

DESTACÁVEL

ALFABETIZAÇÃO

Ernesto Costa Fernandes

REVISTA
DE ANIMAÇÃO
SÓCIO-CULTURAL

N. 10
Revista
Mensal
Fevereiro/1979
30\$00

INTERVENÇÃO



Para uma intervenção cultural transformadora por CÉSAR OLIVEIRA

Uma educação criadora para as sociedades africanas independentes por MARCOS ARRUDA

Encontro de associações e animadores culturais

editorial

O 2.º Encontro de Associações e Animadores Culturais decidiu considerar a Intervenção como órgão das Associações e Animadores Culturais substituindo e dando assim continuidade ao "Viva" boletim criado no 1.º Encontro e de que saíram 2 números.

Se esta decisão foi tomada em plenário final sem objecção de quem quer que seja, ela levanta contudo algumas questões.

1. As associações e animadores presentes ao 2.º Encontro ao assumirem a responsabilidade de considerarem a Intervenção o seu órgão de informação e de debate, situação que esta reivindica desde o 1.º número, assumem simultaneamente uma outra responsabilidade que é a de crítica, do que é e deve ser esse órgão, apontando erros à sua orientação e direcção; desenvolvendo uma discussão constante sobre a estrutura única que neste momento é comum a todas as associações e animadores.

Esta atitude é fundamental para evitar o isolamento daqueles que mais directamente a fazem, para evitar que as associações culturais se não vejam nela, e que pelo contrário seja sentida como a sua revista no que isto tem de mobilizador, evitando que ela "lhes passe ao lado" não traduzindo a sua prática, as suas preocupações e das populações que servem.

2. Tentando concretizar esta orientação está em lançamento uma estrutura a nível nacional com delegados regionais ou locais, e a nível central com uma reestruturação da actual organização da revista de modo a torná-la mais significativa permitindo a representação de animadores oriundos de variadas origens nos seus órgãos de decisão (desde a direcção ao conselho de redacção entre outros) e de que daremos conta no próximo número.

3. O debate e a crítica que concerteza aprofundaremos em volta da Intervenção deverá ter em conta que até aqui ela se orientou em torno das seguintes linhas:

1.º Divulgação das acções e experiências de âmbito cultural que são levadas a efeito nas associações, grupos, organismos populares de base, centros culturais, etc.

2.º Fomentar a união entre essa prática e a sua reflexão quer pelos próprios intervenientes, quer duma maneira geral por personalidades de variados quadrantes que têm vindo (e continuarão)

a pronunciar-se sobre a acção cultural, tentando assim fazer uma aproximação entre uma teoria e uma prática no que isso tem de vivificante para ambas.

Privilegiaremos contudo (e não fossemos nós uma revista de animadores) a descrição das experiências e trabalhos concretos face a eventuais intervenções teóricas.

3.º Alargamento da "base social" de apoio à revista tentando traduzir aquela que foi talvez a ideia fundamental deste 2.º Encontro que afirmava que a acção cultural não é uma entidade autónoma que na melhor das hipóteses colaboraria com a acção sindical ou cooperativa por exemplo, mas que a cultura não é um compartimento estanque dos outros aspectos da vida e se manifesta em todos os seus domínios em todos os domínios da actividade humana (na organização da produção, no consumo, na saúde, na qualidade da vida, etc.)

Daí que problemas como a saúde, deficientes e 3.ª idade tenham sido (embora timidamente) ensaiados na Intervenção, orientação contudo a precisar de ser incentivada com outros — habitação, espaços, ecologia, qualidade de vida, loucura, instituições de marginalização, delinquência etc. — tentando traduzir essa ideia fundamental que a cultura é a maneira como entendemos (e vivemos) os problemas e a nossa vida e como nos dispomos a transformá-la.

Uma consideração que geralmente se levanta quanto ao tratamento destes temas são os dois polos que geralmente este tratamento se reveste, ou superficial e acessível ou profundo e maçudo. Parece-nos que esta dicotomia deveria ser ultrapassada construindo uma revista simultaneamente acessível e em que os temas sejam tratados com profundidade. (A qualidade é servir o povo — Guevara). Sabemos da dificuldade que isto tem, contudo parece-nos que é para aí que deveremos apontar, para que as associações espalhadas pelo país sintam e controlem o conteúdo da sua revista sem que isto pretenda evidentemente significar o silenciar de certas posições face a outras.

4. Uma última palavra para toda a equipa que ao longo destes 2 anos tem "aguentado" a revista que no Editorial do 1.º número afirmava inequivocamente

— E só teremos razão de existir se soubermos ser a mesa à volta da qual estas questões sejam discutidas e equacionadas.

Com critérios de qualidade que não pressuponham a discriminação partidária na definição e escolha do seu conteúdo —

As associações e animadores reconheceram esta nossa intenção e esta nossa prática; isso dá-nos a razão (e a recompensa) de existirmos.

A continuação da existência e o futuro da Intervenção está agora nas mãos das Associações e dos Animadores. Não poderíamos ter entregue a "carga em melhor porto".

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: LUÍS MARTINS

Colaboraram neste número:

Luís Martins
Rodolfo Proença de Jesus
Mário Ribeiro
Emília Barbosa
Isabel Guerra
Gonzaga Natércia
Luís Quintaneiro
Esaú Dinis
Paulo Poiares
Manuela Matos
Francisco Albuquerque

Fotografia:

Paulo Ramos
João Freitas
José Madeira

Arranjo Gráfico:
Dorindo Carvalho

Secretariado:
Dilar Cardigos

REVISTA
DE ANIMAÇÃO
SÓCIO-CULTURAL

INTERVENÇÃO



REVISTA
DE ANIMAÇÃO
SÓCIO-CULTURAL

INTERVENÇÃO

N.º 10

Fevereiro/1979

Redacção: Edifício do Amparo, 1

Largo do Martim Moniz

Telefone 86 40 56 — Apartado 21 064

Lisboa 2

Composição e impressão: Gráfica 2000, Lda.

Distribuição: DIJORNAL, distribuidora
de livros e periódicos, lda.

R. Joaquim António de Aguiar, 64-2.º — Lisboa 1

Preço deste número: 30\$00

Tiragem: 5000 exemplares

sumário

Para uma intervenção cultural transformada	2
Uma educação criadora para as sociedades africanas independentes	3
Arte no convento: um projecto	8
Animação desportiva	10
Quando as comunidades tomam consciência dos seus valores	12
Centro cultural de Évora presença positiva da descentralização	14
Casa da cultura Caldas da Rainha	16
Destacável — alfabetização uma das lutas pelo direito de ser povo	19
Encontro de associações e animadores culturais	25
Informação	48
Os amigos escrevem	52

INTERVENÇÃO

1 — Importa, antes de mais, e porque se trata aqui de "Intervenção cultural", de tentar precisar o que se entende por cultura. Julgo que a cultura está ligada a dois processos: o da compreensão e da resolução; compreensão de um dado conjunto de problemas, resolução desses mesmos problemas em ordem a prosseguir determinados objectivos.

Nesta ordem de ideias a cultura é a capacidade de cada um em compreender os problemas que decorrem da sua própria inserção físico-social num dado espaço geo-político e, partindo daí, resolvê-los de modo a conquistar um "estadio de inserção" mais adequado a um processo de libertação e desalienação (ser cada vez mais igual à potencialidade de si próprio). A cultura é pois inseparável da necessidade de intervenção ou seja da concretização da capacidade de transformar o que só pode conceber-se como um acto colectivo que não destrua antes projecte na acção as potencialidades individuais. Todavia a intervenção cultural para transformar só ganha dimensão e só adquire futuro enquanto processo colectivo capaz de proporcionar aos grupos sociais (e aos individuos) condições de um progressivo domínio do modo social como existem; isto é o objectivo da intervenção cultural e desse esforço transformador é o de aproximar, na máxima dimensão possível e até à perfeita coincidência, o poder dos individuos, ou seja a possibilidade de decidir com eficácia do destino colectivo e individual não mandatando ninguém. Uma intervenção cultural transformadora está por isso indissoluvelmente conectada com a política e tem como horizonte próprio uma perspectiva socialista. Conectada com a política porque a intervenção cultural, colectiva e transformadora, é uma luta pelo poder (ou melhor dizendo uma luta que tende a eliminar *in limite* o poder como mandato) que tende a liquidar os especialistas ou os que decidem *em nome de*, fazendo coincidir, como perspectiva, nos grupos sociais o sujeito e o objecto da história activa e imediata das comunidades. Tendo como horizonte próprio a democracia socialista porque entendida esta, como o poder democrático dos trabalhadores organizados e como a concretização da autogestão generalizada, só nesta perspectiva é possível realizar a destruição do poder como delegação em especialistas e, simultaneamente, fazer coincidir o objecto (a sociedade) com os sujeitos activo da política (os homens).

A intervenção cultural é pois, segundo penso, uma intervenção colectiva, transformadora e socialista.

2 — Na perspectiva atrás apontada a intervenção cultural é, desde agora, uma "tarefa" essencialmente destinada a preparar os grupos sociais e os individuos para que possam, cada vez mais, por si só e com a sua própria lógica e dinâmica, *interferir* com eficácia no poder; interferência que assenta substancialmente na possibilidade de se fazer ouvir e de se saber organizar, como grupo e como conjunto de individuos, para que as decisões do poder os ignorem cada vez menos.

para uma intervenção cultural transformadora

César Oliveira

Em Portugal o poder distancia-se cada dia mais do quotidiano das populações e julgo pertinente congregar esforços no sentido de "impedir" — pela acção organizada e consciente dos grupos sociais — essa distância. O principal problema com que se defronta a sociedade portuguesa, hoje-aqui e agora, é a ausência de hábitos colectivos, duradouros e socialmente enraizados, em ordem a, no dia a dia, questionarem o poder partindo do assumir esclarecido do conjunto da problemática que ameaça a qualidade da sua vida quotidiana; é nesta zona, no sentido de uma intervenção cultural que permita a consciência dessa ameaça e a acção sobre as causas que a possibilitem, que devem insistir os esforços daqueles que "apostaram", como prioridade da sua acção, no que se chama intervenção cultural. Dos bairros às escolas passando pelas comunidades rurais, das pequenas sociedades recreativas à prática desportiva, ao levantamento dos problemas respeitantes ao ensino, à saúde, à habitação, à energia, a luta contra a "vida industrializada" aí está um campo vastissimo para o exercício de uma pedagogia colectiva, culturalmente transformadora de hábitos mentais seculares — e portanto pedagogia política no sentido "grande" da expressão. É este um trabalho altamente positivo e socialmente "rentável" — que os partidos da esquerda portuguesa não quiseram ou souberam fazer — e que, de uma forma persistente e concretamente ligado ao quotidiano das pequenas (e grandes) comunidades terá de passar por "grupos" de intervenção não subordinados directamente às organizações políticas da esquerda portuguesa. Que se multipliquem os grupos, como aquele, que dá expressão a esta revista.



POLÍTICA CULTURAL

INTERVENÇÃO

uma educação criadora para as sociedades africanas independentes

(Reflexões sobre o primeiro Encontro de Ministros da Educação e Educadores de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, Bissau, de 15 a 24 de Fevereiro, 1978.)

por MARCOS ARRUDA

- educador do IDAC — Instituto de Acção Cultural, Genebra
- economista do Instituto Transnacional, Amsterdam.

Como pode a educação ser um instrumento de superação das desigualdades sociais, um elemento fundamental no processo de desenvolvimento nacional, um factor de revalorização da identidade cultural africana e um contexto gerador de novas relações pedagógicas e de um novo processo de aprendizagem?



Cinco países africanos recém libertados do jugo colonial reuniram-se há poucas semanas para debater estas questões, à luz das suas experiências de educação e de desenvolvimento nestes primeiros anos de independência.

Entre 15 e 24 de fevereiro, realizou-se em Bissau o primeiro Encontro de Ministros da Educação e Educadores de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Reunião académica? Palco de discussões abstratas e prolixidade auto-complacente? Não. Encontro de combatentes de uma nova luta pela liberdade, com o fim de aperfeiçoar a sua estratégia de luta e reforçar a sua unidade.

Para esses povos, a guerra de libertação foi um combate contra um inimigo bem visível; tratava-se de pegar em armas e expulsar o invasor. Hoje, ainda que o inimigo continue ameaçando do exterior, o que se interpõe no caminho do seu progresso são as velhas estruturas sociais, o subdesenvolvimento e a dependência, o fatalismo e o analfabetismo. Por tudo isso, faz-se necessária a união dos esforços não apenas para a defesa e o desenvolvimento económico mas também para a educação das populações como sujeitos activos desse processo. E esta união adquire tanto maior importância quanto é mais difícil hoje o combate pela edificação de sociedades isentas de toda a forma de exploração.

A história dos povos africanos está marcada pela violência do racismo e da exploração colonial, que representou para as nações ocidentais europeias a garantia do enriquecimento material e da industrialização acelerada.

Nas sociedades coloniais portuguesas de África, o sistema educacional desempenhava uma função importante como meio de controle social e de condicionamento ideológico. Organizada em função das necessidades da colonização e, por isso, concentrada nos principais centros económicos, a escola era, ao mesmo tempo, um reflexo e um factor de reprodução de uma sociedade de exploração e servitude.

Os longos anos de resistência destes povos à dominação foram coroados pela derrota do colonizador e também daqueles que tentaram impor pela força uma situação de exploração neocolonial. No entanto, os séculos de opressão e, particularmente, as décadas recentes sob o domínio de Portugal fascista deixaram a estes povos uma triste herança: estruturas arcaicas, geradoras de dependência e subdesenvolvimento, obscurantismo e uma extrema pobreza material.

A este peso histórico negativo acrescentam-se hoje novos obstáculos e perigos que ameaçam a independência política desses países. Angola, o país mais ameaçado por causa do seu potencial económico e da sua importância estratégica para o continente, desenvolve o seu esforço de reconstrução nacional sob o assédio de grupos mercenários neocolonialistas, que são apoiados pela África do Sul e pelo Zaire, e financiados e armados pelas potências capitalistas ocidentais. Moçambique tem tido que enfrentar os ataques das forças racistas da Rodésia, ao passo que São Tomé e Príncipe sofreram recentemente mais uma ameaça de invasão por forças mercenárias, instrumento da geopolítica imperialista de uma potência europeia. E que dizer de um país cuja dependência da ajuda externa é total? É o caso de Cabo Verde, que se defronta com uma extrema penúria material resultante da calamitosa seca que castiga há nove anos o Arquipélago.

Além disso, os países em questão não estão isentos de outras ameaças mais subtis que o capitalismo mundial tem usado habitualmente para impedir que um país se liberte do seu domínio.

É neste quadro de luta contra as ameaças externas e as deficiências internas que se concentra actualmente o esforço desses países em lançar as bases para a edificação de um futuro próspero e independente.

Na sessão de abertura do primeiro Encontro de Ministros da Educação e Educadores daqueles cinco países, dirigida por Luís Cabral, Presidente da República da Guiné-Bissau e Secretário-Geral adjunto do PAIGC*, o Ministro da Educação deste país, Mário Cabral, formulou as razões que o levaram a organizar este Encontro: a existência de uma história comum, forjada ao longo do processo de resistência e de luta contra o mesmo inimigo; a existência de um projecto comum que visa a completa soberania e a independência económica, social, tecnológica e cultural; a existência de diversos problemas comuns herdados da dominação colonial e, por fim, a necessidade de, no contexto específico da reconstrução nacional de cada país, redefinir a educação buscando, por meio do debate crítico e da experimentação criadora, formar as populações para a tarefa imensa e urgente de edificar novas sociedades libertadas.

Alguns meses antes do Encontro, uma série de questões referentes à relação entre educação e quatro temas fundamentais — o conhecimento, o desenvolvimento económico, a desigualdade social e a identidade cultural — foram submetidas aos países participantes. No documento preparatório, cada país deveria analisar as formas como está buscando responder àquelas questões. O Encontro, por sua vez, foi estruturado de maneira a dar maior peso aos debates do que às apresentações. Para isto constituíram-se quatro comissões de trabalho, cada uma responsável por um dos temas.

EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO

Se a nova educação é redefinida como acto de conhecimento, como descoberta e criação de um saber vivo e relevante, como redefinir o papel do professor como facilitador deste processo de aquisição de um conhecimento novo?

Como aproximar a escola da comunidade, revalorizando a sabedoria e a experiência dos adultos no processo educativo e estimulando os alunos a se inserirem na comunidade através da realização experimental de tarefas concretas de utilidade imediata para a vida do grupo social?

Como favorecer nos estudantes a prática da observação e da experimentação como fonte privilegiada do conhecimento teórico?

A educação tradicional dos povos africanos, que prevalece ainda onde o contacto com o colonizador foi reduzido ou nulo, tinha um carácter informal, colectivo, polivalente. O método educativo era prático, ligado à vida do grupo social e nele cada um tinha um papel a desempenhar. A escola, portanto, era a vida e os professores eram os elementos mais experientes da comunidade. Porém, essa educação era limitada no espaço e no tempo.

A penetração colonial introduziu uma ruptura deste processo educativo tradicional, institucionalizando a educação através de um sistema escolar desligado do meio social e da realidade cultural africana. O carácter autoritário, elitista e selectivo desta educação passou a agir como factor de dominação e alienação. Tal sistema prevaleceu em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe até à independência. No entanto, em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, à medida que o MPLA*, o PAIGC e a FRELIMO** foram libertando partes do território dos seus países, implantaram uma educação de tipo novo, voltada para a realidade das populações locais e directamente ligada à problemática da luta de libertação nacional.

Expulso o colonizador, os movimentos de libertação viram-se confrontados com a tarefa gigantesca de construir sociedades plenamente independentes, e definiram como objectivo central a eliminação de toda a forma de exploração. A educação foi então redefinida como um acto político que deveria orientar-se por princípios coerentes com a ideologia do partido e governo de cada um desses países. O Encontro de Bissau afirmou que a Educação não deve ser tarefa apenas dos departamentos governamentais, mas de toda a comunidade e deve estar no centro do processo de desenvolvimento socio-económico.

Para concretizar este projecto de uma nova educação, os participantes do Encontro propõem-se:

- encontrar as formas mais eficazes de superar o divórcio entre a escola e a comunidade, ligando o trabalho produtivo ao estudo, para satisfazer às necessidades da vida escolar e social. Vinculando a escola à comunidade por meio do trabalho produtivo e reformulando os programas de ensino se lograra recuperar os autênticos valores culturais dos povos africanos e também superar outras dicotomias como, por exemplo, as que opõem a teoria à prática, o trabalho intelectual ao trabalho manual, o educador ao educando;
- formar um novo educador que associe à competência profissional e pedagógica a qualidade política e a dedicação ao serviço do povo; um educador que possua clareza e espírito de iniciativa para buscar a seiva cultural tanto na tradição dos povos africanos quanto nos conhecimentos de domínio universal, e que participe activamente com os educandos na busca do novo conhecimento e nos trabalhos de edificação da nova sociedade;
- dar prioridade ao melhoramento e à extensão do ensino básico às populações;
- encontrar novas formas de avaliação dos conhecimentos baseados na capacidade do estudante de aplicar criativamente os conhecimentos adquiridos, e incorporar nelas os aspectos não-quantificáveis da educação, tais como as faculdades de invenção e iniciativa, a aptidão ao pensamento crítico e ao trabalho em equipe, a participação nas tarefas produtivas e a dedicação no serviço à comunidade.

* Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

* Movimento Popular de Libertação da Angola.
** Frente de Libertação do Moçambique.

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Como substituir a educação voltada para a promoção individual, que perpetua sistemas sociais de opressão e marginalização, por uma educação voltada para o conjunto da população, que a capacite para responder colectivamente às necessidades do seu próprio desenvolvimento económico, social e cultural?

Como fazer da educação de adultos um instrumento que mobilize e capacite a população para pôr em prática conhecimentos úteis à melhoria imediata da sua vida quotidiana, compensando com o seu trabalho e criatividade a carência de recursos materiais?

Como promover a formação, quanto possível dentro do próprio país e em prazos de tempo mais curtos, dos quadros profissionais e técnicos capazes de responder criativamente às exigências do desenvolvimento socio-económico, maximizando a utilização dos recursos naturais e técnicos locais, sem reproduzir inadequadamente modelos externos de educação e de desenvolvimento?

O sistema educativo colonial estava orientado para a formação de um número mínimo de nacionais, para servir de auxiliares na administração e nos serviços do governo colonial, e para garantir o prosseguimento da exploração económica dos povos africanos.

Ao insurgir-se contra esta dominação, os movimentos de libertação nacional criaram uma educação que habilitasse os combatentes e a população para responder às suas necessidades imediatas da luta e da sobrevivência.

Alcançada a independência política, os novos governos iniciaram a busca de um sistema educacional que, ao desenvolver a competência, tenacidade e imaginação dos seus povos, visa capacitá-los para participar consciente e activamente na edificação das suas sociedades.

Apesar das especificidades nacionais, os participantes do Encontro afirmaram uma perspectiva comum de desenvolvimento, a saber:

- **um desenvolvimento autocentrado**, cuja força motriz seja a própria capacidade produtiva e criadora do povo;
- **um desenvolvimento independente**, estruturado para responder não às exigências impostas por empresas internacionais ou pelo mercado externo, mas às necessidades básicas da população, potencializando a utilização dos seus próprios recursos humanos, naturais e tecnológicos;
- **um desenvolvimento harmonioso e integrado**, que busque superar as tradicionais deficiências e dicotomias das suas sociedades: o dualismo entre a cidade e o campo e entre a produção industrial e a produção agrícola; a hipertrofia dos sectores de serviços em relação aos sectores produtivos; a macrocefalia e o burocratismo das estruturas de administração estatal; a ausência quase absoluta de uma formação científica dos quadros nacionais; e a compartimentação dos diversos órgãos de planificação e coordenação da vida socio-económica do país;
- **um desenvolvimento democrático**, fundado numa mobilização e capacitação efectiva da população para as tarefas de gestão e de edificação da nova sociedade, de modo que esta participação popular seja a garantia da independência económica e política do país.

É em função das necessidades dos seus projectos de desenvolvimento que esses países procuram estruturar e planificar a sua educação. Em outras palavras, são as exigências do desenvolvimento que irão determinar quantos quadros formar, a que custo, para que actividades e por quanto tempo.



Os participantes detiveram-se especialmente nas suas experiências de educação popular de base e de formação profissional e técnica, e deste debate resultaram as seguintes recomendações:

- que a educação popular de base constitua uma prioridade na etapa actual do desenvolvimento dos cinco países;
- que o seu conteúdo inclua não apenas a alfabetização mas também outros campos de conhecimento cujas noções básicas possam instrumentar a população para a melhoria imediata das suas condições de vida e de trabalho;
- que como meios de comunicação no processo educativo sejam utilizados não apenas a palavra escrita mas também a acção directa junto à comunidade, os meios visuais, o teatro e a rádio;
- que a responsabilidade de planificar a formação profissional e técnica esteja vinculada a um organismo nacional de planificação e coordenação que integre os sectores vitais do desenvolvimento económico;
- que estes sectores decisivos da economia nacional estejam directamente ligados à acção de reformular progressivamente as estruturas e os programas de formação profissional e técnica, de modo a adequá-los às realidades, recursos e objectivos do país;
- que a legislação em vigor assegure o acesso de todos os trabalhadores à educação, dentro das horas normais de trabalho e sem prejuízo dos salários;
- que se desenvolva a complementaridade das estruturas de formação média e superior entre os cinco países, e se crie uma comissão intergovernamental para coordenar a sua concretização.

EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL

Se na sociedade africana em construção ainda não é possível assegurar uma escolaridade longa ao conjunto da população, como definir a estrutura da escola, bem como os seus conteúdos e métodos, a fim de impedir que sejam sobretudo os jovens saldos da pequena burguesia urbana que tenham acesso aos níveis "superiores" de ensino?

Como pode a nova educação promover, em palavras e na prática, os valores sociais do trabalho cooperativo e do serviço à comunidade, essenciais à edificação da nova sociedade?

A educação colonial gerava e reforçava a desigualdade social mediante a formação de um sector minoritário de assimilados ao serviço do colonialismo. Não havia nada em comum entre a escola colonial e a sociedade africana. A imposição do português como única língua de ensino e a centralização da estrutura escolar nas cidades em prejuízo do meio rural transformavam a escola num feudo de uma pequena elite. Além disso, os métodos pedagógicos autoritários e o conteúdo alianante das disciplinas, programadas com o fim de europeizar os estudantes, faziam da educação um factor de desintegração cultural e psicológica.

Seria o acesso do conjunto das populações à escola suficiente por si só para assegurar uma efectiva democratização da educação? O debate sobre esta questão levou os participantes a perguntar-se o que significa de facto democratizar o saber.

O primeiro facto a observar é que uma sociedade fundada na desigualdade reproduz-se a si mesma na educação. Numa sociedade desigual, um estudante traz para a escola todos os factores de desigualdade que marcam a sua vida. A democratização, portanto, deve ser um processo harmónico, que envolva todas as instituições e todos os âmbitos da vida social. Em segundo lugar, a democratização do conhecimento é impossível sem a nacionalização e a laicização do ensino, e a existência de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Os participantes adoptaram como objectivo estratégico prioritário o acesso das populações ao ensino de base, e a gradual extensão do número de anos desta escolaridade de base, segundo o ritmo do processo e as características de cada país.

Propuseram-se como medidas concretas:

- uma acção sistemática de apoio, capaz de satisfazer as necessidades básicas dos alunos mais desfavorecidos;
- uma política de redistribuição dos recursos educacionais pelo território nacional, visando superar as disparidades criadas pelo colonialismo entre a cidade e o campo;
- a transformação do conteúdo dos programas de maneira a adaptá-los à realidade nacional, garantindo a seiva da identidade cultural, incorporando

criticamente os dados da ciência moderna e estimulando uma nova atitude perante o trabalho de modo a transformá-lo num componente essencial da aprendizagem;

- o estímulo à abertura da escola à comunidade, de modo a favorecer, por um lado, a participação das organizações de massa no trabalho educativo e, por outro, a participação dos alunos na vida geral da comunidade;
- a introdução de métodos colectivos de trabalho na escola para combater o individualismo e a competição, e a adopção de uma disciplina consciente e autoconsentida, que progressivamente capacite os alunos para poderem participar na gestão escolar.

EDUCAÇÃO E IDENTIDADE CULTURAL

Como fazer a síntese dos aspectos positivos da tradição africana e das aquisições da ciência e da técnica modernas?

Como valorizar e promover as línguas nacionais, que são a fonte, o suporte e o veículo do pensamento e dos valores culturais africanos, fortalecendo ao mesmo tempo a criatividade, o progresso autêntico e a unidade nacional?

Que foi a história colonial senão um longo processo de violação dos valores, direitos e identidade dos povos colonizados? Aqueles que se levantaram para reconquistar a sua liberdade estavam conscientes de que o fundamento essencial da independência de uma nação reside na sua identidade cultural. A luta de libertação nacional — acto e factor de cultura, segundo o fundador do PAIGC, Amílcar Cabral — constituiu a expressão política organizada da cultura destes povos em luta. Passaram a recusar o papel de simples consumidores ou imitadores dos valores estrangeiros de civilização, e abriram uma frente de combate por uma criatividade original e pela sua participação efectiva no enriquecimento do património cultural da humanidade.

Com a conquista total da independência, a questão da identidade cultural ganha uma nova dimensão: a sua salvaguarda constitui o fundamento e o motor do progresso da reconstrução nacional e do desenvolvimento. Ela se traduz por uma tomada de consciência global dos problemas do subdesenvolvimento e dos meios a accionar para resolvê-los.

No caso dos cinco países participantes do Encontro, trata-se de edificar um projecto de sociedade que esteja necessariamente enraizado nos valores da civilização criados por esses mesmos povos. O colonialismo veio e se foi, mas esses povos, ao preço do subdesenvolvimento, da extrema penúria e do sacrifício de um número incontável dos seus filhos, mantiveram íntegra a sua personalidade africana e viva a sua tradição cultural — os modelos de pensamento e acção, as técnicas de transformação da natureza, os modos de organização social e de transmissão do saber, e as formas de expressão cultural e artística. É por isso que a salvaguarda da identidade cultural desses povos se situa tanto na sua base social como no poder político, no sistema de educação e nos circuitos de difusão de conhecimentos da informação.

A diferença de tamanho geográfico e demográfico entre a Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé, por um lado, e Angola e Moçambique por outro, e os diferentes graus de penetração colonial em cada um desses países foram responsáveis pela diversidade das experiências e pontos-de-vista aflorados no debate sobre a questão linguística.

Para a Guiné-Bissau, a existência do crioulo, língua resultante do contacto prolongado entre as línguas nacionais e o português, permitiu ao PAIGC adoptá-la para a comunicação interétnica no tempo da guerra anticolonial. Hoje, contudo, ainda que o conjunto da população use as suas línguas maternas e o crioulo no trato quotidiano, o português continua sendo a única língua adoptada no ensino oficial. A revalorização da identidade cultural do povo guineense compreenderá necessariamente opções políticas visando a futura utilização do crioulo e de outras línguas nacionais no ensino.

O bilinguismo existente em Cabo Verde, onde o crioulo é a língua de uso quotidiano e o português a língua erudita, tende a manter-se mas a política do governo evoluiu no sentido da adopção efectiva do crioulo como língua nacional falada e escrita, e do português apenas como língua de comunicação inter-nacional.

Nas ilhas de São Tomé e Príncipe, devido ao contacto prolongado com o colonizador, o português é familiar aos ouvidos de toda a população. Porém, a língua habitualmente falada em São Tomé é o forro, outra forma de crioulo, e em Príncipe, o moncó, que parece ser um dialecto do forro. Para esta nação impõe-se, pois, a mesma necessidade de definir uma política linguística que perspetive a gradual adopção das línguas nacionais no ensino.

A situação em Angola e Moçambique é bem mais complexa. Suas populações são compostas por inúmeras etnias, e não se formaram crioulos que pudessem servir de línguas veiculares. Além disso, nenhuma etnia possui uma prevalência numérica relevante sobre as outras. Durante a guerra, os colonia-

listas exploraram as rivalidades tribais com o fito de enfraquecer a resistência. Diante das ameaças que ainda pairam sobre os dois países, a luta pela superação do tribalismo e pelo fortalecimento da unidade nacional constituem uma alta prioridade para o MPLA e a FRELIMO. Tornou-se, pois, indispensável na actual conjuntura a extensão do uso do português como língua veicular. Entretanto, as línguas nacionais serão gradativamente estudadas e promovidas.

Não obstante estas diferenças, os países participantes traçaram as seguintes directivas comuns:

- incorporar na nova escola, através das actividades permanentes de pesquisa e de integração com a comunidade, todos os aspectos positivos do saber tradicional africano;
- adoptar uma atitude vigilante contra as tentativas de infiltração ideológica do capitalismo mundial através dos meios de comunicação massiva e dos modelos de produção e consumo, para a salvaguarda da identidade cultural e da independência;
- definir uma política linguística fundamentada na promoção e no estudo de idiomas nacionais;
- formar quadros para a pesquisa e o domínio dos elementos científicos relativos à investigação socio-linguística e socio-política, à transcrição dos sistemas fónicos e fixação da escrita e à sistematização das estruturas gramaticais, com vista a introduzir as línguas nacionais no ensino;
- a adopção de uma metodologia adequada ao ensino do português como língua estrangeira.

A iniciativa deste Encontro representou para a Guiné-Bissau, um pequeno país em processo de construção, parco de recursos materiais e financeiros e contando com um número reduzido de quadros, um excepcional esforço e, ao mesmo tempo, uma incontestável vitória, tanto pelos resultados da reflexão conjunta sobre as questões cruciais da educação e do desenvolvimento como pelo fortalecimento dos laços entre esses cinco países.

No discurso de encerramento, Francisco Mendes, Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau, sublinhou que, "na verdade, a situação geográfica e as realidades históricas concretas de cada um dos nossos países faz com que os sistemas de ensino não possam ser completamente idênticos; mas o mais importante foi a afirmação da nossa vontade comum de atacar juntos o inimigo também na frente da Educação e do ensino, para atingirmos o objectivo que é a liquidação total do analfabetismo e da ignorância numa sociedade liberta de toda a forma de exploração."

Foi aprovada unanimemente a decisão de se organizar futuros encontros de educadores cada dois anos, e de realizar o segundo Encontro de Ministros da Educação e Educadores desses cinco países em 1980, na República Popular de Angola.

Nas suas palavras finais, o Ministro Mário Cabral sintetiza os resultados imediatos do Encontro: "Este primeiro Encontro permitiu-nos conhecer as experiências e projectos uns dos outros e constatar que, embora os condicionamentos histórico-sociais imprimam diversidade num ou noutro aspecto, existe uma extraordinária convergência de orientações e soluções para os problemas que se nos deparam. Podemos sem receio afirmar que o projecto é comum nas linhas gerais, aplicado ao caso específico de cada país. Isto significa que os povos unidos por uma ideologia e história comuns afirmam sempre os mesmos princípios de libertação social, quando as suas vozes podem finalmente exprimir-se e criar."

Chefiaram as delegações dos cinco países: Artur Pestana (Pepetela), vice-ministro da Educação da República Popular de Angola; Carlos Reis, Ministro da Educação da República de Cabo Verde; Mário Cabral, Ministro da Educação da República da Guiné-Bissau; Sílvia Costa, Secretário-Geral do Ministério da Educação da República Popular de Moçambique e Celestino Costa, Ministro da Educação, Justiça e Desportos da República de São Tomé e Príncipe. A estes juntou-se José Luís Guterrez, representante da FRETILIN, o movimento de libertação nacional do Timor Leste.

Além dos representantes dos cinco países, estiveram presentes as organizações internacionais que contribuíram directamente para a realização do Encontro — o Conselho Mundial das Igrejas, na pessoa do educador brasileiro Paulo Freire, o IDAC — Instituto de Acção Cultural, de Genebra (que Paulo Freire dirige), e o SUCO — do Canadá (Yvon Madore). Também compareceram outras organizações que colaboraram activamente com os países participantes, no domínio da Educação: a UNESCO (Miguel Soler Roca), a SIDA, organização sueca de ajuda ao desenvolvimento (Patrick Engellau), o CIDAC, de Lisboa (Luísa Theotónio Pereira), o IRFED, de Paris (Luís Sena), a UNICEF (Almyr de Melo), o CLAD — Centro de Linguística Aplicada da Universidade de Dakar (Jean Doneux) e o ICEA — Instituto Canadense de Educação de Adultos (Monique Onellette).



INTERVENÇÃO

**precisa
de nova sede**

**A intervenção cresce.
O espaço que dispõe
actualmente
é pequeno e ainda
compartilhado com outras
associações.**

**Precisamos de um espaço
ainda que não muito
grande, mas nosso e em
Lisboa.**

**Se tiveres alguma sugestão
escreve-na para o
apartado 21.064
Lisboa 2**

CONVENÇÃO

"O Atelier de Artes Plásticas, é uma iniciativa cultural da Câmara Municipal de Portalegre, e existe fisicamente no Convento de Santa Clara, edifício existente desde o séc. XII".

Cá de fora não se suspeita que há um jardim quadrado envolvido por arcos de vários feitios e tamanhos, com estranhas colunas gémeas que lembram uma procissão de frades aos pares, possivelmente entoando cânticos religiosos. A sugestão dos cânticos é dada com certeza pelo chilrear da passarada que povoa as quatro ou cinco árvores do jardim, ou pelo soar dos sinos da Sé, que se vê através dos claustros.

Colunas com setecentos anos, arcos em ogiva, uma fonte barroca ao centro, arcos de volta inteira, uma sala acabada de construir, arcos de volta abatida, uma capela com uma legenda "esta obra se fez no ano de 1749, sendo digníssima Abb.^a a R.^a M. Ignes de Santa Clara", uma retrete-balneário com um termoacumulador avariado, uma grade dos últimos anos do séc. XVI. Que confusão. Subindo dois lances de escadas à esquerda, estamos no 1.º andar. Mais arcos e colunas. Cá em baixo, um espaço cénico que é uma maravilha. Outra vez escadas, estas íngremes e estreitas. Em frente, três lavatórios alinhados. À esquerda, uma sala comprida. O atelier de artes plásticas.

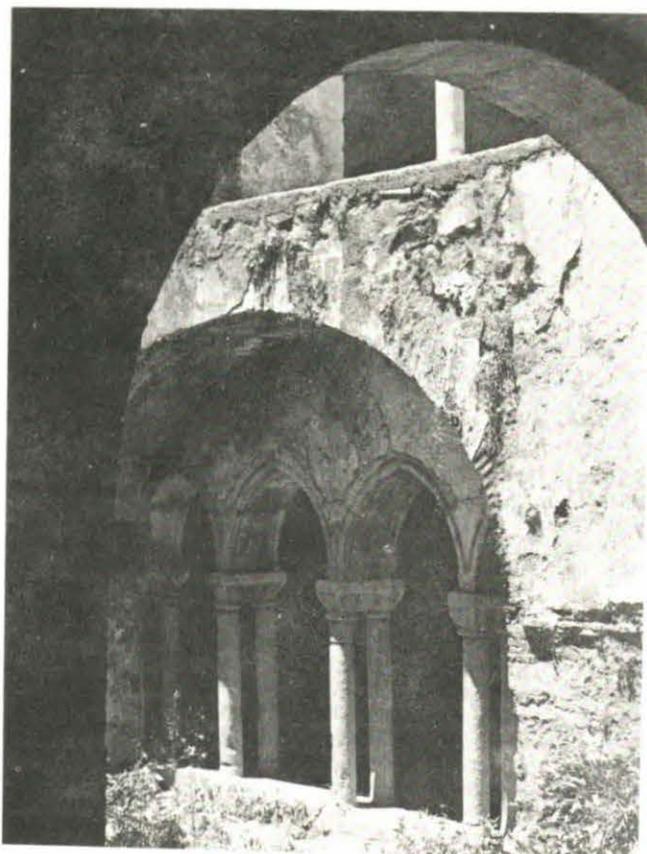
Quando, pelo mês de Abril, o atelier arrancou, optou-se por dividir em grupos etários, os cerca de oito dezenas de participantes. Um grupo dos 6 aos 10, outro dos 10 aos 14, outro dos 14 aos 17 e ainda outro dos adultos. As actividades iniciais eram três. Iniciação ao Desenho, Iniciação à Pintura e Iniciação à Fotografia. Não era, porém, o critério mais adequado. Os que apenas estavam interessados em Fotografia, acabavam por "grammar" o Desenho e vice-versa. Findo o trimestre organizaram-se os grupos por actividades — exceptuando o grupo dos 6 aos 10 anos, que se transformou numa oficina infantil. Mas mesmo fora do espaço reservado às sessões, o atelier respira. Gente que vem acabar um quadro incompleto, que vem dar dois dedos de conversa, que vem estudar Matemática ou Geografia, num estirador ao canto. As duas salas têm arrumações diferentes. A maior com 5 grandes janelas sobre o jardim, tem estiradores semeados. Um grupo em U, quatro juntos, uma fila junto à parede, um solitário entre o armário e a janela. Na sala menor 12 estiradores juntos, formam uma grande mesa ao centro, coberta de papel cenário. Pediu-se a um grupo que pintasse a porta que separa as duas salas. Pintaram a porta e extravazaram para a parede ocupando-a toda. Estantes com imensos objectos diferenciados esperam a sua vez de serem modelo. Na sala grande os painéis de corticite estão cheios de desenhos, pinturas, experiências, avisos, ver-

arte no convento: um projecto

AURÉLIO A. BENTES E BRAVO

orientador do Atelier

... sos, comentários. A estátua ao canto, perto da janela, — oriunda de uma linda cascata que existiu num jardim da cidade, e que foi assassinada há alguns anos — umas vezes fuma, outras vezes está agasalhada com casacos, ou segura comicadamente um pincel ou outro objecto menos ortodoxo. Os armários, um deles com uma típica porta de reixa, cheios de caixinhas de yougourt com lápis de cera meio gastos, giz, um copo cheio de pincéis, resmas de papel cavalinho, cadernos de papel de esboço, latas de tinta, trinchas, canudos de refresco, arames, pedaços de cartão, eu sei lá. Ao fundo, uma porta fechada, a aguardar melhores dias. Tal como a placa arremada ao canto o indica, virá a ser a sala da serigrafia. O material aguarda desde há muito a cedência daquele espaço. Descendo a escada, à esquerda, lê-se laboratório de fotografia. A câmara escura toda pintada de preto, já tem algum material: um ampliador recém-comprado, outro generosamente oferecido. Tanques de revelação, esmaltadeira, guilhotina, produtos. A máquina fotográfica, o tripé e os focos são emprestados. Lá, foi revelada toda a reportagem do fabrico dos barros de Nisa, que corre, infelizmente, o risco de desaparecer. Lá, estão a ser revelados os diapositivos das peças existentes nos museus da cidade, inventário feito por um grupo, que por acaso nunca pensou vir a "perceber" tanto de museus. Lá irão ser revelados, possivelmente, levantamentos etnográficos, de arquitectura, trabalhos técnicos, campanhas educativas, obras para exposições, concursos, etc.



Um grupo pinta agachado e em posição de decúbito, num enorme pano, grandes letras, num salão que fica do outro lado dos claustros. São praticamente os mesmos que fizeram os cenários gigantescos para aquelas peças representadas pelo Grupo Cénico do Liceu.

Aliás parece que este grupo se transformou em Associação, e vem também para cá, para o Convento, ensaiar no tal salão e conversar connosco. Tínhamos imenso para trocar. A ser assim, juntamente com um grupo de animação cultural, que faz teatro infantil e alfabetização — O Semeador —, um grupo que faz teatro de fantoches — O Grupo António Aleixo — e um coral que "consta", se vai estabelecer aqui, era concerteza o começo da Festa.

Lá, ao lado do tal salão, é que havia espaço para pôr a nossa roda de oleiro (que comprámos ao oleiro de Nisa), bem como uma mufla que ainda não temos, mas havemos de arranjar. Ou então aproveitar a oferta do sr. António (o tal oleiro) que construía um pequeno forno tradicional num dos jardins interiores.

Há por estes dias uma certa azáfama porque se prepara e grande Exposição. Trata-se da I Exposição de Pintura de Iniciados no Atelier. É importante para nós.

Vai estar patente numa outra conquista do Atelier — a Galeria Municipal de Arte. É uma antiga cavaliária, empedrada com paralelepípedos, madres grossas com travamentos à parede, paredes toscas, manjedoiras e tudo. E então num sítio central, muito acessível, onde as pessoas entram até por acaso. Foi lá que se organizou a Exposição "Pintores do Alentejo", na qual o Atelier em peso, teve parte decisiva. Vamos ver se depois desta que estamos a preparar, cá trazemos muitas mais, e não só de pintura, mas de tudo o que valha a pena ser visto e ser divulgado. Este acontecimento já vem até anunciado no nosso pequeno jornal de "Artes Plásticas", por onde nós pretendemos veicular as nossas actividades, e sensibilizar muitas mais pessoas para "estas coisas". Até porque, para além da prática diariamente desenvolvida, a nossa finalidade principal é mesmo essa, e a nossa proposta não cabe no nosso jardim.

A confusão no Convento não destrói a sua unidade no tempo e no espaço. A com-fusão das diversas actividades e dos diversos grupos não impede, antes beneficia, a unidade cultural de uma cidade.



animação desportiva

Nos dias em que vivemos e passados quase cinco anos depois do 25 de Abril de 1974, continuamos a ter uma Cultura e uma Ideologia muito marcadas pelo longo período do Fascismo. Não existe uma relação equilibrada entre as necessidades culturais do nosso povo e as condições que lhe são postas à disposição; continua a existir, sem dúvida, um grande fosso entre os meios culturais das classes sociais ricas e as camadas populacionais mais desprotegidas, e no entanto, acreditamos que o acesso à cultura é um direito do povo e um dever dos governantes.

O caso da Educação Física e do Desporto é flagrante, sendo notório o contraste existente entre a propaganda do desporto e do espectáculo desportivo, que foi e continua a ser feita (por exemplo, pelos órgãos de comunicação social), e a falta de infraestruturas tendentes a resolver estes problemas, ficando-se na maioria dos casos por medidas conjunturais, pequenos "remendos" com pouca expressão prática, resolvendo-se raramente as carências das populações.

A Animação Desportiva, como parte integrante da Animação sócio-cultural é um sector muito importante, sendo um campo muito privilegiado pela facilidade com que as populações aceitam as iniciativas de Animação, devido não só às necessidades por elas sentidas, mas também, pelo impacto que o desporto tem junto das massas. De facto, com uma bola na mão, um animador com bom poder de comunicação, facilmente cataliza um grupo de crianças ou jovens para a prática desportiva, cabendo-lhe depois a árdua tarefa de criar condições para que o trabalho continue.

Ao iniciar-se uma experiência de Animação desportiva é fundamental que se esteja consciente do escalão etário com que se vai trabalhar e a partir daí estabelecer os objectivos específicos a alcançar, bem como as técnicas a utilizar. (Segundo os meios de que se dispõe). Por exemplo se se tratar de um grupo de crianças de 5, 6, 7 anos, não se começará por propor um jogo colectivo como o basket, ou o andebol, pois que tais desportos estão totalmente desligados do perfil psico-motor desse escalão etário, em que não existe ainda uma capacidade por parte da criança para se relacionar organizadamente em grupo, neste caso, dentro de uma equipa.

No caso da Animação Desportiva de adultos é indispensável que se considere que muitos deles nunca tiveram nenhuma prática desportiva anterior, e os que tiveram foi acidental (ex. a nível escolar, militar, etc...) e que assim a dinâmica deverá ser adaptada conforme a constituição do grupo, tanto mais que é importante a Animação Desportiva ao nível destes escalões etários, pelo que representa de descontração depois do trabalho e de ocupação dos tempos de lazer.

O animador desportivo deverá estar consciente do esforço e tipo de actividades que vai propor, pois no caso desportivo pode surgir o desencorajamento da criança, jovem ou adulto, por não conseguir acompanhar inicialmente a actividade em causa. (De que

Rui Horta



serviria propor uma corrida num circuito de obstáculos em que estes fossem tão difíceis de superar, que alguns dos intervenientes nem sequer conseguissem concluir a prova...)

O factor competição é, sem dúvida, o "ponto quente" que qualquer animador desportivo deve saber utilizar, sem que isso se torne numa verdadeira obsessão para os praticantes, devendo esta ser encarada como um meio educativo e não como um fim em si. (por exemplo evitando um vencedor único, ou um vencedor que se repita constantemente, etc...)

Qualquer animador deverá estar consciente do alcance sócio-político do processo de animação que vai desenvolver, já que a Educação Física e o Desporto não se podem separar de uma realidade sócio-política em que se inserem.

Isto é tanto verdade que muitas vezes à volta de uma experiência de Animação surgem repercussões sociais de diversa ordem, não parando aqui o processo que se desencadeia.

É o caso de uma localidade onde se arrancou inicialmente com uma experiência de Animação Desportiva, que consistia na prática de Voley, Mini-Basket e Atletismo. A Sociedade recreativa local cedeu o salão de festas para a realização das sessões e pouco a pouco os pais das crianças começaram a vir assistir às aulas, gerando-se entre estes um interesse pela experiência em causa. Nas semanas a seguir resolveram dar o seu apoio e eles mesmos construíram duas tabelas de mini-basket, uma rede de voley, e marcaram os campos no chão do salão de festas. Com o tempo este grupo veio



a transformar-se em grupo cultural tendo posteriormente realizado várias passagens de filmes e peças de teatro.

Inversamente também pode acontecer que da organização popular para outros fins surja a necessidade da Animação Desportiva ou de qualquer outro tipo cultural.

Em qualquer dos casos está bem patente a relação entre a comunidade e o trabalho de Animação que se desenvolve, devendo o animador estar alerta para as possibilidades de alargamento sócio-cultural da experiência a que se dedica. Cabe aqui definir algumas particularidades do animador. Em 1.º lugar podem-se dar dois casos divergentes: o animador é local, vivendo o seu dia a dia na zona de intervenção, ou o animador é um agente estrangeiro ou pelo menos com uma presença temporária no local onde intervêm. Estas duas diferentes situações são fundamentais no aspecto de sequência de trabalho, pois que, se o animador é um indivíduo que não pertence ao agregado populacional a experiência pode fracassar por falta de apoio durante o processo, ou por desmobilização depois deste abandonar o local de intervenção. Cabe assim ao animador, e como sempre, a dupla tarefa de não só realizar o seu trabalho no local, como também recrutar elementos que o apoiarão e futuramente darão continuidade ao trabalho.

Em 2.º lugar é indispensável focar a questão da qualidade e quantidade dos conhecimentos teórico-práticos do animador desportivo, pois que neste caso

específico é necessária uma bagagem de conhecimentos teóricos e técnicos razoável, pois joga-se, antes de mais, com factores muito importantes de ordem pessoal, tais como a constituição anatómica, fisiológica, e psíquica e até moral, das populações com que se intervém.

Isto leva-nos a pensar, quem são, na prática os animadores desportivos. Pensamos que dois casos acontecem mais frequentemente: 1) animador é um indivíduo com formação adequada (habitualmente estrangeiro ao agregado populacional) e consciente das necessidades do meio enceta um trabalho planeado, organizado, e com os meios de que dispõe, tenta dar corpo à experiência a que se dedica. Neste caso pode vir a ter que enfrentar a hostilidade do meio, cabendo-lhe aqui a tarefa de conquistar para a causa desportiva a mobilização da população local.

2) O animador é um indivíduo do meio populacional, frequentemente um antigo atleta ou desportista, um autêntico "carola" do desporto, que pelos meios que consegue ensaia a dinamização local, subsistindo nestes casos outros problemas como por exemplo, a inexperiência e a falta de conhecimentos.

É importante chamar a atenção para uma questão de fundo que se prende com a relação do animador com o grupo durante o trabalho de animação. Essa questão é o paternalismo com que não raras vezes se reveste a sua relação com o meio ignorando-se desta forma o poder criativo dos indivíduos, sendo esta uma das principais causas de uma desmobilização posterior.

CENTROS CULTURAIS
ACÇÕES DE CAMPO

INTERVENÇÃO

Santa Vitória do Ameixial é uma pequena aldeia a dez Km da sede do concelho.

No aglomerado principal vivem cerca de trezentas almas. Depois há outros núcleos que se espalham pela área da freguesia até aos matos, onde confina com outra freguesia do concelho — Evoramonte —, e do concelho vizinho de Arraiolos.

Terras onde o isolamento é completo, onde tudo falta, desde as vias de comunicação, à luz, à água. Onde estar doente é uma situação desesperada porque o médico dificilmente lá se desloca e, se o faz, pode chegar tarde. Terras onde há pessoas que não vão à sede da freguesia há um ror de anos!

Para norte, um dos limites é a serra. Por detrás da serra vivem os vizinhos de Santo Estevão, ainda mais dispersos, mais isolados. São bons vizinhos: pequenos agricultores. Desta freguesia vai muita gente casar a Santa Vitória ou repousar de vez no seu cemitério.

Em Santa Vitória já não vai faltando tudo. No entanto, é prioritário um gabinete médico e um recinto fechado para convivência.

Só dispõem das salas da Escola primária. Ao ar livre, duas salas importantes — o largo, pequeno, em frente da ermida, e o terreiro defronte da Escola.

As pessoas daqui são muito simples e comunicativas, francas, hospitaleiras e, quando se lhes ganha a confiança, abrem-se extraordinariamente.

Respeitá-las nas suas condicionantes de trabalho e de cultura foi um princípio nosso, quando o grupo de Dinamização Cultural de Estremoz — constituído por professores dos Ensinos Preparatório e Secundário, a trabalharem com o Museu de Estremoz, desde Outubro de 1978, se aproximou delas.

Aliás, o grupo foi criado com o objectivo de trabalhar junto das populações, com a preocupação de alargar o conceito de cultura, alertar as populações para os seus valores culturais e humanos, pondo-as a pensar e a reflectir sobre a defesa e conservação do património local de que são elementos de informação e transformação. Mostrar-lhes que estarem empenhadas numa tarefa destas não diz só respeito a elas próprias e à freguesia, mas ao concelho, ao distrito, à província, ao país e à própria Humanidade.

Contactos havidos com o Dr. Per-Uno Agren, consultor da Unesco para o nosso país, e com a equipa do Museu das Janelas Verdes, levaram-nos ao Encontro "Museus e Populações locais", realizado em Janeiro passado, em Guimarães.

quando as comunidades tomam consciência dos seus valores

SANTA VITÓRIA DO AMEIXIAL (ESTREMOZ)

—crónica de uma acção cultural

(Joaquim Vermelho)

De há muito que alguns dos componentes do grupo sentiam que o Museu não se podia confinar às quatro paredes do seu edifício, onde carinhosamente se foram recolhendo, aos poucos, as colecções resultantes das pesquisas efectuadas nos armazéns do Município, das ofertas generosas, e de uma ou outra aquisição corajosa como o foi a compra dumas três centenas de bonecos de Estremoz, dos séculos XVIII e XIX.

No Encontro de Guimarães tivemos ocasião de dar a conhecer o nosso trabalho, quer pessoal, quer de grupo — museu — escola, escola — museu, museu — meio local. Tudo muito limitado sempre — desde o erguer do Museu às outras actividades, visto que nunca dispusemos de verbas certas e estas mesmo quando conseguidas eram teimosamente extorquidas da municipalidade, sempre a braços com toda a sorte de carências que julgamos mais prioritárias do que a cultura e dinamização das populações para os seus valores, do que a conservação e defesa do património cultural dum concelho.

O que ia acontecendo era mais o fruto da nossa imaginação, da nossa consciência do que importava quanto antes salvar, do muito sacrifício pessoal, inclusivé de dinheiro saído das nossas algibeiras.

No regresso de Guimarães tudo o que fervilhava em nós de há muito, passou mais decididamente à prática com as populações das freguesias. Tivemos a confirmação de muitas coisas. Estávamos num caminho de razão e que não havia lugar a mais compassos de espera no que respeitava a certas acções e conceitos.

Dentro do Museu pouco se podia avançar ao que já fora realizado e o que importa lá pôr de pé, excede-nos. Cá fora, no entanto, havia um mundo de coisas a descobrir, oculto nas casas de cada um, tesouros que as pessoas guardavam — apesar dos saques e vigarices a que têm estado sujeitas — tesouros que representam a identidade dum povo que somos todos nós. Inventariar, fotografar, organizar fichas, ouvir e sentir com as pessoas, ao seu ritmo. O Museu transforma-se num centro de documentação da área e os lugares do concelho, centros de interesse para constantes acções. Um Museu de dentro para fora e simultaneamente de fora para dentro. A montagem de todo um sistema de defesa, fruto duma consciencialização cimentada na honestidade das relações Museu—Populações.

Foi assim que, em Fevereiro passado, aparecemos em Santa Vitória e na zona de Santo Estevão... com a proposta de recolha do trajo de trabalho e de festa, a poder vir a ser aproveitada para uma exposição, na altura das festas anuais da freguesia que, nunca, até onde a memória alcança, registara qualquer acontecimento cultural a valorizá-las.

Afixaram-se cartazes improvisados, pelas tabernas e casas comerciais da aldeia. Conversámos com pessoas nossas conhecidas (já ali colaboráramos num exercício de teatro com alguns textos escritos por gente da aldeia).

Um elemento da Comissão das festas participou conosco e permitiu que se abrissem francamente certas portas que eram do seu conhecimento e confiança. Iniciámos um diálogo simples, directo, claro, des-cemos aos problemas e interesses das pessoas, naturalmente. Por atalhos, veredas, extremas, clareiras abertas no mato de oliveiras ou sobreiros, passámos as nossas horas livres das semanas e de todos os fins de semana que foram de Fevereiro a Agosto. Entrámos na vida desta gente, conhecemos os seus problemas, as suas histórias mais queridas e mais dramáticas, descobrimos o seu sentido de humor, de beleza, o seu poder de observação, a sua filosofia da vida e das pessoas e vivemos muitas horas de emoção — e porque não dizer, de olhos molhados dela — nesses encontros, tão ricos de humanidade, tão puros, tão limpos de tudo o que o meio urbano atrai para cima das relações entre as pessoas, não as deixando ser... a conter.

Por montes de Santa Vitória e de Santo Estêvão enriquecemo-nos ao longo dessas semanas e meses; melhor, descobrimo-nos, encontrámo-nos na dimensão que sempre sonhámos ter e que muito raramente nos têm permitido ser...

As arcas começaram a abrir-se... e os desastres a conhecerem-se. A tragédia do vestuário vítima das condições económicas das famílias. As peças de roupa na maioria dos casos passavam de tios para sobrinhos, de pais para filhos, dos irmãos mais velhos para os mais novos. Sofrendo repetidas adaptações, até aguentarem. Os "tempos era de fome e de miséria..." — comentavam. Os capotes e as capas serviam de cobertores nas camas, no inverno; dum casaco saía um calção, dum saia um avental, dum avental um esfregão... para a louça ou para os vidros. O Carnaval ajudou também a destruir muita vestimenta, porque faltou a mentalização das pessoas.

Salvaram-se as peças de vestuário das famílias em melhores condições económicas — mas tudo pequenos agricultores, que a gente da grande lavoura trajava mais "à amazantina".

A acção do Trajo foi ainda pretexto para outras acções ligadas ao trabalho da lavoura, à descoberta da beleza da aldeia e à poesia popular.

Na semana da exposição, projectram-se na parede do largo da igreja, várias séries de diapositivos de vários serviços da lavoura, o que originou que toda a comunidade viesse para a rua, mesmo os dos montes mais próximos, e assistissem às projecções que provocaram extraordinária participação de todos. Os que foram fotografados nos seus afazeres diários comentavam para os restantes o que faziam e a forma como o realizavam, proporcionando que os mais velhos dessem a conhecer aos mais novos as suas experiências, frutos da herança de avós e pais e das suas próprias vivências. O trabalho saiu dignificado, a uma dimensão nova que o ramerrão do quotidiano abafa e diminui.

Fez-se a reconstituição duma "bandeira", de trabalho, que se usava quando se acabava a colheita da azeitona. Três sessões em domingos alternados, que proporcionaram uma convivência e uma aprendizagem de conhecimentos importantíssima. Mãe e filha e a cunhada seleccionaram cores, fitas de seda, franziram, construíram laços, usaram o papel que floriu em cravos e outras flores, tremendo delicadamente sobre pés de arame decorados de folhas. Oh, quanto se tem perdido de valores neste pequeno país que somos!

E enquanto isto, o dono da casa, que já mal vê, falava-nos dos romanos que foram os mais antigos habitantes que se conheceram até agora na freguesia, e que ali deviam ter levado faustosa vida, a julgar pelas importantes construções que foram descobertas no princípio deste século (património a exigir imediata defesa para pôr fim ao desbarato a que tem estado condenado).

A exposição do traço foi levantada pelas moças da aldeia durante vários longos serões e depois das horas pesadas de trabalho diário. (A nossa presença era apenas um estímulo). Tudo partiu delas com muita inteligência e gosto.

Mal vinham do trabalho, entravam em casa para se lavar, jantar à pressa e ei-las na sala da escola para organizar os painéis da roupa branca, das jaquetas, dos xailes, dos lenços, dos coletes e calças, das cintas, das bolsas e bolsinhas ou vestir manequins, cedidos pelo Museu de Arte Popular num gesto de gentileza da sua conservadora pela gente de Santa Vitória. Até um pastor fez questão de vestir um manequim com o seu traço de trabalho de todos os dias.

A exposição dispensou certo tipo de legendas, pois as pessoas da aldeia seriam — como foram — os mais correctos cicerones de tudo o que estava exposto: cerca de duzentas peças que vinham do fim do século XVIII até aos nossos dias.

Como remate da exposição foi possível reunir os cantadores de décimas da zona. Apareceram onze trabalhos, de entre eles importante número era de mulheres, o que foi inédito na exploração das décimas. Surgiram novos valores numa tradição que importa preservar, pois tem muito que ver com uma certa forma de comunicar desta gente. Foi também uma tarde de alto humanismo.

Tão motivadas ficaram as pessoas que logo após a Acção do Traço nos pediram outras iniciativas semelhantes. Extraordinariamente aconteceu que a proposta que pensávamos avançar, nos foi sugerida pela gente da aldeia. Desta vez, o trabalho iniciou-se sem nós. Um grupo de raparigas — doze — recolhe neste momento, em pequenas fichas — nos seus locais de trabalho, de convívio, em família — os nomes, as moradas e o que se vai conhecendo das danças e cantares de cerimónia, de festa e de trabalho e bem assim os instrumentos musicais que então eram usados para acompanhar, sobretudo os improvisados. Em Janeiro terminará esta primeira fase. Seguir-se-ão depois duas outras e, por fim, o trabalho final será apreciado por todos, para o seu melhor aproveitamento. Alguns projectos andam já no ar, projectos que envolvem velhos e novos, como não podia deixar de ser.

Dentro do utópico e até hoje não cumprido programa de descentralização cultural, o Centro Cultural de Évora tem sabido corresponder com a participação necessária que, na maior parte das acções ultrapassa, em muito, aquilo que lhe seria atribuído.

E quando falamos de utopia num programa de descentralização cultural, apenas o fazemos porque as realidades, mais do que evidentes do nosso país, culturalmente pobre, por tradição, embora tradicionalmente rico em cultura popular, num paradoxo que tem servido para mil fins especulativos usados por muitos que, oportunisticamente souberam viver os momentos em que se julgou possível um arranque, as realidades, dizíamos, são de molde a que aquilo que consideramos certo, até, de certo modo realizável, se perca por caminhos, bem intencionados de uns — mas só isso — por aproveitamentos para fins pessoais, sempre negativos, e que fazem com que os poucos casos positivos sejam olhados com desconfiança por parte de quem deveria dar apoios.

2 de Janeiro de 1975 inicia o seu trabalho em Évora o Centro Cultural. "unidade de produção essencialmente dramática, com funções de animação em todo o distrito, e aberto à difusão de actividades artísticas em todos os outros diversos ramos estéticos, dependente da Direcção Geral da Cultura Popular e Espectáculos do Ministério da Comunicação Social".

Nessa mesma tarde iniciaram-se os ensaios da peça que haveria de ser estreada com menos de um mês de trabalho.

As dificuldades começaram a surgir nesse primeiro dia em que se verificou toda a inoperância de um teatro há longos anos fechado, sem portas e sem janelas, e do qual o sub-palco era depósito de lixo camarário de uma cidade que começava a crescer...

De imediato começou também a funcionar o sector de animação, servindo como base a peça "28 de Setembro", primeira produção do Centro.

410 espectadores foi número elevado para uma estreia num teatro há muito desabitado de espectadores.

800 crianças foram contactadas nas escolas primárias e preparatórias, abrindo caminho para que os pais e familiares das mesmas tivessem conhecimento de que existia em Évora um Centro Cultural.

No campo da música dois concertos, um de órgão outro de canto, davam início às actividades musicais.

Duas exposições, uma de João Cutileiro, outra de desenhos infantis, são início para este sector.

A partir deste momento, deste mês de Janeiro de 1975 as bases estavam lançadas para a actividade profícuca que tem sido desenvolvida através deste Centro, de norte a sul do país.

Seria fastidioso o inumerarmos aqui todas as actividades desenvolvidas pelo Centro Cultural de Évora nestes quatro anos da sua existência.

centro cultural de Évora presença positiva da descentralização

Leandro Vale

Falaremos, resumidamente, das actividades mais importantes e de alguns números que nos parecem ser, também, da máxima importância para a história da descentralização em Portugal.

No ano de 75, foram produzidas pela companhia do Centro Cultural de Évora cinco peças, uma delas já referida, "A Noite de 28 de Setembro", de Richard Demarcy, e ainda "O Soldado raso", de Luiz Valdez "As duas caras do patrão", "Lux in tenebris", de Bertold Brecht e "O proprietário Puntilla e o seu criado Matti", também de Bertold Brecht.

Com estas montagens fizeram-se 128 espectáculos a que assistiram 40.900 espectadores.

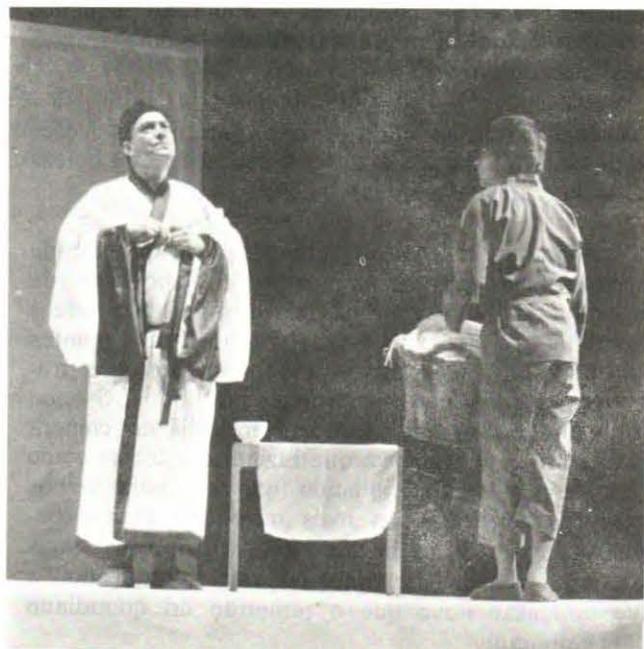
Foram 91 as manifestações artísticas acolhidas no teatro Garcia de Resende, incluindo as sessões de cinema totalizando uma assistência de 23.480 beneficiários.

O ano de 76 é marcante para o Centro Cultural de Évora.

Nasce a Unidade-Infância, sector do CCE destinado a um maior apoio efectivo ao teatro infantil e efectiva-se a criação da Escola de Formação de Actores.

No campo da produção, a companhia do CCE produz, "Preconceito Vencido", de Marivaux, "Falatório de Ruzante que volta da guerra" e "O Bilora", ambas de Ângelo Beolco, tendo a Unidade-Infância apresentado "O Eucalipto feiticeiro, Jerónimo e a tartaruga", de Catherine Dasté.

A Escola de Formação de Actores apresenta, também, como espectáculo final de curso, "A política dos restos", de Adamov e uma dezena de jovens formados neste curso dão um contributo valioso às companhias da descentralização.



273 foram as sessões organizadas durante este ano de 76, contando com a produção do CCE, dando 58.140 como número de beneficiários.

Durante o ano de 77 não se alterou o ritmo de trabalho no Centro Cultural de Évora.

Antes pelo contrário, muito embora as dificuldades fossem sempre em número crescente, já pelo esforço dispendido por todos os seus integrantes como por todos os problemas que assolaram o teatro português.

Produzidas pela companhia encontramos "O Conde de Novion", de Almeida Garrett, "O pó da inteligência", de Kateb Yacine, "Medida por medida", de Shakespeare e "Mário ou eu próprio — o outro", de José Régio, enquanto a Unidade-Infância produz "Os Palhaços".

O II curso da Escola de Formação de Actores apresenta como prova final "A Querela", de Marivaux e mais uma dezena de jovens vão dar o seu contributo ao tal sonho chamado descentralização.

Os números mantêm-se no tocante a realizações, em relação ao ano anterior.

268 manifestações culturais e artísticas contando com as produções do Centro.

Mas se este número se mantém, outro tanto não poderemos dizer do de beneficiários que atinge aqui o de 70.000, demonstrando bem a aceitação de um trabalho elaborado consciente e metodicamente.

será justo ressaltar que das 268 manifestações, 156 pertenceram á produção do CCE.

No ano de 78 o panorama continua idêntico, sempre em subida crescente de números a apresentar.

Mas os números só por si não são elucidativos sendo necessário que se obtenha na prática aquilo que eles podem e devem traduzir.

Montadas já, neste ano, pela companhia do CCE, "O que diz sim, o que diz não" de Bertold Brecht, "A noite dos visitantes", de Peter Weiss e "O velho da Horta", de Gil Vicente, tendo actualmente em ensaio "15 rolos de moedas de prata".

A Unidade-Infância apresentou "Ma Liang", adaptação de um conto chinês, tendo toda a sua programação preenchida até ao fim do ano.

Na Escola de Formação de Actores houve alteração na duração do curso. Dois anos passaram a substituir um ano apenas de formação dos que passavam por aquela escola.

No entanto foi apresentado um exercício fim de ano, por este III grupo, "As espingardas da Ti Carrar", de Bertold Brecht.

Os números de que dispomos neste momento ultrapassam bem de longe todos os quantitativos do ano transacto, isso a par com uma muito mais larga actividade no capítulo de itinerância da companhia que com o espectáculo Brecht-Weiss visitou algumas localidades ainda não visitadas, com larga aceitação das populações rurais.

Para já, no primeiro semestre deste ano, o Centro produziu, promoveu ou organizou 130 sessões de natureza cultural e artística, aberta ao público em geral.

91 destas sessões foram preenchidas com produções do Centro, sendo a média de frequência de 195,6 espectadores, compreendendo as realizadas na cidade e muitas localidades fora de Évora.

No mesmo período foram inauguradas seis exposições que beneficiaram de inúmeras visitas guiadas.

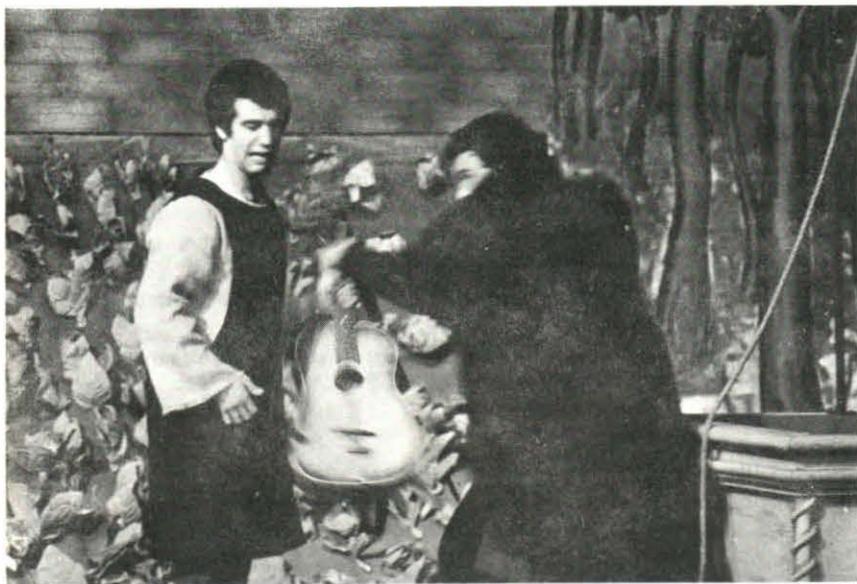
Há que referir ainda as obras no Teatro Garcia de Resende onde foram alcatifadas toda a área da plateia, frizas, corredores e camarotes da 1.ª ordem, sendo substituídas todas as cadeiras da velha e incómoda plateia.

Ainda um capítulo a que teremos forçosamente de fazer referência, diz respeito aos cursos planificados e orientados por pessoal do Centro, cursos esses que têm tido o apoio do INATEL, FAOJ e Junta Central das Casas do Povo — agora também com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura para os distritos de Santarém e Beja — e cursos de reciclagem para professores primários orientados pela Unidade-Infância.

Resumidamente poderemos transcrever em números a actividade do Centro Cultural de Évora nos três anos e meio da sua actividade:

- 19 textos teatrais, sendo 10 de autores modernos, 7 clássicos e 3 infantis.
- 512 representações extensivas a todo o país.
- 79 representações teatrais com grupos convidados, profissionais e amadores.
- 222 sessões de cinema.
- 67 manifestações musicais.
- 18 espectáculos de dança e folclore, nacional e estrangeiro.
- 6 espectáculos de bailado.
- 21 exposições (quase sempre com organização de visitas guiadas).

O centro fez assim um total de 925 sessões, o que significa que apenas em 93 dias úteis as suas actividades não estiveram em contacto directo com o público.



CENTROS CULTURAIS
ACÇÕES DE CAMPO
INTERVENÇÃO

casa da cultura Caldas da Rainha

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES CULTURAIS
JULHO DE 1977 A JUNHO DE 1978.

À GUIA DE ABERTURA

Só aqueles que aliam a vontade ao trabalho, transformando aquela e este em tempo de permanente acção, que se determinam no alcançar de uma meta, passando por sucessivas metas, alheios aos olhares de soslaio dos adeptos da vida passiva, que se refazem no quotidiano das suas vidas — porque estar vivo é isso ou deve ser isso — só esses é que impulsionam, só esses é que não se importam de arrostar responsabilidades de alto a baixo, para que as coisas se modifiquem e fiquem a durar e perdurar, e outros, os que já cá estão e os que hão-de vir, colham os frutos.

Longa é a sementeira e poucos os semeadores!

Este País tem sido isto.

Este País ainda é isto.

E um País onde ainda há, felizmente, carolas, não pode, não deve ser, uma carolice. Sobretudo em matéria cultural.

Que os carolas dêem uma ajuda, está mais que certo. Mas é imperioso que, numa perspectiva cultural global, descentralizadora, dinâmica, a apontar em todos os pontos cardeais do País, se criem quadros de gente competente, de espírito aberto e disponível, de gente animadora que se não deixe "funcionalizar" mas que, pelo contrário, funcione, para que a Cultura seja um acto vivo e se torne tão indispensável como pão para a boca.

Com os carolas a ajudar, já se sabe!

Este trabalho deve ser feito.

Este trabalho tem de ser feito com a vontade dos que não desistem.

Dos que sentem um tempo permanente de acção.

Com a coragem e a alegria das coisas vivas.

Os órgãos governamentais do Portugal de hoje, nomeadamente a Secretaria de Estado da Cultura e as Autarquias, terão que assumir essa responsabilidade, criando condições tanto quanto possível óptimas, para que a Cultura comece a acontecer no quotidiano de cada português.

A nossa próxima meta sonhada é transformar a Casa da Cultura num Centro Cultural Nacional, com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura, de maneira a poder vir servir não só a nossa região, mas uma larga faixa geográfica.

Para isso, há que criar no edifício onde estamos instalados, infra-estruturas capazes de darem uma resposta eficaz.

Apesar de termos já um subsídio para obras (cobertura nova de dois espaços), há que transformar o "sa-

lão grande" numa eficiente sala de espectáculos, capaz de receber, se não todos, pelo menos o maior número dos melhores agrupamentos teatrais do País, tanto profissionais como amadores, os melhores agrupamentos vocais e instrumentais, grupos etnográficos da melhor raiz folclórica, pequenos grupos de bailado e dança, sem esquecer a projecção do melhor cinema em 16 mm e as actividades da Casa da Cultura.

Pensamos que, uma vez o edifício dotado de infra-estruturas — sala de espectáculos, vestiários, gabinetes para as secções culturais, sala para as aulas de bailado, sala para aulas de formação musical, dois espaços de larga área para exposições permanentes — a Casa da Cultura, futuro Centro Cultural Nacional das Caldas da Rainha, ficará com as condições para o funcionamento de:

- uma unidade de produção dramática profissional
- uma unidade de produção balética amadora
- uma escola de música com um curso de formação musical
- uma secção de animação infantil-juvenil
- uma secção de animação cinematográfica
- um curso de artes plásticas

além de cursos de formação de animadores. Neste aspecto, e atendendo à situação geográfica de que disfruta (centro do País), a Casa da Cultura das Caldas da Rainha poderá vir a proporcionar "Cursos de Verão" com especialistas nacionais e estrangeiros em diversas disciplinas.

Tudo isto, sem esquecer um efectivo intercâmbio cultural com o País de norte a sul, de leste a oeste.

Será este meta sonhada possível?

Julgamos que sim.

Continuaremos a trabalhar com a mesma afincada carolice até a vermos atingida.

Quando o Centro Cultural Nacional das Caldas da Rainha for um organismo dotado de personalidade jurídica, com um director nomeado de reconhecida competência profissional.

Nessa altura, descansaremos um pouco mais para que as horas de sono fiquem em dia.

E se precisarem de nós, daremos uma ajuda.

Com carolice!

30 de Junho de 1978

A Comissão de Gerência da
Casa da Cultura das Caldas da Rainha

ANIMAÇÃO INFANTIL-JUVENIL

Durante os meses de Julho, Agosto e Setembro de 1977, orientadas por quatro coordenadores, realizaram-se sessões de Animação Infantil-Juvenil a cerca de 200 Crianças, com idades entre os 3 e os 14 anos, às segundas, quartas e sextas-feiras, de manhã e de tarde. O programa de sensibilização, que se cumpriu integralmente, constou de:

PINTURA (individual e colectiva)

DESENHO

MODELAGEM (barro, plasticina, pasta de papel)

RECORTES E COLAGENS

MÚSICA

TEATRO DE FANTOCHES (construção e manipulação)

DISCUSSÃO E COMPOSIÇÃO POR ESCRITO SOBRE VÁRIOS TEMAS

HISTÓRIAS INFANTIS (improvisação pelas crianças, contos e animação de histórias pelos coordenadores)

MUNDO DO ESPECTÁCULO (canções, cinema, teatro: "Histórias de Hakim", de Norberto d'Ávila, pelo Grupo de Teatro Perna de Pau)

JOGOS

VISITAS DE ESTUDO (Aquário Vasco da Gama — Jardim Zoológico — Planetário — Museu da Marinha — Grutas de Alvados e Mira d'Aire — Mosteiro da Batalha — Fábricas e Empresas da cidade)

PASSEIOS (cidade — campo — praia)

No mês de Setembro, foram montadas pelas crianças, ficando à sua guarda, duas Exposições dos seus trabalhos.

BAILADO

1. Aulas de Iniciação ao Bailado

Com 213 alunos, começaram em 6-10-77 as Aulas de Iniciação ao Bailado, de segunda a sexta-feira, das 18.30 às 20.30, divididas por 5 turmas. Com idades compreendidas entre os 5 e os 22 anos, verificaram-se, ao longo do ano, 93 desistências, sendo 70 por terem atingido o limite de faltas.

1.1 Textos de apoio

Foram editados 5 textos de apoio às aulas sobre diversos temas.

1.2 Excursões culturais

Com a colaboração da Fundação Gulbenkian (cedência de bilhetes): 3 excursões a Lisboa (Auditório Um da Fundação), destinadas aos alunos, para assistirem a 3 espectáculos pelo Ballet Gulbenkian (13-11-77, 30-12-77 e 12-2-78).

Com a colaboração da Direcção-Geral dos Espectáculos (cedência de bilhetes): 1 excursão a Lisboa (Coliseu dos Recreios), para assistirem ao primeiro programa da temporada da Companhia Nacional de Bailado.

Os alunos que assistiram a estes espectáculos fizeram um relatório de apreciação.

1.3 Filmes de apoio

Destinados a uma melhor aprendizagem, foram projectados, ao longo do ano, diversos filmes de bailado e dança, cedidos por diversas Embaixadas, sendo de



destacar as sessões de 5 e 12-5-78 (9 filmes), com a colaboração dos Serviços Culturais da Embaixada dos E.U.A., com comentários e colóquio final pelo historiador, ensaísta e crítico de ballet e dança, Tomaz Ribas.

1.4 Aulas de aperfeiçoamento

Para o próximo ano lectivo, estão previstas para os alunos mais avançados, aulas de aperfeiçoamento com Elisa Worms, professora do Conservatório de Lisboa, que se prontificou, a pedido da Casa da Cultura, a deslocar-se à nossa cidade, para um trabalho em conjunto com o animador balético da Casa da Cultura.

2. Grupo de Bailado da Casa da Cultura

Estão, neste momento, prontos a estrear, os seguintes bailados:

"Tema Português"	música de Ruy Coelho
"Destino-Tormento"	música de Beethoven
"Amor" (pas-de-deux)	música de Albinoni
"O Senhor e os Seus Criados"	montagem de José de Sousa com música de diversos autores, duas canções do folclore português e um poema de Thiago de Melo

Já com diversos pedidos do País para actuar, estes bailados só serão estreados após a recepção do material luminotécnico que a Fundação Gulbenkian irá conceder à Casa da Cultura.

CINEMA

Integrado num ciclo de "Cinema de Qualidade", foram projectadas 3 longas metragens em 16 mm:
01-07-77 — "O Inimigo Principal", de Jorge Sanjines
08-07-77 — "Quando o Povo Acorda" (realização colectiva)

23-07-77 — "Alexandre Nevsky", de Eisenstein

A fim de dar a conhecer ao público o que de melhor se faz em ballet e dança nos E.U.A., foram projectados em

6 e 13-5-78

dois conjuntos constituídos por 9 filmes, com a colaboração dos Serviços Culturais da Embaixada dos E.U.A., apresentados e com colóquio final pelo historiador, ensaísta e crítico de ballet e dança, Tomaz Ribas.

Média de assistentes: 95.

EXPOSIÇÕES

De 11-03-78 a 15-04-78

BRECHT — tempo, vida, obra

(com a colaboração da Câmara Municipal das Caldas da Rainha e da Embaixada da R.D.A., que ofereceu a Exposição à Casa da Cultura)

De 20-04-78 a 30-04-78

LIVROS

(com a colaboração da Cooperativa Editorial Caldense)

De 14-05-78 a 28-05-78

GRAVURA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA
(património da S.E.C.)

De 04-06-78 a 19-06-78

AGUARELAS de Luísa Correia Pereira



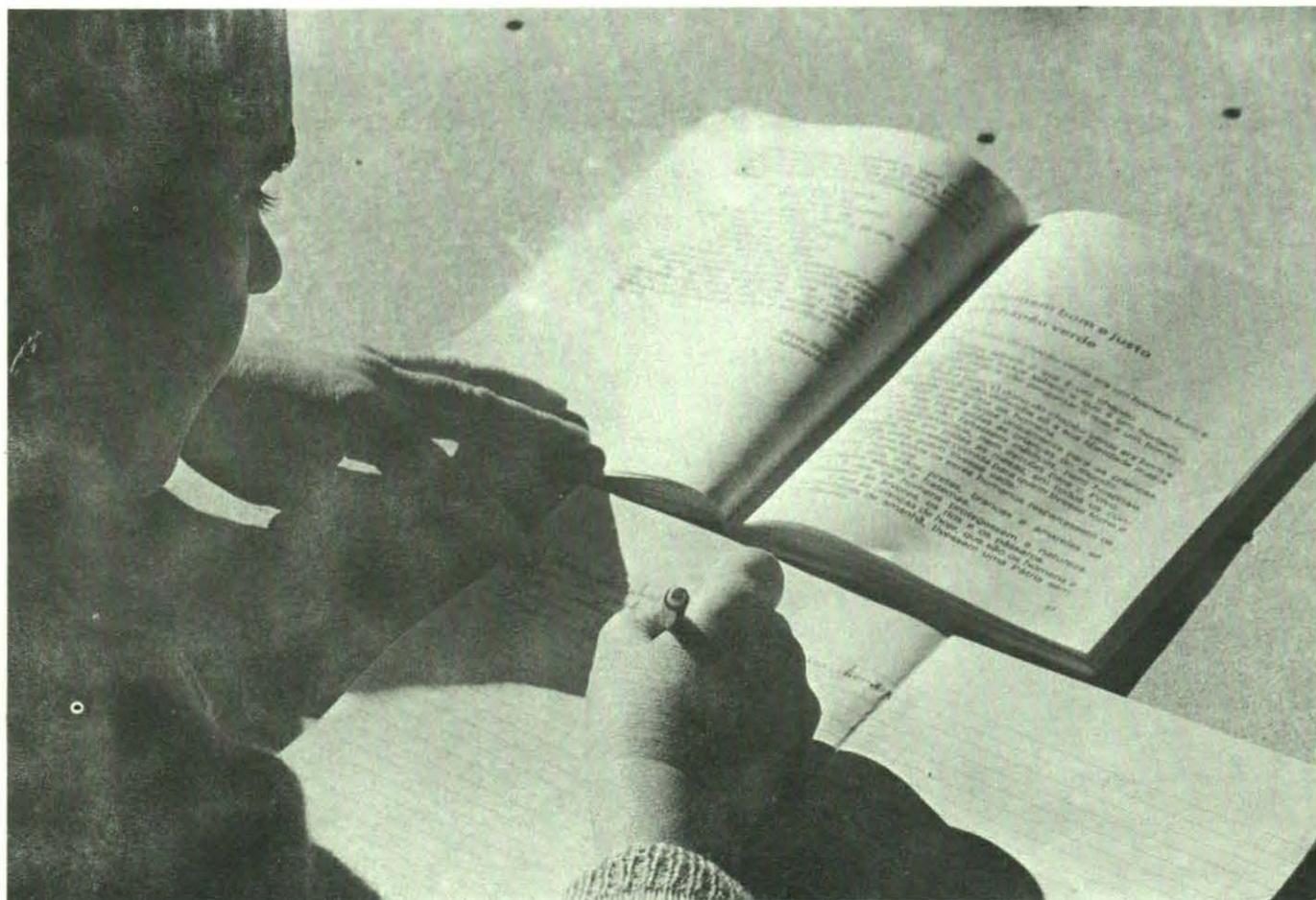
REVISTA
DE ANIMAÇÃO
SÓCIO-CULTURAL

DESTACÁVEL

INTERVENÇÃO

**alfabetização
uma das lutas
pelo direito de ser povo**

Ernesto Costa Fernandes



alfabetização uma das lutas pelo direito de ser povo

Ernesto Costa Fernandes

I — É NECESSÁRIO E URGENTE LEMBRAR

1. *ENTRE ANALFABETISMO E EXPLORAÇÃO HÁ PARENTESCO*
2. *INSTRUÇÃO POPULAR E CRISES POLÍTICAS ANDAM DE MÃOS DADAS*
3. *O 25 DE ABRIL AINDA ESTÁ EM DÍVIDA*

II — A ALFABETIZAÇÃO GANHOU COM A PORTARIA 419/76

1. *NÃO BASTA LEGISLAR PARA INOVAR*
2. *EXPERIMENTANDO, RE-INVENTAR A ALFABETIZAÇÃO*

III — A ALFABETIZAÇÃO É UM PROCESSO VIVO E ORGANIZADO

1. OBJECTIVOS GERAIS

2. NÍVEIS DE ALFABETIZAÇÃO

2.1. PRIMEIRO NÍVEL

2.1.1. *Objectivos específicos*

2.1.2. *Materiais de apoio*

2.1.3. *Modelo das Sessões*

2.1.4. *Programação no tempo*

2.2. SEGUNDO NÍVEL

2.2.1. *Objectivos específicos*

2.2.2. *Materiais de apoio*

2.2.3. *Modelo das sessões*

2.2.4. *Programação no tempo*

2.3. TERCEIRO NÍVEL

2.3.1. *Objectivos específicos*

2.3.2. *Materiais de apoio*

2.3.3. *Modelo das sessões*

2.3.4. *Programação no tempo*

2.3.5. *Avaliação final*

I — É NECESSÁRIO E URGENTE LEMBRAR

I. ENTRE ANALFABETISMO E EXPLORAÇÃO HÁ PARENTESCO

Entre os trabalhadores do campo, os pescadores, os operários da construção civil, as mulheres das fábricas de lanifícios, têxteis e vestuário e as empregadas domésticas vamos encontrar, hoje, aos milhares, as mulheres e os homens que nunca se sentaram nos bancos da escola, que com outros trabalhadores construíram.

Pela tomada da palavra daqueles que hoje frequentam os cursos de alfabetização podemos escutar que o trabalho desde a infância para ajudar à sobrevivência familiar, que poupar as filhas e mandar os filhos aprender, que a ausência ou grande distância a que ficava a escola, que os conteúdos e métodos de ensino, são as razões, entre outras, que explicam o seu analfabetismo escolar.

A situação de analfabetismo, afectando em cerca de 30% a população com 10 e mais anos, não separa o norte do sul, nem o continente das ilhas. Nesta grande

homogeneidade que une a população trabalhadora, apenas Lisboa e Porto são excepção relevante. Se ser litoral e polo de monopolização industrial explicam esta divisão, ser-se homem ou ser-se mulher vai explicar que não haja um distrito em que as taxas de analfabetismo mais elevadas não recaiam sobre as mulheres.

Este presente, tão dramático pelo desprezo/desperdício humano que representa e pela desigualdade/divisão social que gera, elucida-nos sobre um passado tão reaccionariamente mantido. Em 1890 era de 76,6% a taxa de analfabetismo referente à população de 12 e mais anos.

Se ultrapassarmos as nossas fronteiras, não nos podem consolar as excepções dos países ditos desenvolvidos. Preocupa-nos, porque irmanados na mesma sorte, os 34,2% em 1970 da população mundial que estava afectada pelo analfabetismo. Está em causa o nosso presente que continua a ser comandado por "um pequeno número de ricos e opulentos que impõem assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários", na própria expressão de um Papa, em 1891 (Leão XIII, *Rerum Novarum*).



2. INSTRUÇÃO POPULAR E CRISES POLÍTICAS ANDAM DE MÃOS DADAS

Segundo o ditado de que "Os mortos aos vivos abrem os olhos", podemos e devemos aprender com a história da luta dos nossos antepassados.

Na Inglaterra do século XVI, o movimento da reforma protestante considerou a importância da instrução popular, independente da catequese dominical, como instrumento de apoio às mudanças em curso: o capitalismo dava os seus primeiros passos.

Em Portugal e Espanha a "fidelidade a Roma" faz erguer a Inquisição como instrumento de manutenção e defesa de uma ordem assente na hierarquia medieval. Em Portugal do século XVIII, durante o governo de Pombal, é organizada pela primeira vez a instrução primária, no quadro da luta entre o velho e o novo, bem espelhada nas posições de Ribeiro Sanches ("Aos braços e mãos do corpo político bastariam...as instruções dos párcos, único conhecimento de que carecem os filhos das classes servis para nela permanecerem como faz mister à ordem social") e de Luís António Verney ("Devia também haver em cada rua grande, ou ao menos bairro, uma escola do público, para que todos os pobres pudessem lá mandar os seus filhos, o que se pratica em várias partes").

Em Portugal do século XIX, na alternância do poder entre absolutistas ("restituir o ensino primário à pureza das ideias e sentimentos que convinha ao serviço de Deus e do Estado") e liberais (D. António da Costa, à frente do Ministério da Instrução Pública, torna obrigatória a instrução primária para ambos os sexos, entre os 7 e os 15 anos), desenvolve-se a mesma luta: confronto entre as forças da reacção e as forças do progresso.

Nesta crise, que é o fundamento histórico do progresso, surgem os ideais republicanos, animados pela certeza de que a instrução era a "sopa económica do espírito", a habilitar para a "conquista do pão e da virtude". Neste sentido, a reforma de 11 de Março de 1911, da autoria de António José de Almeida, está marcada por um ideal que a lei manifesta: "Ao terminar o seu curso obrigatório, o jovem português amará de um amor consistente e raciocinado a região onde nasceu, a pátria em que vive, a humanidade a que pertence".

O Estado Novo, saído da Revolução Nacional de 28 de Maio de 1926, quando em 1953 lança a sua Campanha Nacional de Educação de Adultos, tem ainda em vista a "salvação nacional", na expressão de Salazar. Mudaram os tempos, não mudaram as ideias do regime: "O nosso grande problema — dizia Salazar a António Ferro em 1938 — é o da formação das elites que eduquem e dirijam a Nação. A sua fraqueza ou deficiência é a mais grave crise nacional. Só as gerações em marcha, se devidamente aproveitadas, nos fornecerão os dirigentes — governantes, técnicos, professores, sacerdotes, chefes do trabalho, operários especializados — indispensáveis à nossa completa renovação. Considero até mais urgente a constituição de vastas elites do que ensinar toda a gente a ler. É que os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo, mas pelas elites enquadrando as massas."

Ao propormos para análise, nos seminários de formação de monitores para alfabetização, o nosso documento de trabalho "Ensino Primário, Ideologia e Estado Novo" que reúne textos dos livros da escola primária — lição do T (1.ª classe), Deus (2.ª classe), Respeitai as autoridades (1.ª classe), Na Escola (3.ª classe), Orgulho de Mãe (3.ª classe), O Trabalho (4.ª classe), Os Pobrezinhos (1.ª classe), O Estado Novo (3.ª classe), Viva Portugal (1.ª classe) — encaçados pelo discurso de Salazar em Braga (1936), somos quase que violentamente obrigados a reconhecer que "ler — escrever — contar" foi um acto eminentemente político que nos moldou, instalando dentro de nós — mais que valores e conceitos sobre "Deus e a virtude", sobre a "Autoridade e o seu prestígio", sobre "A Família e a sua moral", sobre a "glória do trabalho e o seu dever" — uma proibição: "não discutimos".

A crise dos anos 50 — na sequência de duas guerras mundiais em que a última foi mais brutal, destruindo 50 milhões de homens contra 15 milhões da primeira — põe o problema de reconstrução dos países, do crescimento económico e da industrialização dos países, "subdesenvolvidos".

Desse esforço interno e do apelo à ajuda e cooperação aos países pobres, faz parte a campanha mundial



para a eliminação do analfabetismo, avaliado em 50% da população mundial, desencadeada pela UNESCO.

No contexto dos anos 60 — designado pela ONU como a década do desenvolvimento — surge, face aos progressos muito lentos não correspondentes ao entusiasmo que animara a campanha mundial (alfabetizar em massa), a "alfabetização funcional": mobilizar, formar e educar mão de obra subutilizada, a fim de a tornar mais produtiva ao meio industrial e às suas exigências técnicas.

Sobre este desenvolvimento e esta cooperação, a palavra insuspeita de Paulo VI, em 1967: "Os povos pobres ficam sempre pobres e os ricos tornam-se cada vez mais ricos" (Populorum Progressio).

Também em 68, na chamada "primavera política", a "evolução na continuidade" veio a ter a sua expressão na "revolução pacífica", então preconizada pelo ministro da educação Veiga Simão.

Os Cursos do Ensino Primário Supletivo para Adultos, criados em 1973, retomam a educação básica para adultos na perspectiva do desenvolvimento económico e social, então necessário ao regime para se manter, e introduzir na legislação, um conjunto de intenções orientadas para uma pedagogia activa que passaria pelo trabalho em grupo, experiência dos participantes e recurso aos meios audio-visuais.

Neste mesmo ano de 68, colhendo a experiência de Paulo Freire, no Brasil, realiza-se em Portalegre a primeira experiência de alfabetização e posteriormente outras em Lisboa e setúbal, no Porto e em Coimbra. É de notar que a generalidade destas experiências se limitavam ao método de Paulo Freire, sem aquela continuidade que conduziria as pessoas ao exame da 4.ª classe.

3. O 25 DE ABRIL AINDA ESTÁ EM DÍVIDA

Não são menos de dois milhões as mulheres e os homens do povo que um regime — que oprimiu sob o signo da "civilização ocidental e cristã — impediu de ler — escrever — contar, para usarmos a sua própria expressão.

Estes homens e estas mulheres, quando tomam a palavra nos cursos de alfabetização, vão dizer-nos que a escola faz falta para escrever uma carta... para ler os transportes... para fazer as contas da vida que está cara... para manter a profissão de contínua ou porteiro... para ajudar os filhos... para fugir à rotina diária de doméstica... para ler o fundo do país que está encoberto... numa palavra, como um deles disse, para defender a vida.

As experiências acumuladas com o 25 de Abril não valem pelo que reduziram em número os analfabetos, valem pelo seu carácter de iniciativa, de solidariedade e de experimentação não importada. Nesta sua força reside também a sua fraqueza: improvisação, intermitência, desmobilização e oportunismo partidário.

A actuação do poder constituído, na sua crise permanente, passou do apoio às iniciativas populares, à preparação de um Plano Nacional de Alfabetização (1975), ao abandono às suas próprias forças dos grupos e associações que militam no terreno da alfabetização e acção cultural.

SOU UM HOMEM CULTO

Pego na enxada
e rasgo a terra
Sou um homem culto

Construo as casas
os navios
e os jardins
Sou um homem culto

Coço o pão
e tiro do mar
o peixe que tu comes
Sou um homem culto

Com o lápis digo:
Não!
Sou um homem culto

LER E ESCREVER
PARA ABRIL VENCER
G. T. A. A.

O 25 de Abril, em 1978, ainda está em dívida. Os homens e as mulheres que nos nossos grupos de alfabetização conseguiram o seu objectivo de "aprender e fazer o exame", acusam o poder e podem afirmar como aquela operária do vestuário: "porque se toda a gente soubesse ler e escrever, não nos enganavam tanto, mas eu com a 4.ª classe penso que ainda não é o suficiente, porque ainda me faz falta aprender muito mais. O povo trabalhador precisa de saber tudo".

EU SOU UM HOMEM INTEIRO

Fui chamado a reparar
O carro do Senhor Doutor.
(Ele sabe tratar a gente
Mas o carro, não senhor!)

Descobri as avarias
Que havia no seu motor,
Desmontei e reparei
O carro do Senhor Doutor!

Para pagar-me quis meu nome
Num papel para guardar.
E chamou-me analfabeto
Por não saber assinar.

A seguir, peguei no carro
E desarranjei-lhe o motor,
Voltei-me a ele, só lhe disse:
Repare-o agora o Doutor!

Emília Mendes
(membro de G. T. A. A.)

II — A ALFABETIZAÇÃO GANHOU COM A PORTARIA 419/76

1. NÃO BASTA LEGISLAR PARA INOVAR

Em Janeiro de 1977, de acordo com o Art.º 37.º da Portaria 419/76, ficava revogada a legislação do regime anterior sobre os programas e exames da 4.ª classe para adultos.

A vontade política do VI Governo Provisório, no termo do seu mandato, consagrando em diploma legal uma concepção e uma nova estratégia para a alfabetização, não foi cumprida pelos governos constitucionais.

Não basta legislar para que uma nova prática se estabeleça. Desconhecida pela generalidade dos monitores militantes ou profissionais, simplesmente ignorada ou formalmente cumprida em poucas zonas, a Portaria representa uma ruptura com a alfabetização "tradicional" e "funcional", a exigir a necessária criação de condições para a sua correcta aplicação.

A presente reactivação da D.G.E.P. parece apontar para um assumir das suas responsabilidades no campo da alfabetização e da educação de adultos. A testemunhar tal tendência foi submetido a apreciação crítica um projecto de Normas Orientadoras da Aprendizagem que, segundo o Art.º 3.º da Portaria, deveriam ter sido elaboradas até 31 de Dezembro de 1976.

2. EXPERIMENTANDO, RE-INVENTAR A ALFABETIZAÇÃO

As preocupações e perspectivas que determinam o processo de aprendizagem conducente à "avaliação final", estão manifestas num conjunto de expressões constantes do preâmbulo da portaria 419/76 que é nosso propósito destacar:

— "Agentes criadores de uma verdadeira cultura nacional": significa reconhecer que a cultura actual não é verdadeira, porque é uma cultura de elites, assente no privilégio do ter, do do saber escolar ou do poder sobre outros. É uma cultura que tenta silenciar a palavra e destruir ou folclorizar os costumes, a tradição e a vivência comunitária do povo. É uma cultura que se nega, na medida em que se afirma pela sua sôfrega vontade de invadir, destruindo, a diversidade de sensibilidades, expressividades e vivências próprias de cada população enraizada em diferentes espaços humanos. É uma cultura que provoca a história, ao pretender negar a evidência do provérbio: "Do trabalho e da experiência aprendeu o homem a ciência".

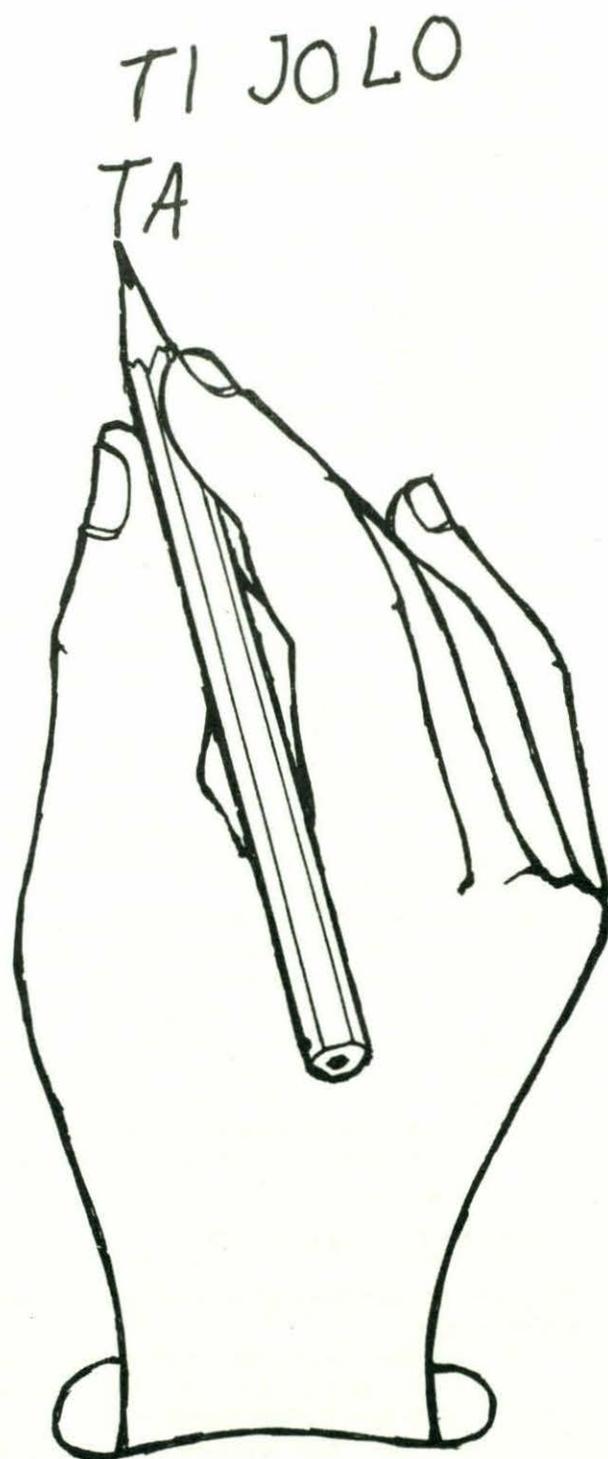
— "Sujeitos da sua própria educação": significa reconhecer que a escola actual é anti-educação, ao pretender institucionalizar uma relação de domínio dos que se julgam saber sobre os que são obrigados a negar ou a desvalorar o que sabem. Nesta pedagogia "bancária", o aluno torna-se objecto a domesticar segundo os valores e as ideias que assegurem a reprodução, sem convulsões, do poder de uma classe ultraminoritária.

— Contra um "saber teórico desenraizado da prática das populações, opta-se pela definição de capacidades a desenvolver": significa inaugurar uma relação pedagógica nova porque fundada na experiência, nos interesses e na necessidade de intervenção dos alfabetizandos.

São relativizados os valores, as ideias e as práticas em nome do desenvolvimento do homem, enquanto autor capaz de reflectir e recriar os seus valores, as suas ideias e a sua prática. A esta pedagogia Paulo Freire chamou de "problematizadora". Contra o mito da ciência e do saber congelados, propriedade de alguns, importa guiar a vida pelo princípio de "aprender a aprender", condição para "aprender a ser". Caminhar nesta perspectiva significa cuidar vigilantemente dos métodos de trabalho para que o diálogo (tomada da palavra, troca de experiências, confronto de pontos de vista, construção de novas sínteses), a cooperação (desenvolvimento da interajuda, da tolerância recíproca e da solidariedade) e a democracia (direito e dever de participar, de assumir responsabilidades e prestar contas), sejam as traves mestras de um processo de aprendizagem em que cada um se educa, educando, e se transforma, transformando.

- "A ausência de uma teoria de educação de adultos no nosso país requiere uma fase de livre experimentação": significa reconhecer que o caminho não é o da importação de teorias ou modelos de outros países — na linha de um sebastianismo popular ou erudito que encobre e acentua a nossa inferioridade, dependência e desvalia latente — mas o caminho de aprender pela prática, conforme as nossas forças, os nossos recursos e o potencial a desenvolver da nossa imaginação. Neste "pensar para agir e agir para pensar melhor", segundo a expressão de Amílcar Cabral, ir-se-á construindo a nossa teoria de educação de adultos "como a mais adequada às aspirações e à vivência da população adulta".

- "Pretende agora o MEIC encorajar iniciativas locais de educação popular que, numa base associativista pretendem desenvolver actividades de cunho cultural e educativo": significa reconhecer que a "verdadeira cultura nacional" é o rosto de uma sociedade em transformação, alicerçada na energia criadora do povo e guiada pelo associativismo dos trabalhadores.



III — A ALFABETIZAÇÃO É UM PROCESSO VIVO E ORGANIZADO

1. OBJECTIVOS GERAIS

Passados quatro anos sobre o 25 de Abril, a Assembleia da República, em 14 de Novembro, aprova por unanimidade um decreto que prevê o cumprimento do preceito constitucional: "garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo" (Art.º 74.º, 3c)). Esta unanimidade político-partidária encerra diferentes concepções e consequentemente diferentes estratégias para alfabetização e educação de base, integradas, obviamente, no quadro de opções imediatas e futuras das forças que aprovaram a referida lei.

Neste contexto, dada a aproximação histórica ao problema (Parte I) e a nossa leitura das perspectivas de alfabetização constantes da Portaria 419/76 (Parte II), importa definir os objectivos a alcançar com a alfabetização, encarada como um dos processos de luta pelo direito a ser povo:

- a) desenvolvimento da capacidade de leitura, interpretação e análise crítica de textos ou situações do quotidiano (salários, desemprego, higiene e segurança, organização dos trabalhadores, divisão social do trabalho, habitação e equipamentos colectivos, saúde, educação, cultura,...), na perspectiva de um conhecimento progressivamente objectivo, global e sistemático;
- b) desenvolvimento da capacidade de comunicar sob diferentes formas de expressão, nomeada e necessariamente da expressão escrita;
- c) desenvolvimento da capacidade de leitura e interpretação de números (dados) e resolução de problemas ou questões, os referidos em a), através do cumprimento de um programa mínimo de matemática;
- d) desenvolvimento da capacidade de trabalhar em grupo, enquanto processo inter-pessoal e co-ordenado de formação, a exigir, nomeadamente para o monitor, a prática do diálogo, da cooperação e da democracia nos processos e métodos de trabalho;
- e) articulação da alfabetização com outras actividades e iniciativas do interesse dos trabalhadores e populações, na perspectiva de fazer de cada luta um acto e um instrumento de afirmação do projecto de sociedade das classes trabalhadoras; actividades que, a não existirem, poderão ser desencadeadas pelos alfabetizandos, como materialização do seu interesse e responsabilidade pela classe a que pertencem.

2. NÍVEIS DE ALFABETIZAÇÃO

No quadro dos objectivos gerais enunciados, e tendo por referência

- a desigual aquisição à partida dos mecanismos de leitura e escrita por parte dos candidatos à alfabetização,
- os custos que resultam, em termos de frustração e desmobilização, para os alfabetizandos quando o grupo é heterogénio, pelo que implica de perda de coesão, prolongamento na duração dos cursos ou de apelo a uma solidariedade inviável,

diz-nos a experiência e os resultados já avaliados que o processo de alfabetização se deverá desdobrar em três níveis, conforme o estágio de ausência, insuficiência ou domínio dos mecanismos de leitura, escrita e cálculo:

- 1.º Nível — destina-se aos adultos completamente iletrados ou que apenas saibam reconhecer as letras;
- 2.º Nível — destina-se aos adultos após a realização do 1.º nível, ou em situação de leitura com dificuldades (soletrar);

- 3.º Nível — destina-se aos adultos que realizaram o 2.º nível ou se encontram em situação adiantada de leitura, podendo a de escrita ser variável.

A selecção dos alfabetizandos, em função dos níveis referidos, tendo em vista a constituição de grupos homogénios, cuja extensão não deverá ultrapassar 15 pessoas, deverá realizar-se mediante a aplicação de um Teste de Conhecimentos (anexo n.º1).

Anexo n.º1

TESTE DE CONHECIMENTOS

A aplicar a cada um dos candidatos à alfabetização no contexto de uma primeira entrevista, visando a selecção em função dos três níveis de aprendizagem previstos, por forma a permitir a constituição de grupos homogéneos.

a) — LEITURA: critério determinante

1.º NÍVEL (1)

A L M O P Q
a l m o p q

2.º NÍVEL (2)

A VIDA DO POVO É UMA LUTA
A vida do povo é uma luta

3.º NÍVEL

Notícia de jornal ou qualquer outro texto

b) — ESCRITA: critério subordinado

2.º NÍVEL

Escrever a frase que leu

3.º NÍVEL

Escrever o texto que leu ou, sendo possível, escrever as razões porque procura a "escola"

c) — MATEMÁTICA: critério subordinado

— Escrita de números e preços

— Resolução de problemas que requeiram primeiro a adição, depois a subtracção e por fim, a multiplicação e a divisão

- (1) — A verificação do conhecimento das letras constitui uma dificuldade a ter em conta pelo monitor, dado o carácter predominantemente silábico do método a utilizar na aprendizagem.
- (2) — A frase indicada é apenas um exemplo de uma frase breve e de construção simples.

O teste deverá ser enquadrado num contacto directo com cada um dos candidatos à alfabetização, aproveitando-se a oportunidade para recolher elementos significativos sobre a pessoa, tão relevantes, quer para a organização dos grupos (dias e horário de preferência, impossibilidades,...), quer para um primeiro conhecimento dos alfabetizandos e da sua realidade em ordem à programação do curso (origem, profissão, experiência associativa,...).

Por foma a sistematizar a informação respeitante a cada alfabetizando, recomenda-se a elaboração de uma Ficha Individual (anexo n.º2).

Anexo n.º2	Ficha individual
• NOME _____	
• IDADE _____	
• ORIGEM _____	
• AGREGADO FAMILIAR _____	
• PROFISSÃO _____	
• SÓCIO DE SINDICATO / OUTRAS ASSOCIAÇÕES _____	
• MORADA _____	TELEFONE _____
• SELECIONADO PARA O _____ NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO	
• LEITURA _____	
• ESCRITA _____	
• MATEMÁTICA _____	
• RAZÕES DA AUSÊNCIA / INSUFICIÊNCIA DA ESCOLARIDADE _____	
• MOTIVOS DA PROCURA DA ESCOLA _____	
• HORÁRIO DE PREFERÊNCIA E IMPOSSIBILIDADES _____	
• OUTRAS OBSERVAÇÕES	

2.1. PRIMEIRO NÍVEL

2.1.1. Objectivos específicos

No sentido de fazer da alfabetização um processo integrado, importa, tendo por base os objectivos gerais já definidos, estabelecer os objectivos próprios a este nível de alfabetização:

- iniciação aos mecanismos da leitura e escrita de palavras designadas por "geradoras" e de frases, em letra de imprensa maiúscula (esta, pelo seu desenho — combinação de barras horizontais, verticais, paralelas e de figuras circulares — revela-se como sendo a mais adequada a uma mão adulta em fase de iniciação à escrita);
- iniciação à leitura e escrita de números (numeração árabe) e de preços (sistema monetário).



SAUDE

SA U DE

SA	A	DA
SE	E	DE
SI	I	DI
SO	O	DO
SU	U	DU



2.1.2. Materiais de apoio

- elaboração da Lista das Palavras Geradoras, conjunto de palavras susceptíveis, por associações silábicas, de gerar novas palavras, seleccionadas aquelas em função da experiência, problemas sentidos e interesses do grupo a alfabetizar e de critérios linguísticos (anexo n.º3);
- construção das Fichas de Descobertas (numeradas) contemplando cada uma das palavras geradoras e a sua decomposição em famílias silábicas acompanhadas de imagem alusiva (símbolo ou fotografia), a fornecer a cada alfabetizando (anexo n.º4);
- preparação de desafios — auxiliares audio-visuais da aprendizagem (fotografia, cartaz, diapositivo, diaporama, disco, "sketch", notícia,...) — adequados à temática presente em cada palavra geradora, susceptíveis de estimular a observação/reflexão e de permitir a descoberta da palavra geradora que será objecto da sessão;
- existência de um quadro ou de qualquer outro material para uso colectivo que o substitua;
- aquisição por cada alfabetizando de um caderno pautado de uma linha, de lápis e borracha.

ANEXO N.º3

lista das palavras geradoras

Para a formação das Listas das Palavras Geradoras impõe-se, para além de um conhecimento da zona ou da actividade profissional, a aplicação de certos critérios como o valor existencial, a riqueza silábica e a dificuldade ortográfica das palavras a seleccionar. A este respeito revela-se útil a leitura do Manual de Alfabetização "Para quem quer aprender com o povo", Edições Base, ou de "Alfabetização integrada no processo de animação socio-cultural", Rev. Intervenção, n.º7, Maio, 1978.

A título exemplificativo, apresentamos as seguintes listas:

1. TIJOLO
2. CHUVA
3. TRABALHO
4. ORDENADOS
5. VINHO
6. COMIDA
7. MÁQUINA
8. SAÚDE (TOSSE)
9. RIQUEZA (CARRO)
10. OPERÁRIO
11. PRAÇA
12. BICICLETA
13. FÁBRICA
14. GOVERNO
15. GUERRA
16. ENXADA
17. EMPREGO
18. JORNAL
19. GENTE
20. COMISSÃO

Pró-Constrói (1977)

1. LUTA
2. POVO
3. TIJOLO
4. CHAVE
5. FERRO
6. BLOCO
7. MÁQUINA
8. PICARETA
9. OBRA
10. TRABALHO
11. ORDENADO
12. VINHO
13. SAÚDE
14. GOVERNOS
15. ENXADA
16. PREÇO
17. REFORMA
18. SINDICATO (MASSA)
19. RIQUEZA (EMPRESA)
20. ESCOLA
21. JORNAL (GENTE)
22. COMISSÃO
23. CONSTRUÇÃO

Freguesia da Graça (1978)

1. VILA
2. POVO
3. LUTA
4. FÁBRICA
5. MÁQUINA
6. TRABALHO
7. OPERÁRIA
8. REFORMA
9. INVERNO
10. VIZINHO (CASA)
11. CRECHE
12. ORDENADO
13. FÁBRICA (CASA)
14. SAÚDE
15. LIXO
16. PREÇOS
17. GOVERNO (GUERRA)
18. ESCOLA
19. JORNAL (GENTE)
20. COMISSÃO
21. SINDICATO
22. DEMOCRACIA

Anexo n.º4

FICHAS DE DESCOBERTA

Anexo n.º5
FICHAS

DE

MATEMÁTICA

2.1.3. Modelo das sessões

Dadas as características de iniciação deste nível, o recurso à imagem revela-se necessário pelo que esta propicia de acto humano completo: a nível óptico (ler/observar), a nível intelectual (decifrar/reflectir) e a nível afectivo (emocionar-se/impli-car-se).

Em articulação com este princípio dever-se-à aplicar, em ordem a uma pedagogia facilitadora da participação, os seguintes princípios pedagógicos: da oralidade à escrita, do mais simples ao complexo e do colectivo ao individual. Assim, a sequência — "objecto visto" (imagem ou representação cénica), "som ouvido" (palavra pronunciada) e "símbolo escrito" (palavra desenhada) — constitui o eixo da metodologia a desenvolver de acordo com as seguintes etapas e momentos:

a) Etapa com dominante no trabalho colectivo

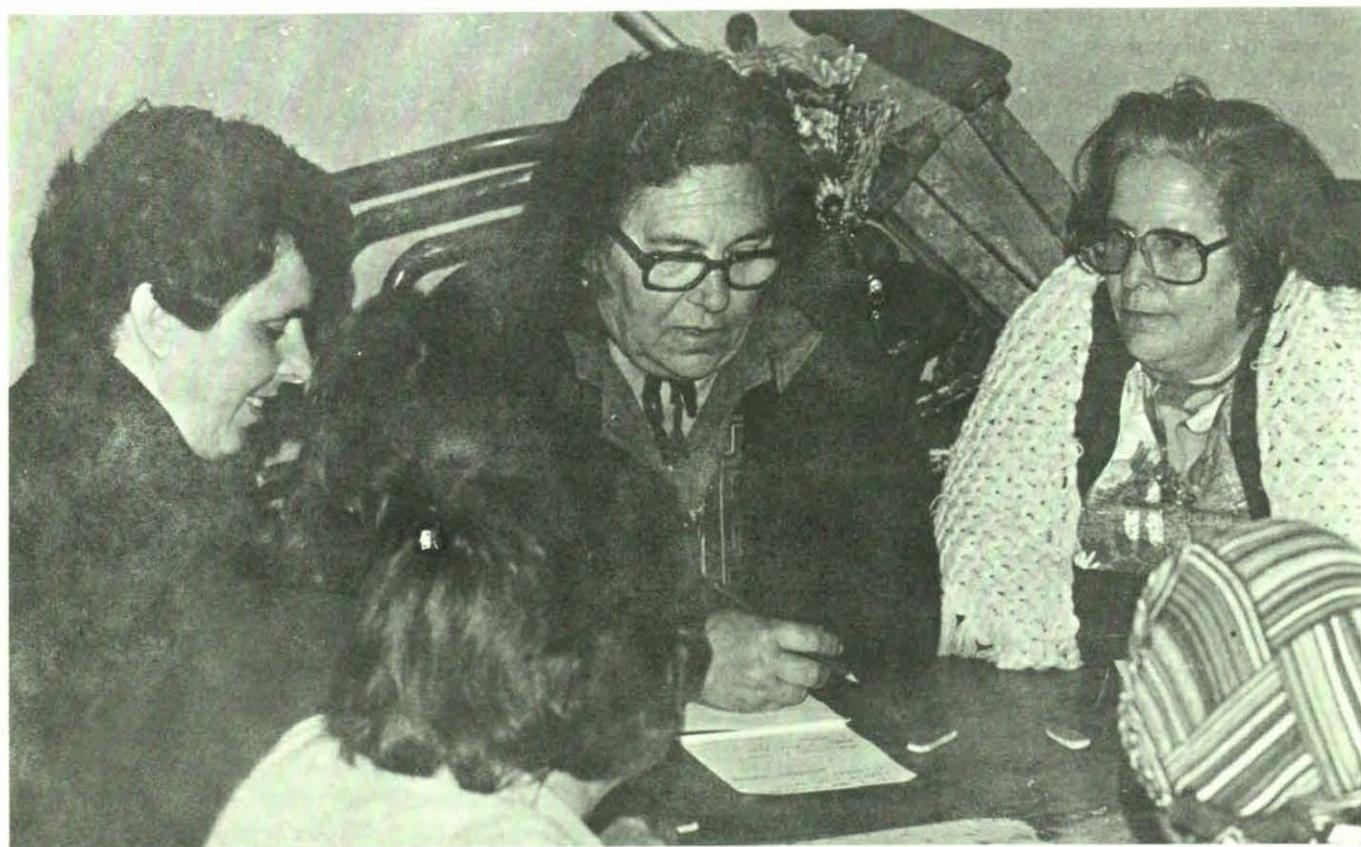
- apresentação do desafio: observação, análise e interpretação (entre 10 e 20 minutos); terminando com a descoberta da palavra geradora pelos alfabetizandos;
- desenho da palavra geradora (maiúsculas de imprensa) no quadro pelo monitor: leitura normal e leitura cadenciada (soletrada) pelos alfabetizandos, em ordem à identificação dos bocados (sílabas) e sua escrita no quadro pelo monitor;
- desenho das famílias referentes a cada bocado pelo monitor: leitura na vertical e horizontal, seguida da identificação pelos alfabetizandos dos bocados que constituem a palavra geradora.

b) Etapa com dominante no trabalho pessoal

- distribuição da ficha de descoberta pelos alfabetizandos: exercícios de leitura e escrita;
- descoberta de novas palavras pela combinação dos bocados, por iniciativa dos alfabetizandos e/ou sugestão do monitor: escrita das palavras no quadro pelos seus autores e respectiva leitura e escrita pelos restantes; a partir das primeiras palavras geradoras, multiplica-se a possibilidade de descoberta de novas palavras pelo recurso às famílias de palavras já estudadas em sessões anteriores;
- elaboração de frases simples, possível nalguns casos logo na primeira sessão; exercícios de leitura e escrita;
- leitura e escrita de números (intencionalizar a sua aprendizagem em termos de dezena, centena, século, dias do ano, e de significação humana e histórica: 1910 — monarquia/república, 1914 — I Grande Guerra, 1926 — regime fascista,...) a começar pelo reconhecimento dos números das fichas de descoberta, bem como leitura e escrita de preços.

2.1.4. Programação no tempo

- 3 a 5 sessões semanais, cuja duração pode variar entre 1.30 h e 2.00 h;
- uma sessão para cada palavra geradora, excepto para as primeiras palavras da lista, que deverão ser duas sessões por palavra por forma a assegurar o domínio do método;



- as palavras auxiliares (colocadas entre parêntesis na lista) deverão ser objecto de uma sessão para cada uma;
- concluído o estudo das palavras geradoras, reservar-se-á um conjunto de sessões para o tratamento de determinados sons não contemplados na lista (exemplo: alguns dos ditongos), bem como para uma revisão geral através da tipificação e comparação entre sons e respectivas grafias (r: - r -, -rr-; s: - s -, - ss -; s intervocálico e z; ...);
- duração do curso: entre 40 e 50 sessões (valores referenciais).

2.2. SEGUNDO NÍVEL

Se é verdade que desde 1968, com incremento nos anos 74 e 75, se realizaram cursos de alfabetização pelo método de Paulo Freire (1.º nível na nossa classificação) e cursos orientados para a 4.ª classe" (o nosso 3.º nível), é igualmente verdade que a todos tem preocupado como fazer a transição entre o "método de Paulo Freire" e a "preparação para a 4.ª classe". Ignorar esta questão significa não reflectir e sistematizar os problemas e respostas que a prática tem levantado a todos os monitores. Importa por isso, na óptica de uma alfabetização estruturada segundo objectivos que se vão realizando ao longo do processo de aprendizagem, caracterizar a transição como um nível deste processo, cuja configuração deverá assentar na relação entre a situação real dos alfabetizados e a necessidade de lhes proporcionar/facilitar uma aprendizagem que possa conduzir ao 3.º nível e à avaliação final.

2.2.1. Objectivos específicos

Tendo por base a situação real dos alfabetizados (concluíram o 1.º nível ou dominam insuficientemente os mecanismos de leitura, factor determinante, e a escrita) e, por referência os objectivos gerais anteriormente definidos, consideramos serem objectivos deste nível os seguintes:

- a) consolidação dos mecanismos de leitura e escrita (em letra corrente) de frases e textos progressivamente menos simples e mais longos;
- b) iniciação à resolução de problemas pela aplicação das operações de adição e subtracção.

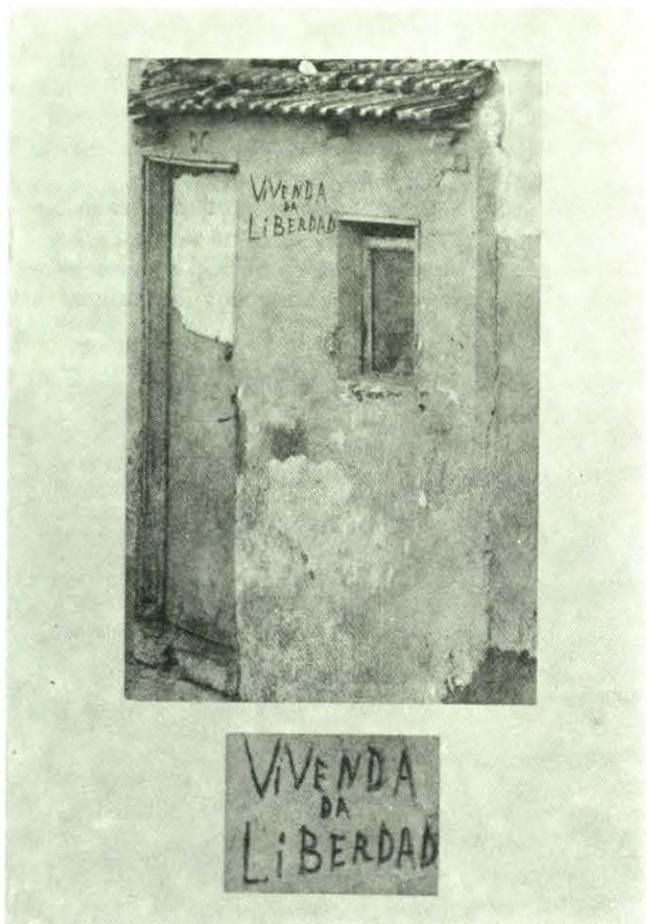
2.2.2. Materiais de apoio

- Colecção de textos soltos ou organizados em livro segundo os seguintes critérios:
 - os primeiros textos deverão ser frases ou textos breves escritos em dois tipos de letra: maiúsculas de imprensa e letra corrente, para garantir deste modo —
 - comparação entre símbolos equivalentes — a introdução à letra corrente;
 - elaboração de um código que coloque em correspondência os diferentes tipos de letra: letra de imprensa e corrente, em maiúsculas e minúsculas (contra o "matar a cabeça" a decorar, desenvolver o princípio da consulta);

- os restantes textos deverão ser escritos em letra de imprensa;
- as questões ou problemas a ir contemplando nas frases ou textos deverão ser os indicados em 1.a), recorrendo a fontes como provérbios e quadras populares, notícias dos jornais, autores populares como o Aleixo,...

A publicação do G.T.A.A. "Unir as Letras Escrever Povo" tenta materializar os critérios enunciados. A cartilha "Viva o Povo" (Instituto de Tecnologia Educativa) e "Ler a Vida" do grupo de alfabetização das Oficinas de S. José poderão ajustar-se a este nível.

- Colecção de fichas de matemática contemplando problemas da vida quotidiana, cuja resolução implique a prática da adição e subtracção;



- Quadro ou qualquer substituto, bem como outros auxiliares audio-visuais em relação com os temas em estudo nas sessões.
- Para cada alfabetizando um caderno pautado de uma linha e um caderno quadriculado, lápis e borracha.

2.2.3. Modelo das sessões

Dadas as características de transição deste nível (insuficiente domínio dos mecanismos de leitura e escrita, traduzido no apego ao soletrar, em lapsos de memória sobre o nome e desenho das letras; existência de sentimentos de insegurança e medo de não conseguirem o que desejam, com consequentes quebras de entusiasmo e até de desmobilização), importa criar condições para que haja tomada de consciência pelos alfabetizando dos passos que vão sendo esforçadamente dados, como condição para percorrer com alento o caminho:

a) Metodologia para uma primeira etapa

- leitura de frases (escritas em maiúsculas de imprensa e em letra corrente — visualizar a correspondência) pelos alfabetizando, após esforço de leitura silenciosa;
- tratamento da frase a nível de análise e interpretação e de ligação com a experiência e modo de ver dos participantes;
- escrita de frases que sintetizem o diálogo havido, em maiúsculas de imprensa, com a respectiva conversão para a letra corrente ou imediatamente em letra corrente quando já haja um certo domínio do código;
- resolução de problemas relacionados com o tema em debate que impliquem primeiro a adição e depois a subtração, segundo o princípio da passagem do cálculo mental ao cálculo escrito (identificação e apropriação dos mecanismos das operações).

b) Metodologia para uma segunda etapa

- leitura expressiva do texto pelo monitor destinada apenas à sua compreensão global; os alfabetizando não devem seguir a leitura pelo seu texto para evitar que a sua dependência das palavras os impeça de captar o sentido da mensagem;
- tratamento do texto, quer a nível de vocabulário e interpretação, quer a nível crítico ou de comentário;
- leitura do texto pelos alfabetizando (ir cortando progressivamente a tendência para soletrar, procurando que a leitura em voz alta conte previamente com a leitura mental);
- escrita de frases relacionadas com o diálogo, ou texto colectivo (articulação de contributos que vão sendo escritos no quadro pelos seus autores), em letra corrente;

- resolução de problemas relacionados com as questões em estudo que exijam a aplicação da adição e subtração, eventualmente da multiplicação.

2.2.4. Programação no tempo

- 3 a 5 sessões semanais, entre 1.30 h e 2.00 h
- extensão do curso: sensivelmente dependente do grau e facilidade de apropriação dos mecanismos de leitura, principalmente, e dos mecanismos de escrita, considerando-se no entanto como mínimo 50 sessões.

2.3. TERCEIRO NÍVEL

Na perspectiva de uma alfabetização que reconhece e promove o direito dos adultos a serem "sujeitos da sua própria educação e agentes criadores de uma verdadeira cultura nacional", o 3.º nível vai configurar uma etapa do processo de aprendizagem que deverá encerrar-se com a "avaliação final, para efeito de obtenção do certificado de habilitações de educação básica para adultos, ao nível do ensino primário..." (Art. 1.º da Portaria 419/76).

2.3.1. Objectivos específicos

Os objectivos gerais definidos em 1. realizam-se ao longo do processo de aprendizagem, determinando objectivos próprios, progressivos e articulados entre os diferentes níveis. Assim, colocam-se ao 3.º nível os objectivos seguintes:

- a) desenvolvimento da leitura e interpretação, da comunicação oral e escrita, numa perspectiva crítica e globalizante;
- b) completamento da iniciação ao cálculo pela apropriação dos mecanismos e operações fundamentais necessários à resolução dos problemas da vida quotidiana.

2.3.2. Materiais de apoio

- Colecção de textos a constituir o livro de leituras, conforme os seguintes critérios:
 - organização dos textos por temas geradores — cultura, trabalho, habitação, saúde, família, ... — a proporcionar um estudo sistemático e mais aprofundado dos problemas;
 - ordenações dos textos, adentro de cada tema gerador, segundo o princípio da descrição (como, onde, quem, quando, quantos...), passando pela explicação (o porquê) até às formas de acção (o que fazer), a permitir uma visão concreta e global;
 - valorização de determinadas fontes para a recolha e selecção dos textos: produção dos alfabetizando e "ex-alfabetizando", autores populares como Aleixo, Pardal, notícias dos jornais, comunicados e outros documentos provenientes das organizações dos trabalhadores e da população, dados estatísticos, Constituição...

A publicação do G.T.A.A. "Ler a Vida Mudar o Destino" norteou-se pelos critérios que cabámos de enumerar. A publicação da D.G.E.P. "Ler o dia a dia" adequa-se a este nível.

- Coleção de Fichas de Matemática abordando os problemas e temas referidos para os textos, a tratar pela aplicação de determinados conhecimentos, a constituir um programa mínimo: numeração árabe, sistema monetário, operações, decimais, medidas de comprimento, peso, capacidade e tempo, área do quadrado e rectângulo, fracções e sua redução a decimais, percentagens e numeração romana.

**A VIDA É UM PROBLEMA
VAMOS RESOLVÊ-LO!**

Ficha 2

- 1 — A minha irmã precisou de ir comprar roupa para o Inverno, mas voltou sem nada porque lhe pediram um dinheirão por tudo.
Um par de calças custavam , uns sapatos e uma camisola
Quanto é que ela tinha de pagar por tudo aquilo que necessitava?
- 2 — A D.ª foi ao talho e pagou 135\$00 por um pedacinho de carne para cozer, por dois chouriços e por um pouco de toucinho.
Quanto pagou ela por estas três coisas?
- 3 — O paga de renda de casa por mês mil setecentos e cinquenta escudos, de transportes para ir para o emprego oitocentos e quarenta e cinco escudos e de água e luz ele pagou cento e oitenta escudos.
Quanto gastou este mês só nestas despesas?
- 4 — O filho do António foi para a escola mas o pai está aflito com o dinheiro que teve que gastar já em material e livros.
Os primeiros livros custaram , os cadernos e em canetas, lápis, borrachas e outros pequenos utensílios
Quanto já gastou o António?

EDUCAÇÃO BÁSICA PARA ADULTOS

Grupo de Trabalho de Alfabetização de Almada

**A VIDA É UM PROBLEMA
VAMOS RESOLVÊ-LO!**

Ficha 20

- 1 — A Idalina foi com o filho ao médico, à consulta da Caixa de Previdência. Quando foi à farmácia comprar os medicamentos, ficou assustada com o preço. As injeções custavam , uma caixa de cápsulas e uns comprimidos
a) — Quanto custava esta receita?
b) — Como os beneficiários da Caixa de previdência pagam 25% dos medicamentos, em quanto ficou a receita para a Idalina?
c) — Haverá formas de defesa e promoção da saúde que contrariem o alto consumo de medicamentos?
- 2 — O filho do António tem estado muito doente e como ainda falta um mês e meio para o dia da consulta que lhe marcaram na Caixa e o miúdo está cada vez pior, o pai resolveu levá-lo a um médico particular.
Pagou pela consulta 500\$00 e o médico esteve a observá-lo cerca de meia hora.
a) — Quanto ganha por hora este médico?
b) — Calcule o valor da sua hora de trabalho e compare com o valor da hora deste médico. Que conclusões?
c) — Que pensa da organização dos serviços da Previdência?

EDUCAÇÃO BÁSICA PARA ADULTOS

Grupo de Trabalho de Alfabetização de Almada



**Unir as Letras
Escrever POVO**



*ler a vida 1
mudar o destino*

cadernos de Abril

A colecção de 22 fichas do G.T.A.A. "A Vida é um Problema, Vamos Resolvê-lo!", contemplando este programa mínimo e segundo a ordem referida, representa uma tentativa que, no presente momento, está a ser revista antes de se proceder a uma segunda edição.

- Mapas (Portugal, Mundo, actividade económica por sectores,...) impressos (vales de correio, telegramas,...) e outros materiais auxiliares de aprendizagem.
- Quadro ou seu substituto.
- Caderno pautado de uma linha, caderno quadriculado, lápis, borracha e caneta (instrumento a ser introduzido progressivamente) para cada alfabetizando.

2.3.3. Modelo das sessões

Dada a natureza dos objectivos e programa deste nível, parece-nos útil, não por razões de princípio mas de organização e eficiência das sessões, utilizar dois modelos, sendo o modelo geral o dominante.

a) Modelo geral

- comunicação oral: leitura de um texto (fazê-la preceder de leitura cuidada pelo monitor ou de preparação individual pelos alfabetizandos), interpretação, alguns aspectos elementares de morfologia e sintaxe, seguida de aprofundamento pelo recurso a informação complementar (história, geografia, economia,...);

- comunicação escrita (individual ou colectiva) a revestir uma das seguintes modalidades: resumo do texto, síntese das conclusões do debate ou desenvolvimento de uma questão relacionada com o texto; deverá seguir-se a leitura e correcção (individual ou no quadro) para aperfeiçoamento da ortografia e da pontuação.

b) Modelo suplementar

- comunicação oral sobre uma Ficha de Matemática (anexo n.º5) a nível de leitura, interpretação e identificação ou explicação dos mecanismos matemáticos necessários à resolução dos problemas; deverá partir-se sempre que possível do cálculo mental;
- comunicação escrita (individual ou colectiva) quer a nível de resolução dos problemas, quer da interpretação dos resultados ou da resposta a questões relacionadas com os problemas.

2.3.4. Programação no tempo

- 3 a 5 sessões semanais, de duração entre 1.30 a 2.00 h;
- distribuição das sessões segundo o ritmo de 2 sessões para modelo geral contra uma sessão para o modelo suplementar;
- extensão do curso: apontar para um mínimo de 100 sessões.



2.3.5. Avaliação final

A Portaria 419/76 de 13 de Julho (publicada no "Diário da República n.º 162 I Série) que estabelece "novas formas orientadoras do processo de aprendizagem e dos critérios e forma de avaliação final", deverá ser pormenorizadamente analisada pelos monitores e alfabetizandos. No entanto, parece-nos de destacar:

- na avaliação final, o júri apreciará, não só as capacidades demonstradas — capacidade de elaborar um texto (1.ª parte da avaliação), capacidade de compreensão e análise crítica da realidade e capacidade de calcular aritmeticamente problemas (2.ª parte de avaliação) — mas também o trabalho realizado ao longo do curso constante do dossier individual ou grupal, quando entregues ao júri (Art. 23.º, 24.º, 25.º e 26.º);
- o monitor poderá integrar o júri, com direito a voto, devendo para o efeito requerer em impresso próprio — modelo 603 da Imprensa Nacional (Art. 18.º);
- são épocas normais de avaliação a 2.ª quinzena de Janeiro, a 1.ª quinzena de Junho e a 1.ª quinzena de Outubro (Art. 7.º);
- a partir de Janeiro de 1977 deixou de haver possibilidade legal de opção pelo regime de exames da chamada 4.ª classe para adultos (Art. 36.º e 37.º).



COVA DA PIEDADE
Novembro de 1978

Ernesto Costa Fernandes



CERÂMICA

1. Curso de Iniciação à Cerâmica

Por acordo com os responsáveis de "ARGILA — Atelier de Arte Experimental", começou em Junho de 1978 o Primeiro Curso de Iniciação à Cerâmica, estando já abertas inscrições para o Segundo Curso.

Este Curso é orientado por 5 elementos, sendo 2 professores do Ensino Técnico com Cursos de Cerâmica e um professor primário. Com 32 alunos inscritos, de ambos os sexos, funciona o Curso no espaço do Atelier Argila, devidamente equipado, dividido em 3 turmas:

Manhã (10.30 às 12.30) — Segundas, Quartas e Sextas-feiras / 6 alunos / média de idades: 11 anos

Tarde (16.30 às 18.30) — Segundas, Quartas e Sextas-feiras / 12 alunos / média de idades: 19 anos

Noite (21.30 às 23.30) — Segundas, Terças, Quartas e Quintas-feiras / 14 alunos / média de idades: 22 anos

Tendo por objectivo a revelação de novos valores no campo da criação livre, em tempo oportuno far-se-á uma Exposição na Casa da Cultura dos trabalhos saídos deste Primeiro Curso.

É intenção, tanto da Casa da Cultura como do Atelier Argila, promover mais dois novos Cursos, a partir do próximo ano: Gravura e Serigrafia.

2. Exposição de Cerâmica

Propõe-se a Casa da Cultura efectuar em Setembro do corrente ano uma Exposição de Cerâmica com 100 peças únicas do ceramista caldense Eduardo Constantino, radicado na Bretanha (França), para a qual já possui em depósito 40 peças.

MÚSICA

Curso de Formação Musical

Iniciaram-se as aulas em Novembro de 1977 com 40 alunos divididos em duas turmas. Com o Curso prestes a terminar (devido às obras de beneficiação do edifício onde se encontra instalada a Casa da Cultura) a frequência é de 20 alunos.

O aproveitamento foi, no entanto, bastante bom, se se considerar que os alunos são, na sua grande maioria, trabalhadores e/ou estudantes, tendo grande parte do seu tempo bastante ocupado com as obrigações laborais e/ou escolares.

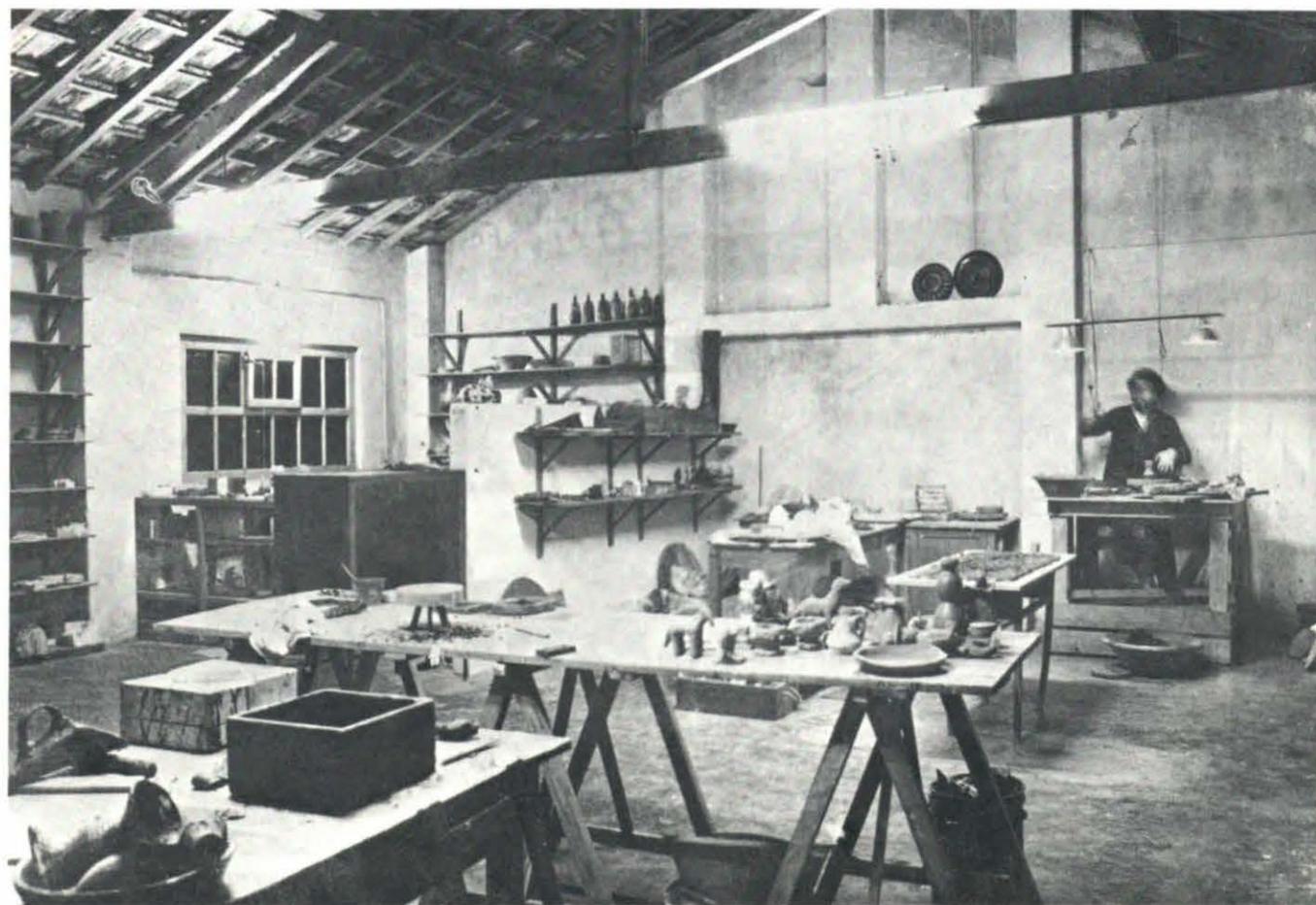
Pretende-se que, no próximo ano lectivo, a começar em Outubro, o Curso continue a cumprir a sua dupla função de Formação (através da prática instrumental: flautas de bisel) e de Animação (aulas colectivas dedicadas a audições, discussões, trabalhos de grupos). De modo a organizar estas várias disciplinas com vista a um máximo aproveitamento, decidiu-se estruturar o Curso de maneira a que cada aluno tenha 4 aulas por semana, assim distribuídas:

a) Uma aula semanal de 50 min. dedicada à Educação Musical, Teoria de Música e Solfejo;

b) Uma aula semanal de 30 min., individual, dedicada à aprendizagem de flautas de bisel (soprano, contralto, tenor ou baixo, à escolha do aluno);

c) Uma aula semanal de 60 min., dedicada à prática de conjunto de música para flautas de bisel;

Os alunos começarão a frequentar esta aula à medida que possuam um desenvolvimento técnico mínimo, indispensável à prática musical de conjunto. Praticar-se-á, sempre que possível, música original para flautas de bisel, especialmente da época medieval,



renascentista e barroca, tentando pôr um acento sobre a música ibérica dessas épocas sem, no entanto, esquecer músicas doutras épocas e doutras proveniências, adaptáveis ao conjunto de flautas. Esta prática poderá constituir o embrião de um futuro conjunto de flautas, que se dedicará à Animação Musical da região, em especial nas escolas primárias da cidade e aldeias limítrofes.

c) Uma aula semanal colectiva, sem limite de tempo, dedicada especialmente à Animação Musical.

Constará sobretudo de audições, de análises de obras musicais, de estudos sobre diversos temas musicais ou a ela ligados (análise histórica e sociológica da evolução musical: suas formas, seu conteúdo, suas relações com o meio, sem esquecer o momento histórico presente). Uma inovação nesta aula colectiva, em relação ao ano anterior: pretende-se que se torne aberta ao público em geral, que nela esteja interessado em participar. Também a sua preparação, até aqui confiada principalmente ao animador musical passa a ter a colaboração directa dos alunos, pretendendo-se que muitas destas aulas sejam preparadas exclusivamente pelos mesmos.

Esclarece-se que esta estruturação do Curso pode ser alterada por sugestão dos alunos, desde que essas alterações sejam consideradas viáveis e proveitosas.

2. Grupo Coral

Abertas as inscrições em Fevereiro do corrente ano, estão inscritas, neste momento, 57 pessoas, sendo 25 de vozes femininas e 32 de vozes masculinas.

O grupo Coral começou a trabalhar em 17 de Junho sob a orientação de Manuel Matos, que se desloca propositadamente de Lisboa 2 vezes por semana. Dedicar-se-á à divulgação da música portuguesa do passado e do presente, sem esquecer os grandes mestres de todas as épocas.

FORMAÇÃO DE QUADROS

O responsável pelo "Curso de Formação Musical" da Casa da Cultura esteve presente nos seguintes cursos:

de 09 a 15—04—78

/ Simpósio Internacional de Animadores Musicais, promovido pela Juventude Musical Portuguesa — Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian.

de 17 a 05—05—78

/ Curso de Regentes de Coros Amadores, promovido pela S.E.C., dirigido pelo Prof. Mário Mateus — Porto, no Museu Soares dos Reis.

e, em representação da Casa da Cultura,

de 21 a 27—11—77

/ Seminário sobre a Formação de Animadores Culturais, promovido pela S.E.C., S.E.J.D. e Conselho da Europa — Lisboa, Galeria de Belém.

3. 15 Concertos e Recitais — Com uma média de 90 assistentes.



TEATRO

"GRUPO DE TRABALHO TEATRAL
DA CASA DA CULTURA"

Em 20 de Agosto de 1977 foi estreada no Ginásio da Escola Técnica, a peça juvenil de Maurice Yendt "A Máquina de Teatro" (estreia em Portugal), com encenação e direcção de actores de José Severino, que trabalhou na Casa da Cultura até 15 de Fevereiro de 1978.

Até 18 de Dezembro de 1977, "A Máquina de Teatro" foi apresentada ao público 14 vezes. Houve 3 espectáculos nas Caldas da Rainha e 2 em Peniche. Os restantes sucederam-se em aldeias e lugares que abrangeram os concelhos das Caldas da Rainha, Peniche, Óbidos, Alcobça e Bombarral. Os espectáculos no concelho de Peniche tiveram o patrocínio da Câmara Municipal de Peniche.

A média de espectadores por cada representação foi de 199,7 sendo os extremos de 63 e 502.

Espectáculos: 14

Número total de espectadores: 2.796

Média de espectadores
por espectáculo: 199,7

A partir de Abril de 1978, foi contratado para prestar serviço na Casa da Cultura, o actor-animador José Peixoto, profissional competente com larga experiência no Centro Cultural de Évora e Casa da Cultura da Zona Oriental de Lisboa (Moscavide), que se desloca 4 vezes por semana às Caldas da Rainha.

O objectivo da Casa da Cultura no que respeita ao "Grupo de Trabalho Teatral" é qualificar um bom número de elementos locais que venham a constituir a base principal de uma companhia profissional de produção teatral (Companhia de Animação Teatral), e que ainda possam dar a garantia de poder fazer a Animação regular dos Grupos de Teatro Amador da região.

1. Nestas circunstâncias, estruturou-se um Programa em 3 planos:

- 1.1 formação técnica de actores
- 1.2 formação teórica no domínio do teatro
- 1.3 informação sobre organização e técnicas de animação

Procurou-se ligar permanentemente os 3 planos neste 1.ª Fase de aprendizagem, ainda que o rendimento, participação e interesse fossem diferenciados em cada um dos elementos. Pensou-se que uma especialização desde o início levaria a uma deficiente formação, correndo-se o risco de ter actores sem qualquer formação teórica e animadores sem qualquer prática de palco.

O curso foi iniciado com a abordagem ao método de Manfred Wekwerth para teatro não profissional. Após a apresentação das bases fundamentais do método, foi o mesmo verificado através da peça de Brecht "As Espingardas da Mãe Carrar".

A análise dramaturgica foi estabelecida conjuntamente, após o que se passou aos arranjos, ficando cada elemento do curso encarregado da proposta cénica de cada uma das seqüências.



Na interpretação, cada participante passou sucessivamente pelos diferentes papéis, independentemente do sexo ou idade, numa tentativa de estudo das relações e do "gestus" social.

Numa fase mais avançada, foi feita a distribuição definitiva para a execução em detalhe. Ficou assim montada a peça, que se retomará oportunamente e que será um dos futuros espectáculos do "Grupo de Trabalho Teatral".

Ainda no domínio da técnica de actores, executou-se um "atelier" de improvisação sobre "o circo", procurando desenvolver a imaginação e a capacidade de mostrar através do corpo. A parte mais desenvolvida deste trabalho foi centrada sobre os "palhaços".

Executaram-se diversos exercícios tendentes ao domínio da expressão.

O domínio corporal tem sido completado com aulas de bailado (a cargo de José Correia) e ginástica (a cargo de Jorge Favas).

A preparação teórica da 1.ª Fase centrou-se no estudo e discussão colectiva de textos sobre a filosofia e a prática do teatro Brechtiano.

No domínio da Animação procurou-se definir os objectivos deste vasto campo para a zona de intervenção das Caldas da Rainha, e fornecer métodos para a resolução concreta dos problemas sócio-culturais da região, tratando com especial destaque o Teatro.

2. Na 2.ª Fase trabalhou o "Grupo" na montagem do entremez de Cervantes "O Retábulo das Maravilhas" que fará parte do primeiro espectáculo. Constitui esta Fase uma tentativa de síntese dos conhecimentos da fase anterior.

Na preparação teórica foram os elementos do "Grupo" encarregados da constituição de um dossier de informação sobre o "Teatro do Século de Ouro". Abordou-se a literatura dramática e o espectáculo, aspectos gerais das artes e a sociedade da época. Estudou-se Fernando Rojas, Miguel Cervantes, Lope de Rueda, Lope de Vega, Calderon de La Barca e Tirso de Molina. Procedeu-se à análise dramática das peças mais significativas de cada autor. A maioria dos participantes apresentou estudos sobre a época e os autores ou análises das peças.

3. Encontra-se em preparação um trabalho sobre a "Farsa do Mestre Pathelin", a incluir também no primeiro espectáculo e que constitui, praticamente, o fim deste ciclo de formação. Este trabalho tem também sido acompanhado de informação teórica sobre a farsa, o teatro e a sociedade contemporânea.

4. Ainda dentro deste plano de formação, deslocou-se o "Grupo de Trabalho Teatral", acompanhado pelo seu animador José Peixoto, ao Centro Cultural de Évora, onde assistiu aos espectáculos constituídos por:

- "O Velho da Horta" (Gil Vicente)
- "O Que Diz Sim, o Que Diz Não" (Brecht)
- "A Noite dos Visitantes" (Peter Weiss)

e onde se estabeleceu um diálogo muito lucrativo com a experiência exemplar levada a cabo pelo Centro Cultural de Évora, através dos encontros de trabalho proporcionados expressamente para o "Grupo". Foi ainda facultada uma visita à Escola de Formação de Actores do Centro Cultural de Évora, tendo sido o "Grupo" detalhadamente informado sobre o seu funcionamento. Assistiu também a um ensaio do espectáculo em preparação pelos alunos-actores sobre "As Espingardas da Mãe Carrar", podendo assim confrontar esta experiência com as suas próprias conclusões sobre este texto de Brecht.

5. Trabalhos programados:

- a) Apresentação pública dos espectáculos "Comédias de Astúcia e Engano" (Julho/Agosto)
- "As Espingardas da Mãe Carrar" (Setembro/Outubro)
- b) Estudos teóricos iniciados
 - 1. Estudos sobre o Teatro Italiano (Renascença e Iluminismo)
 - 2. Confronto Gil Vicente-Ruzante
 - 3. O lugar cénico através das épocas
- c) Trabalho (em programação) com o Centro Cultural de Évora
 - 1. A estética brechtiana
 - 2. A abordagem dos clássicos

"Curso de Verão: Curso Intensivo de Formação de Actores"

Dirigido pelo actor-animador José Peixoto e coadjuvado por elementos do "Grupo de Trabalho Teatral da Casa da Cultura", a Casa da Cultura promove um Curso Intensivo de Formação de Actores, que terá lugar nas suas instalações, de 31 de Julho a 12 de Agosto de 1978, das 15 às 18.30h. e das 20 às 23.30h., destinado a uma turma de 15 alunos ou 2 turmas (uma de tarde, outra à noite), no caso de haverem 30 inscrições. Aberto a toda a gente, destina-se, no entanto, fundamentalmente, aos Grupos de Teatro Amador.

"Edição de Peças e Textos de Apoio"

Além de diversos textos de apoio, a casa da Cultura editou as seguintes peças:

- "A Bilora", de Ângelo Beolco (Ruzante)
- "Falatório de Ruzante de Volta da Guerra", de Ângelo Beolco
- "A Mosqueta", de Ângelo Beolco
- "O Soldado Raso", de Luiz Valdez
- "As Espingardas da Mãe Carrar", de Brecht
- "O Auto da Índia", de Gil Vicente
- "A Noite dos Visitantes", de Peter Weiss
- "A Farsa do Advogado Pathelin" (Anónimo)

Tanto os textos como as peças de teatro têm sido distribuídas gratuitamente por diversos Grupos de Teatro Amador da região e também de Bombarral e Peniche.

"Conferências e Colóquios"

Durante a "Exposição de BRECHT — tempo vida obra":

Hans-Jochen Genzel, Director artístico do Teatro de Meiningen e dos Teatros Municipais de Karl Marx Stadt (R.D.A.)

Mário Barradas, Director do Centro Cultural de Évora

EDIÇÃO DE "POSTERS"

- "Homenagem a Ana Bela Chaves" (em colaboração com a Câmara Municipal)
- "Quinzena da Música Romena" (em colaboração com a Câmara Municipal)
- "Charlie Chaplin" (em colaboração com a Câmara Municipal)
- "Brecht" (em colaboração com a Câmara Municipal)

"Direitos da Criança"

(edição de 5.000 exemplares distribuídos aos professores do concelho das Caldas da Rainha e Óbidos, para redistribuição pelas Crianças no "Dia Mundial da Criança")

"Aquarelas de Luísa Correia Pereira"

A Casa da Cultura procedeu à distribuição destes "posters" tanto na cidade como no País.

PLANO DE ACTIVIDADES CULTURAIS PARA 1979

ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA

1. Produção de um filme a cores em Super 8mm sobre as actividades de uma Criança num dia da sua vida ou sobre Crianças.
2. Larga difusão dos Direitos da Criança em edição de "poster" com distribuição gratuita.
3. Através dos filmes disponíveis sobre a Criança ou a ela dedicados, proceder à sua projecção itinerante nos concelhos das Caldas da Rainha e Óbidos e, eventualmente, em localidades dos concelhos de Alcobaça, Bombarral e Peniche.
4. Animações infantis de variada índole: desenho, pintura, modelação, cinema, teatro, música, passeios e excursões culturais.
5. Palestras, conferências, colóquios e/ou debates sobre a Criança e os seus problemas, orientados por pedagogos e educadores qualificados, dirigidos especialmente aos pais e encarregados de educação, professores do ensino primário e secundário e alunos do Magistério Primário.

BAILADO

1. Curso de Iniciação ao Bailado: 200 alunos inscritos. Aulas de 3 horas diárias de Segunda a Sexta-feira.
2. Grupo de Bailado da Casa da Cultura: montagem de um espectáculo de bailado para digressão.
3. Aulas de aperfeiçoamento por especialista convidado.

CINEMA

1. Uma sessão semanal de um filme de qualidade em 16 mm (a alugar durante uma semana) que será projectado, no mínimo, em 6 localidades dos concelhos das Caldas da Rainha, Alcobaça e Óbidos.
2. Organização eventual de Ciclos de Cinema Português ou subordinados a temas específicos (um realizador, burlesco, comédia, drama, policial, "western", etc.)

EXPOSIÇÕES

1. Trabalhos dos alunos do I Curso de Iniciação à Cerâmica.
2. Fotografias de Eduardo Gageiro.
3. Fotografias e projecção de "slides" de Orlando Baptista.
4. Esculturas de José Aurélio
5. Pintura
6. Gravura.
7. Serigrafia.

IV ENCONTROS INTERNACIONAIS DE ARTE

Durante estes "Encontros", de 1 a 12 de Agosto de 1977, instalaram-se na Casa da Cultura o "Colectivo de Mulheres", que prestou uma valiosa contribuição à Animação Infantil—Juvenil, e o bailarino Michel Hallet que, durante este período, deu aulas de bailado aos elementos do "Grupo de Bailado da Casa da Cultura".

8. Reproduções da Pintura Mundial.
9. Livros de Arte.
10. Cerâmica caldense (as melhores peças à saída das fornalhas)
11. Exposição Etnográfica do Viver Português (utilizando meios vivos e audiovisuais: pessoas, grupos corais e teatrais, recitais, gravações, filmes, video, fotografias, "slides").

NOTA:

As Exposições a realizar ficam dependentes do arranjo, pintura e instalação nova da iluminação conveniente de dois grandes espaços da Casa da Cultura. É nossa intenção, logo que se conclua as obras de beneficiação destes espaços, oferecê-los aos artistas portugueses e programar de 8 a 10 exposições anuais.

MÚSICA

1. Curso de Formação Musical: 40 alunos inscritos. Aulas de 3 horas diárias de Segunda a Sexta-feira.
2. Grupo Coral: 60 elementos inscritos. Prevista a sua estreia em 1979.
3. Grupo de Flautas (em constituição). Prevista a sua estreia em 1979. Tem como missão levar a animação musical aos estabelecimentos escolares e localidades da região.
4. Concertos e Recitais ao vivo: 20 a 30 por ano.

TEATRO

1. Grupo de Trabalho Teatral da Casa da Cultura: montagem de, no mínimo, 3 peças por ano, para digressão pelas localidades da região e outros pontos do país.
2. Animação dos Grupos de Teatro Amador da região.
3. Edição de textos e peças de teatro para distribuição gratuita pelos grupos de teatro Amador.
4. Intercâmbio com a Companhias dos Centros Culturais, dentro dos propósitos da A.T.A.D.T. (Associação Técnica e Artística da descentralização Teatral): Caldas da Rainha, Évora, Porto, Setúbal, Viana do Castelo e Viseu.

ARGILA

Atelier de Arte Experimental

Em colaboração com os responsáveis pelo Atelier ARGILA, funcionarão neste espaço:

1. II Curso de Iniciação à Cerâmica.
2. I Curso de Gravura.
3. I Curso de Iniciação à Fotografia.

NOTA:

O espaço do Atelier ARGILA será utilizado para sessões de trabalho relacionadas com a Animação Infantil e Juvenil.

CURSOS DE VERÃO

Serão orientados por especialistas e animadores, tendo em vista a formação de quadros culturais:

1. Teatro (teoria e prática).
2. Bailado.
3. Cenografia.
4. Luminotecnia.

Estes cursos terão o apoio de meios técnicos e audiovisuais.

**MOVIMENTO PERMANENTE DE PESSOAS
PREVISTO (APÓS DESISTÊNCIAS)
EM ACTIVIDADES NA CASA DA CULTURA
DAS CALDAS DA RAINHA**

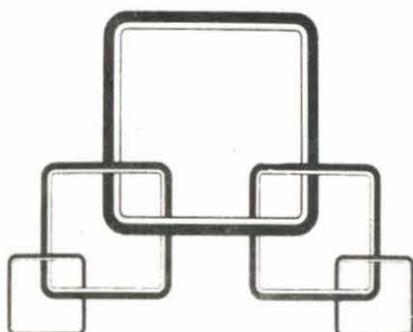
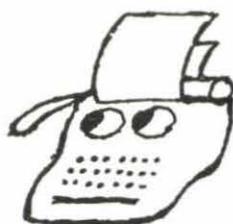
BAILADO	/ Curso de Iniciação.....	160
	Grupo de Bailado.....	20
CERÂMICA	/ II Curso de Iniciação.....	30
FOTOGRAFIA	/ I Curso de Iniciação.....	10
GRAVURA	/ I Curso de Iniciação.....	20
MÚSICA	/ Curso de Formação Musical.....	30
	Grupo Coral.....	40
	Grupo de Flautas.....	10
TEATRO	/ Grupo de Trabalho Teatral.....	20
Total.....		340
Crianças e Jovens até 17 anos		230
A partir dos 18 anos.....		110

FORA DOS CURSOS:**ANIMAÇÃO INFANTIL EVENTUAL**

(dependente da disponibilidade do(s) animador(es):
100 a 150 Crianças em idade pré-escolar, por semana.



INTERVENÇÃO



ENCONTRO DE ASSOCIAÇÕES E ANIMADORES CULTURAIS

Em Março de 1977, realizou-se, em Coimbra, o I Encontro de Associações Culturais de Apoio aos Organismos de Base "com os seguintes objectivos:

- intercâmbio de experiências;
- análise colectiva das Associações e Grupos Culturais sobre o actual momento político do país e o modo como este se reflecte na vida das Associações Culturais;
- relançamento de perspectivas de acção e discussão sobre formas de intervenção;
- estabelecimento de formas organizativas imediatas que permitissem quebrar o isolamento destas Associações e Grupos, avançando-se na linha de uma acção coordenada." (1)

Esse encontro reflectia a necessidade de organização sentida por todas as associações ou agentes singulares de intervenção cultural num momento (político) em que o movimento popular se encontrava em franco refluxo, desmobilização (desencadeadas pelo 25 de Novembro e atitudes/medidas oficiais sequentes).

Impunha-se, pois, a criação de uma forte base organizativa que fizesse face às dificuldades surgidas, funcionando, simultaneamente, como ponto de encontro/debate de experiências e problemas vividos.

Por outro lado realizou-se também em 1977 no Estoril o 1.º Encontro de Animadores Culturais que entre outras conclusões, considerou a necessidade de organização regional dos Animadores.

Estas duas contribuições tidas como essenciais conduziram a Comissão Coordenadora saída do I Encontro, mas reformulada (APAC, CAOB,

CEEC, GTAA, Intervenção) à organização do II Encontro de Associações e Animadores Culturais, realizado nos dias 1, 2 e 3 de Dezembro de 1978, em Lisboa, no Instituto Superior de Serviço Social.

O II Encontro teve como objectivos fundamentais:

- permitir a troca de experiências e a análise da acção desenvolvida no domínio da cultura, da educação e animação;
- definir as grandes linhas de orientação do trabalho cultural;
- perspectivar as linhas comuns de intervenção cultural (política cultural).

A concretização destes objectivos concentrou-se nos dois momentos estruturadores do II Encontro: oficinas e grupos de reflexão.

Por outro lado, os animadores e as associações de intervenção cultural reflectiram sobre a problemática em questão, de modo a, em conjunto, melhor a equacionarem e perspectivarem. Por outro lado, as oficinas (de serigrafia, alfabetização, animação socio-educativa, audio-visuais, animação musical, animação teatral) pretenderam ser lugares/momentos de troca, em grupo, de experiências de técnicas que poderão transformar-se em instrumentos eficazes de intervenção.

Fizeram ainda parte do programa uma exposição montada por grupos presentes; um plenário de abertura, em que foram explicitadas com maior pormenor os objectivos do encontro; um plenário final, em que foram apresentadas e discutidas as conclusões dos grupos de trabalho, e votadas as

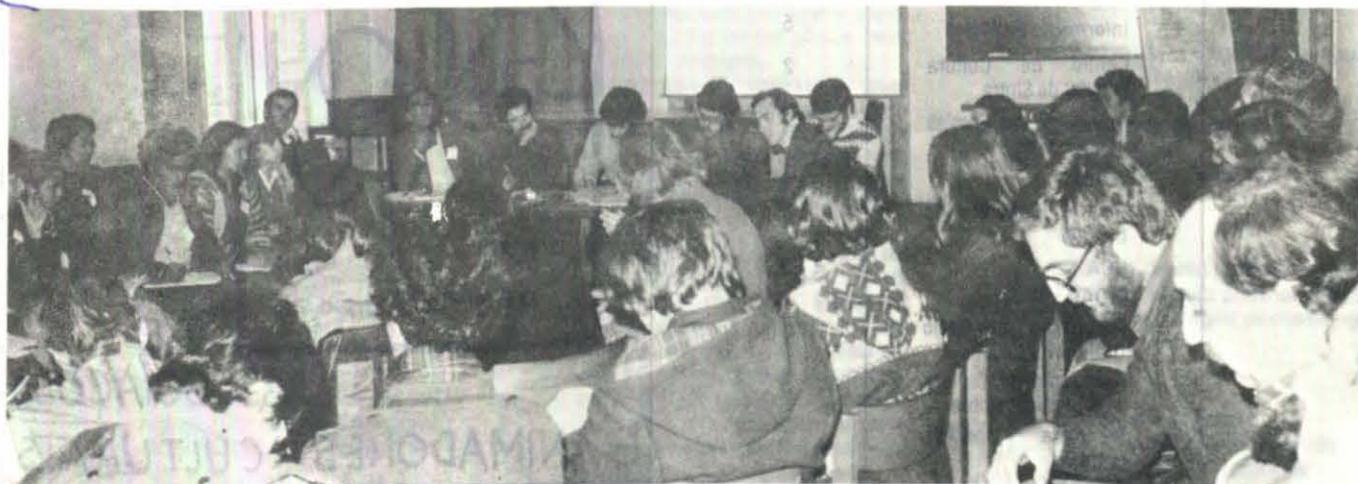
propostas de actuação futura; e dois convívios, que pretenderam ser espaços informais de troca e vivência de experiências de animação cultural.

Para este encontro foram convidados cerca de 200 animadores e mais de 500 associações, aos quais foram enviados convocatórias, mapa de programa, folha de informações e um guião do encontro.

O guião enquadrava brevemente o II Encontro no momento político-social português, situando-o num 1978 pós-um 25 de Novembro de 1975, com todas as suas implicações para o movimento popular. Realçava ainda o significado globalizador da cultura, a necessidade de a intervenção cultural se inserir cada vez mais no Movimento Sindical e de os grupos e agentes individuais de intervenção cultural participarem na legislação relacionada com a animação cultural. Por fim, resumia os objectivos do II Encontro: "Trata-se de, reflectindo na experiência do passado, contribuir para a expressão dos problemas da população, pela revitalização das suas manifestações culturais próprias, pela construção de uma nova consciência, duma cultura que tenha a ver com as nossas vidas, com o futuro que queremos construir." (2)

1) "Comunicado Final do I Encontro" in *Viva* n.º 1, p. 14.

2) Vide "Guião do II Encontro de Associações e Animadores Culturais", in *Intervenção* n.º 3.



2. ENCONTRO

Neste ponto, além de se fornecer uma visão acerca dos participantes no encontro, nomeadamente a sua distribuição em termos distritais, far-se-á uma síntese do plenário de abertura, assim como a apresentação das principais conclusões do trabalho das oficinas e grupos de reflexão, por temas. Ainda serão referidos dados acerca dos convívios, exposição e bancas, e a cobertura dada pelos meios de comunicação social ao encontro.

2.1. PARTICIPANTES

Dirigido a duas qualidades de participantes — associações (ou outro tipo de colectivos) e participantes a título individual —, iremos ver como foi a frequência, em termos estatísticos, de uns e outros.

2.1.1. Associações

Tendo sido convidadas para o II Encontro cerca de 600 associações, apenas estiveram presentes 40 representadas através de 140 pessoas. A seguir informar-se-á, por distritos, quais as associações presentes, assim como o número de elementos enviados por cada associação ao encontro.

DISTRITOS	ASSOCIAÇÕES (ou outros colectivos)	Representantes
Aveiro 2	Centro de Dinamização e Cultura "Canto Mineiro de Pejão"	2
Bragança 2	Associação Recreativa e Cultural de S. Martinho de Peso	2
Coimbra 5	GIACC	5
Évora 3	Casa da Cultura da Juventude de Viana	1
	Casa da Cultura da Juventude de Évora	2
Leiria 2	Centro de Cultura das Caldas da Rainha	2
Lisboa 89	Associação Cultural Roque Gameiro	3
	APAC	9
	Informação Ecológica	5
	Centro de Cultura Popular de Sintra	2
	Associação das Escolas Comunitárias	2
	O Bando	3
	Centro Cultural de Cascais	5
	UCA	3
	CIDAC	2
	Associação de Apoio Cultural de Colares	3
	Associação de Cultura e Instrução do Cobre	2
	Biblioteca Operária Oeirense	8

		CAOB	11
		Grupo Cultural e Recreativo da Junta de Investigação Científica	2
		Centro de Cultura Popular de Alcântara	3
		Cinequipa	2
		Revista Intervenção	9
		Vir Ver	4
		UPAJE	5
		Cooperativa Era Nova	3
		Sindicato dos Gráficos	2
		Sindicato dos Electricistas	1
Porto 15		Associação de Animação Cultural de Frencas	4
		Centro Popular de Canidelo	5
		C.E.E.C.	4
		C.C.P.P.	2
Santarém 4		Oficina da Criança de Santarém	2
		Secção Cultural da Casa do Povo de Pego	2
Setúbal 15		G.A.C. — Alvalade do Sado	3
		Ginásio Atlético Clube	1
		Perna de Pau	1
		Centro Cultural de Moura	3
		G.T.A.A.	7
Viana do Castelo 3		GEICE	3
TOTAIS 10		40	140



Constata-se que o distrito mais representado é o de Lisboa com 22 associações e 89 participantes, o que equivale a mais de metade do conjunto das associações (cerca de 50%) e a mais de 60% das pessoas presentes.

31 associações, ou seja, praticamente 80%, pertencem aos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal; ainda estes 3 distritos estiveram representados através de 119 elementos — que corresponde a 85% do volume total de participantes integrados em associações.

Portanto, os restantes 7 distritos (Bragança, Aveiro, Viana do Castelo, Coimbra, Évora e Leiria) estiveram fracamente representados no encontro.

2.1.2. Participantes a título individual

Tal como fizemos para as associações iremos ver quais os distritos mais e menos representados através de participantes a título individual.

DISTRITOS	PARTICIPANTES
Castelo Branco	6
Coimbra	3
Évora	1
Guarda	3
Leiria	4
Lisboa	45
Porto	5
Santarém	3
Setúbal	11
TOTAIS 9	81

Também aqui o peso de participantes pertencentes a Lisboa é notório — mais de metade são deste distrito.

A grande distância vem de Setúbal. Os restantes tiveram uma participação fraca, especialmente Évora.

2.1.3. Dados Globais

Reunindo os números quer de participantes integrados em associações quer dos participantes a título individual, por distritos, obtemos os seguintes resultados:

DISTRITOS	PARTICIPANTES
Aveiro	2
Bragança	2
Castelo Branco	6
Coimbra	8
Évora	4
Guarda	3
Leiria	6
Lisboa	134
Porto	20
Santarém	7
Setúbal	26
Viana do Castelo	3
TOTAIS 12	221

Os participantes de Lisboa significam 60% do volume total de presenças. A seguir vem Setúbal com cerca de 12% e o Porto com 9%. Os restantes distritos somaram entre si 41 participantes, ou seja 19% das presenças totais.

Vila Real, Braga, Viseu, Portalegre, Beja e Faro são distritos que não acusaram qualquer presença neste encontro.

2.2. PLENÁRIO DE ABERTURA

No plenário de abertura, com a presença de 80 pessoas, além de se ter dirigido uma saudação aos grupos e animadores presentes e se ter lido o texto/manifesto da comissão promotora, abordaram-se ainda os seguintes aspectos:

— Apresentação das organizações que integraram a comissão promotora do II Encontro — APAC, CEEC, CAOB, GTAA, revista *Intervenção*. Foi esclarecido que tais organizações se limitaram a promover a presente iniciativa, não lhes estando atribuídos poder, força ou, sequer, representatividade face ao conjunto dos grupos e participantes individuais convidados.

— A comissão promotora enfrentou dificuldades no processo de organização do encontro, entre as quais se destacam:

· dificuldades internas, em grande parte devidas ao facto de ser constituída por organizações com vocação e experiência diversificadas;

· dificuldades na obtenção de apoios por parte de determinadas entidades (FAOJ, Gulbenkian). Entretanto, a DGEP autorizou a atribuição de um subsídio de 75 contos para suporte das despesas indispensáveis;

· dificuldade de assegurar as instalações necessárias para a realização do encontro. Vários foram os organismos contactados para esse efeito. Reconheceu-se, entretanto, ao Conselho Directivo do I.S.S. de Lisboa o ter posto as suas instalações à disposição do II Encontro.

— Constatação da quebra entre o número de convites dirigidos a animadores (cerca de 200) e a associações (cerca de 600) e o número dos que efectivamente vieram a dar a sua participação ao encontro (80 pessoas presentes no plenário 3)).

— Referência às principais iniciativas que precederam a sua realização:

Encontro de Associações Culturais de Apoio aos Organismos de Base, em 1977, em Coimbra. Reunião aberta a associações desenvolvendo um trabalho cultural de base, contou com a presença de 32 associações (participantes), provenientes de 11 distritos. Na sequência das resoluções tomadas, foi criado um órgão das associações, o "Viva", do qual vieram a sair dois números, não tendo sido possível a saída de mais publicações por falta de meios materiais e financeiros.

Também desse I Encontro saiu um grupo de trabalho e coordenação a nível nacional, integrado por 10 associações. Este grupo, por várias razões, nomeadamente incapacidade económica, viu, ao longo do processo, o seu trabalho estrangulado e desfeito.

I Encontro de Animadores Culturais, no Estoril, também em 1977. AI estiveram presentes 250 animadores oriundos da quase totalidade dos distritos do país (17). Resultou desse encontro a necessidade de se organizarem, a nível distrital, núcleos de animadores, o que não foi concretizado, tendo-se o trabalho resumido a acções pontuais de formação em algumas zonas do país.

— Finalmente foram fornecidas orientações relativas ao programa do encontro, nomeadamente sobre as questões organizativas necessárias ao seu funcionamento (alojamentos, refeições, inscrições dos participantes nas oficinas e grupos de reflexão).

Quanto ao programa do encontro foi dito estar previsto que ele se concretizasse, em torno de três actividades principais, com o seguinte calendário:

- oficinas — uma tarde e uma noite
- reflexão sobre temas (por grupos) — uma manhã e uma tarde
- convívio — uma noite e uma tarde

2.3. OFICINAS

As oficinas foram estruturadas com a finalidade de, com base na experiência de cada participante e sob a coordenação de técnicos permitirem a confrontação do trabalho realizado nos seguintes domínios:

- animação musical
- animação socio-educativa
- audio-visuais
- alfabetização
- animação teatral
- serigrafia

Oportunamente serão divulgados os resultados obtidos ao longo das aproximadamente oito horas de que cada oficina dispõe para o desenvolvimento do seu trabalho.

2.4. GRUPOS DE REFLEXÃO

Tendo como ponto de referência o guião do encontro (Anexo 1), os participantes agruparam-se de acordo com os seguintes seis temas de reflexão:

- 1 — Acção cultural e animação
 - actividade pedagógica e animação
 - actividade artística e animação
- 2 — Animação cultural e meio social
 - meio rural
 - meio urbano e sub-urbano
- 3 — Gestão cultural
 - planeamento
 - gestão/organização interna
 - formação de pessoal
 - fontes de financiamento
- 4 — Articulação do trabalho cultural com organizações de base; apoio do poder local e do poder central
- 5 — Associações culturais — que objectivos; que (novas) funções
- 6 — Estruturas organizativas para o trabalho cultural
 - intercâmbio
 - serviços comuns
 - federação
 - encontros regionais

A partir dos debates e trocas de experiências ocorridos em cada grupo de reflexão, foram reunidas as principais conclusões, que a seguir se transcrevem:

2.4.1. Acção cultural e animação

- actividade pedagógica e animação
- actividade artística e animação

conclusões:

1. Considerou-se que a subdivisão do tema em actividade artística e animação e actividade pedagógica e animação não se justifica. Na nossa concepção de animação não cabe a distinção entre o artístico e o educativo.
2. O animador é um agente de transformação. No seu trabalho ele parte da realidade concreta e a partir dela se estabelecem objectivos e meios adequados para os atingir.
3. A consciencialização é um objectivo que se vai materializando no próprio processo da prática de animação que se vai desenvolvendo.
4. A animação só terá sentido se tiver como dimensão aprender pela prática — problematizar e apropriar-se do quotidiano.
5. O fundamental para o animador não é ser o "homem dos sete instrumentos", embora se reconheça como importante que domine uma técnica (instrumento de animação), nem tão pouco que seja um especialista, mas ser capaz de pôr à disposição das pessoas instrumentos que conduzam à transformação.
6. O animador não se situa exteriormente ao processo de transformação. Nesse processo é ele próprio tocado e tem que estar aberto aos elementos transformadores que recebe do meio onde se integra.
7. A animação deve ser realizada sempre que se reconheça como necessária, não partindo dos pressupostos temporais, espaciais (geográficos) ou institucionais, e não se restringe a um determinado tipo de actividades previamente definidas.
8. A prática cultural não tem só a ver com as actividades chamadas culturais, mas com toda a prática social. Citando Amílcar Cabral, "toda a luta que se desenha é um facto e um factor cultural, uma expressão, isto é, tem que criar a vontade, despertar, para outras expressões culturais".

2.4.2. Animação cultural e meio social

- . Meio rural
- . meio urbano e sub-urbano

Conclusões:

O problema não é dizer que é preciso fazer coisas, porque isso já as pessoas sabem. O fundamental reside no modo como sabemos ou não partir do que existe, não aceitando as coisas tal como estão, antes buscando novos meios, rudimentares que sejam, e recriar situações novas. É necessário fazer novas coisas, responder a questões novas ou pelo menos apresentadas em condições diferentes. Sentimos que faltam os meios: humanos e materiais. É preciso, porém, não desanimar, muito menos entrar em pânico perante as adversidades, os obstáculos, as intrigas, a calúnia, a ausência de apoio estatal. No momento presente temos de contar com isso, porque é um facto. No entanto, é preciso não o entender e aceitar de forma absoluta. Nos organismos públicos existem por vezes brechas, gente que está acordada, viva, receptiva às solicitações dos animadores. É preciso

que estes detectem essas brechas, essas fracturas. Estudem a situação antes de actuarem. Informem-se sobre o que existe, como se faz, quem o faz, de que meios dispõe, que apoios pode dar, em que campos, a partir de que dados. A situação actual é difícil, mas é preciso não cair na ideia, fácil à vista desarmada, de que estaríamos já em pleno fascismo. Isto não quer dizer que não se assista presentemente a um nítido desenvolvimento das forças e processos habituais antes do 25 de Abril. É preciso estar atento a esses fenómenos localizados e procurar dar-lhes resposta a partir da compreensão exacta do que se passa. As associações terão contudo de se habituar à ideia de que cada vez mais dependem de si, da sua organização, do seu esforço, militância, da correcta actividade, da efectiva inserção no meio, do real apoio das populações. Se após o 25 de Abril se gerou uma dinâmica favorável ao trabalho cultural, se inclusivé as associações foram respondendo à dinâmica do movimento popular, se desse período restaram até, ainda bastantes experiências e grupos, é preciso notar que hoje o reflexo é nítido; muitos dos activistas dos grupos, alguns deles com sólida experiência e formação, não raro adquirida antes do 25 de Abril, após este dispersaram-se pelo trabalho partidário, pelas lides sindicais, etc. As associações ficaram mais pobres. É preciso captar e formar novos e reais animadores. As condições actuais, embora a vários títulos sombrias, devem ser aproveitadas para reformular o trabalho, analisar criticamente o que se fez, aprofundar o trabalho presente e futuro. Necessário se torna reconhecer erros, detectá-los, corrigir acções. É preciso avaliar correctamente as forças adversárias em presença, contar com elas, não as subestimar nem exagerar o seu poder efectivo. A rapidez de certas mudanças, mormente políticas, pode levar-nos a cair em lamentações, a ficarmos passivos perante os factos, a julgarmos tudo perdido. É preciso erradicar essa mentalidade fim de século. Precisamos de valorizar o que fazemos, sem cair no "nacional-porreirismo" ou na crença ingénua numa eficácia total e sem limites. O processo de mudança, particularmente o das mentes e dos comportamentos, é lento, mais difícil do que pensamos e julgamos. As pessoas têm instintos, sentimentos, medos, angústias, regressões; são seres complexos, e não máquinas ou objectos inertes. Precisamos de compreender as situações que levam pessoas exploradas e oprimidas cultural, económica e politicamente, a terem atitudes de descrença, de dúvida sistemática perante as pessoas, os comportamentos, as ideias, quando não mesmo a actuarem de forma a reforçarem os mecanismos estruturais da sua opressão. Nestes e outros aspectos, as análises simplistas são de evitar. Existem erros que podem deitar um trabalho por água abaixo. É preciso que ao tentarmos fazer sair a aranha do buraco não tapemos este definitivamente.

Animador é o que vive e trabalha inserido numa comunidade. É preciso não confundir com animadores elementos que de facto o não são, como, por exemplo, os que não pertencem a

um determinado meio e lá não vivem habitualmente, os que por lá passam em trabalho de dinamização, ou os que fazem esforços, às vezes meritórios mas inglórios do ponto de vista da animação, para procurarem viver à imagem e semelhança das populações, julgando que com isso estão "integrados no meio". Animador é aquele que, usando instrumentos de que se serve a animação, e estando inserido num grupo, trabalha numa determinada realidade humana, sem verdadeiramente se fazer notar. Age de forma a que outros actuem, actuando também, nunca sozinho e fugindo à evidência pessoal. Animador é aquele que procura conhecer e dominar no quotidiano do seu trabalho a metodologia da animação, tendo presentes as diferentes etapas que se colocam durante o processo de animação. Procura estar atento aos diferentes níveis da prática cultural ou outra que se desenrola no meio em que actua. Procura conhecer o terreno que pretende trabalhar, analisando diferentes aspectos que se apresentam numa comunidade: os processos económicos, as relações sociais, a demografia, a emigração, a prática cultural, religiosa, política sindical, escolar, o desenvolvimento e tipos de urbanismo, de família, de convívio, existentes, as estruturas mentais dominantes, o peso dos processos tradicionais, rotineiros. Os índices de analfabetismo, o modo de aproveitamento dos tempos livres, as reacções face à mudança, as comunicações com o exterior. Ainda o modo como a população se veste, como fala, as culturas tradicionais a que recorre, as formas organizativas, a sua história, os seus preconceitos mais evidentes, os diferentes interesses dos grupos sociais existentes, o papel das "forças vivas motivadoras da mudança", a existência e peso dos caciques, etc. É preciso coordenar estes factos, relacioná-los, situá-los na sua importância. Detectar as contradições, em particular as dominantes, fundamentais. É importantíssimo elaborar estratégias de actuação permanente, continuada e não aos soluços, como por vezes existe nas associações. Não raro se nota a dificuldade de os animadores situarem o seu trabalho tendo em conta os fins, os objectivos da animação. Não existe suficiente reflexão sobre os modos, as formas, os porquês e os fins de se fazer este ou aquele trabalho, neste ou noutro determinado momento. Existe muito voluntarismo, demasiado empirismo no conhecimento e abordagem da realidade. Falta a teorização alicerçada nos factos vividos (e não sonhados), e a fundamental perspectiva de que o que fazemos não é suficiente quando encarado de uma forma parcelar, restritiva, antes ganha sentido quando englobado numa visão totalizante. Proliferam os S. Francisco de Assis, "os bondosos de alma e coração", os caritativos, os que sentem um grande aperto do lado esquerdo do corpo perante a "aflicção" dos outros. Abundam também os que, consciente ou inconscientemente, fazem rodar tudo à sua volta — são os paternalistas — muitas vezes queixam-se de que estão sozinhos, sem ajuda do grupo e da população — mas no fundo desejam e alimentam essa situação — sentem-se

contentes e justificados quando as populações dizem: "Faça você, o senhor é que sabe". Esta situação, vivida pelos animadores mais vezes do que se julga, deriva talvez da convicção de que o indivíduo tem mais possibilidades criadoras do que o grupo. Há forças criativas nos grupos que só agora começamos a conhecer, a desenvolver e a meditar nelas.

É preciso que os grupos estudem o meio antes de actuarem nele. Para conhecer e responder às necessidades das populações não chega fazer inquéritos. Necessário se torna detectar necessidades profundas e autênticas às vezes não directamente apreensíveis. Os animadores devem procurar as razões que os determinaram a fazer este ou aquele teatro, este ou aquele cinema, por exemplo, reflectindo sobre a aceitação ou não dessas actividades na comunidade onde trabalham. As associações devem procurar diversificar e aprofundar os instrumentos de que se servem na animação cultural. Muito importante se revela a forma como os animadores estão numa constante atenção crítica face aos desenvolvimentos, às fases ou regressões dos grupos onde trabalham. É fundamental que se agarrem às questões essenciais e não se percam nas acessórias. Devem ser objectivos, sintéticos no que dizem, claros quando expõem, usando uma linguagem o mais apropriada possível ao meio.

Os animadores devem procurar conhecer e dominar as situações que se geram, e não o contrário.

2.4.3. Gestão cultural

- planeamento
- gestão/organização interna
- formação de pessoal
- fontes de financiamento

Reflectiu-se sobre problemas ligados a:

- 1 — apoios oficiais
- 2 — estatutos dos grupos culturais e sua legalização
- 3 — espaços
- 4 — planeamento
- 5 — pessoal
- 6 — fontes de financiamento

1 — APOIOS OFICIAIS

A apresentação dos participantes no grupo de reflexão levantou de imediato o problema dos apoios oficiais. Considerou-se que:

- a) os grupos culturais desconhecem muitas vezes as estruturas organizativas capazes de apoiarem a sua acção;
- b) os organismos oficiais não têm um estatuto muito claro quanto às actividades que apoiam;
- c) as condições de obtenção de apoio dependem muitas vezes de aspectos subjectivos (políticos);
- d) é mais difícil que os pequenos grupos (não conhecidos) obtenham subsídios do que grupos com certo prestígio, que, assim, prestigiam as instituições que os apoiam.

Sugeriu-se que fosse elaborado pela Comissão Organizadora do Encontro um mapa sobre os organismos que apoiam o trabalho cultural, mencionando ainda o tipo de apoio que normalmente dão e em que termos o dão. Esse mapa seria enviado a todos os grupos culturais e seria publicado na revista *Intervenção*.

2 — ESTATUTOS DOS GRUPOS CULTURAIS E SUA LEGALIZAÇÃO

Este ponto baseou-se:

- a) nos tipos de grupos culturais existentes (associações, cooperativas, centros culturais, casas do povo, etc.);
- b) nos seus estatutos;
- c) nos processos de legalização.

Viu-se que o problema dos estatutos é importante, pois eles estabelecem não só o modo de funcionamento do grupo, como podem delimitar (favorecendo ou não) a acção a desenvolver. Como exemplos apontaram-se estatutos elaborados pelos próprios grupos (Oficina da Criança de Santarém) e estatutos fornecidos por uma entidade oficial (FAOJ, Junta Central das Casas do Povo) a um grupo que os aceita. Neste caso, verificou-se que há tendência para a entidade oficial tentar controlar a acção do grupo cultural.

Referiu-se a necessidade de, oficialmente, ser reconhecida existência a colectivos que não se tenham organizado segundo as leis gerais sobre associações, dado o pequeno número dos seus elementos e o actual processo moroso e dispendioso de legalização. Sugeriu-se que esse reconhecimento resultasse de simples inscrição.

Como reforço para a urgência da resolução destes problemas, citou-se o caso do Centro de Cultura Popular de Alcântara, que não está legalizado e tem funcionado na igreja local.

A obtenção de subsídios é cada vez mais facilitada, quicé condicionada, pela aceitação por parte dos grupos de um estatuto-tipo.

A Comissão Organizadora do II Encontro deverá organizar um mapa dos estatutos-tipo actualmente em vigor, comprometendo-se pela sua divulgação.

3 — ESPAÇOS

Verificou-se que os grupos necessitam, para o desenvolvimento da sua acção, de um espaço físico. As grandes dificuldades na ultrapassagem dessa carência essencial exigem:

- a) conhecimento dos organismos oficiais que poderão subsidiar a construção de instalações, a sua reparação ou acabamento;
- b) a criação de uma política de subsídios para rendas de casa;
- c) a criação de espaços de utilização colectiva;
- d) a coordenação com as autarquias locais na aplicação dos subsídios para estes efeitos.

Parece de momento mais urgente o alargamento do apoio a pequenas obras de reparação e ampliação do que a criação de grandes equipamentos.

4 — PLANEAMENTO

- a) Abordou-se a necessidade de haver em todos os grupos um planeamento anual de acção, que tenha em conta as carências e expectativas da população, e parta da reflexão sobre o trabalho anterior.
- b) Reconheceu-se o perigo de esse planeamento anual ficar exclusivamente dependente de subsídios, quase sempre aleatórios, donde a conveniência da existência, em todos os casos, de um plano mínimo com base na capacidade do próprio grupo.
- c) Referiu-se a necessidade de as actividades pontuais estarem sempre inseridas nos objectivos mais vastos da actividade do grupo.
- d) Entendeu-se, aliás, que o planeamento é uma forma de combater o estereótipo na acção dos grupos.

5 — PESSOAL

Viu-se que os profissionais de trabalho cultural têm em quase todos os casos uma situação de profissionais de segunda. Uma formação contínua será indispensável como forma de luta contra a rotina em que pode cair o trabalho cultural e permitir ultrapassar deficiências e erros. Apontou-se a necessidade de os grupos recorrerem à colaboração de técnicos como forma de alargarem a sua própria capacidade e projectarem o seu trabalho cada vez mais no meio em que operam.

6 — FONTES DE FINANCIAMENTO

Considerou-se a tendência para os grupos atribuírem exagerada importância aos subsídios. Citou-se um caso em que um subsídio volumoso dado num momento de arranque teve bastantes efeitos negativos. Verificou-se a vantagem de associar tanto quanto possível os utentes das actividades para a sua cobertura económica.

Abordou-se igualmente a questão das actividades desenvolvidas com finalidade de obter fundos, reconhecendo-se a necessidade de elas se inscreverem tanto quanto possível nos objectivos gerais dos grupos. Tratou-se ainda das vantagens e processo de declaração de utilidade pública às associações culturais. Foi sugerido um estudo mais completo do assunto e a divulgação das conclusões pelas interessadas.

2.4.4. Articulação do trabalho cultural com organizações de base; apoio do poder local e do poder central

Conclusões:

1. O grupo considera que as organizações de base (associações e comissões de moradores, cooperativas, sindicatos, colectividades, etc.), pela sua natureza, desempenham uma função cultural. São elas que têm a potencialidade e a possibilidade de repór uma nova ordem de subverter as relações sociais e as relações de poder existentes — único

caminho para a criação de uma cultura que se oponha à cultura dominante.

2. Por outro lado, o grupo considera que a existência de grupos e associações culturais é um reflexo da lógica da sociedade capitalista — que reparte as funções da vida social em compartimentos estanques. É entendido e faz parte do senso comum que a cultura possa estar atribuída ao tipo de grupos presentes neste encontro — de algum modo "os profissionais da cultura". **Mas não é entendido com facilidade que a cultura seja atributo das organizações de base.**

3. Demo-nos conta, a partir destas duas considerações, de que o enunciado do tema do grupo de reflexão está incorrectamente definido — não é possível falar em "articulação do trabalho cultural com organizações de base". As organizações de base produzem trabalho cultural. E ao dizermos articulação do trabalho cultural com organizações de base, estamos a sugerir que esse trabalho cultural é algo exterior às organizações de base, o que não é verdade.

4. No entanto, não podemos ignorar que, **nesta sociedade dividida em compartimentos temos pela frente duas realidades:**

- as organizações de base (que realizam projectos diversos — criação de equipamentos sociais; acção sindical; novas formas de organização da produção; etc.)

- os grupos e associações culturais, e que estas duas realidades têm tido sobretudo projectos distintos, paralelos, com alguns pontos de contacto — mas em que, não poucas vezes, os grupos culturais se apresentam com uma perspectiva paternalista, **de quem sabe e está ali para ensinar ou para mostrar**, e as organizações de base apresentam-se numa atitude de consumo cultural.

5. Por tudo isto, pensamos ser necessário recusar o paralelismo desta situação — grupos culturais por um lado; organizações de base ("não culturais") por outro — e propor uma alternativa que seja **a criação de um projecto colectivo entre uns e outros.**

Para a concretização desta alternativa viu-se ser necessário:

- promover encontros entre organizações de base e grupos culturais a nível regional, precedidos de um levantamento actualizado (experiências em curso, projectos, estrangulamentos principais, etc.)

- os objectivos do encontro seriam: — **concentrar/globalizar perspectivas de acção**

- reactivar organizações de base desactivadas

- fomentar a criação de novas organizações nos locais onde elas não existam.

6. Para que seja possível empreender esta acção é necessário que os seus promotores disponham de meios, nomeadamente financeiros. Neste sentido há que aproveitar os seguintes recursos:

- delegações locais da administração central;

- autarquias locais que se espera venham a ter meios financeiros

para apoiar o desenvolvimento de "pelouros de cultura";

· eventualmente algumas organizações locais não estatais (colectividades, por exemplo).

7. Finalmente, sublinha-se a necessidade de se garantir a informação aos grupos e associações, dispersos por todo o país, acerca dos recursos que a nível estatal vão sendo criados. Esta informação será uma das funções a atribuir a uma eventual estrutura que venha a ser criada na sequência deste encontro.

Nota final: O grupo tem consciência de que não avançou com suficiente clareza acerca da estratégia que sirva a perspectiva de trabalho discutido, mas espera vir a encontrá-la no quotidiano da sua acção e nos contactos a promover daqui em diante com organizações de base para a elaboração de programas comuns de intervenção.

2.4.5. Associações culturais — que objectivos; que (novas) funções

Conclusões:

1. Embora sem se chegar a qualquer consenso, abordou-se o problema do estatuto do animador cultural.

Apontou-se, contudo, para a necessidade do animador existir em função de uma associação, não com papel dirigente, ou individualizado, mas antes como membro de associações ou grupo — única forma de a sua actuação não surgir como algo imposto.

A associação ou qualquer outro colectivo é, pela sua inserção e conhecimento do meio, assim como pela experiência organizativa, a base de que deve partir todo o trabalho.

2. Na situação actual as associações culturais deparam com dificuldades cada vez maiores, cuja origem se encontra na situação sócio-económica do país.

Concretizando:

- a) desmobilização dos quadros e das populações
- b) crescentes dificuldades de ordem financeira
- c) falta de apoio dos organismos oficiais, quer da administração central, quer da local.

Acresce a isto a grande dispersão e isolamento das associações entre si — o que leva a maior fraqueza organizativa e falta de perspectiva global do trabalho.

3. Como forma de desbloquear esta situação, as associações e grupos prevêem as seguintes actuações:

- a) estudo e análise do meio em que se inserem para o que se torna importante a troca de experiências e informações entre os grupos;
- b) adequação do trabalho e da organização interna, em função desse estudo, às acções entendidas como prioritárias.

c) formação de quadros, sendo estes de preferência, e sobretudo, elementos do meio em que o colectivo actua;

d) aproveitamento de todas as formas de financiamento, quer venham do poder central ou local, quer de entidades particulares, nacionais ou estrangeiras.

Do que ficou dito se conclui a necessidade de interligação e articulação das associações, ou grupos, e do respectivo trabalho que realizam

4. Remete ainda este grupo as suas restantes conclusões para as do grupo 6 (2.4.6.) — "Estruturas organizativas para o trabalho cultural" —, uma vez que se considera totalmente identificado com a apresentação das propostas organizativas avançadas pelo tal grupo.

2.4.6. Estruturas organizativas para o trabalho cultural

Conclusões:

1. proposta de colaboração entre diversas associações e colectividades com grupos culturais, desportivos e sindicais dentro das empresas;

2. proposta de criação de uma federação de associações e colectividades a nível regional, que dinamizaria as associações e faria também um levantamento das mesmas (visto o desconhecimento, por vezes, da existência de grande número de associações e grupos vizinhos);

3. hipótese de destacamento de animadores para grupos de bairros onde não existem iniciativas culturais; ou criar nesses grupos secções com vida própria;

4. necessidade de levantamento das carências das populações que se agrupam nas diversas associações, tendo em vista uma correcta utilização dos meios de intervenção e dinamização cultural;

5. relato de experiências e actividades de vários animadores

6. tática de trabalho em relação à abertura dada actualmente pelos organismos oficiais (ex.: autarquias), com vista a criar centros de ocupação dos tempos livres;

7. proposta de levantamento e feitura de cadastro, a nível regional, de material de animação e informação deste às associações, para possível coordenação e intercâmbio;

8. análise da política de apoio dos organismos oficiais em consequência da política de integração europeia.

pressão feita pelos vários países que ofereceram material de animação cultural,

pressão resultante da reunião feita em Portugal do Conselho Europeu para a animação;

9. necessidade de as associações fazerem pressão e saberem aproveitar a nova política de "abertura" dos organismos governamentais;

10. análise do que se nos vai deparar a médio prazo a nível de estruturas governamentais, com vista a uma perspectiva mais táctica da actuação das associações no que diz respeito às estruturas organizativas;

11. relato analítico do que já está feito (reportagem do I Encontro — Março 77 — o grupo de coordenação que desse encontro saiu e o que ele fez a nível sectorial; encontros regionais e o levantamento mais amplo de associações; o editar de 2 números de uma revista, "Viva" e o decair da mesma por motivos económicos.);

12. hipótese de proposta às outras associações de fazer da revista "Intervenção" o órgão informativo das e para as associações, onde seria feito também todo o tipo de troca de experiências

e iniciativas; ou a hipótese de reeditar a revista "Viva";

13. proposta de encontros regionais promovidos pelos grupos promotores deste encontro e pelos grupos participantes;
14. utilização, com vista à apropriação da revista "Intervenção" pelas associações populares, grupos de acção cultural, etc.;
15. o CAOB centralizaria todo o trabalho a nível regional.

NOTA: trabalho com mulheres, jovens, sindicatos.

3) participaram exactamente nos trabalhos do II Encontro 221 pessoas.

2.5 — Exposição

— O grupo promotor do encontro programou a montagem da exposição para o dia de 6.ª feira e manhã de sábado — (segundo o programa) — esta a partir de material que os grupos trouxeram e daquele que fosse produzido no próprio encontro.

A sua realização exigiu um estudo prévio da distribuição do espaço como também o pôr à disposição material técnico necessário (papel cenário, marcadores, cartolinas, etc.)

— Grupos com Painel

Não pretendendo ser exaustivo na numeração de todos os painéis existentes na exposição, esta teve o seguinte panorama:

- CAOB
- CEEC
- GTAA
- CCPP
- Jornal da Figueira da Foz
- Intervenção
- CIDAC
- CCP Sintra
- CC de Cascais
- UPAJ
- Palhaço e Tété
- APAC
- Bando
- Casa da Cultura da Juventude de Évora
- Casa da Cultura da Juventude de Viana do Alentejo
- Associação Liz e Lena
- Casa da Cultura das Caldas da Rainha
- Centro da Cultura Popular de Alcântara
- Oficina da Criança
- Serviços Educativos do Museu do Trajo
- UCA

Os vários painéis abrangeram informação visual em áreas que vão da alfabetização à animação sócio-educativa, da difusão cultural à criação e domínios como o teatro, as artes gráficas, a música, etc.

Expuseram-se e distribuíram-se textos, cartazes, autocolantes produzidos pelos vários grupos.

Acima de tudo a exposição valeu como uma experiência de trabalho colectivo, convívio e até de reflexão sobre o trabalho de cada grupo.

2.6 Bancas

As bancas surgiram como iniciativa dos grupos participantes do encontro, apresentando-se como forma de divulgação e de venda de material, produzido pelas Associações.

- a) **Bancas com material para venda e oferta**
 - GTAA, material didáctico produzido pelo grupo no terreno da alfabetização e material de divulgação
 - Intervenção, todos os números existentes da revista; oferta do último número (número nove) subsidiada especialmente pela SEC
 - CEEC, textos produzidos pelo grupo
 - Cadernos do Terceiro Mundo, todos os números existentes da revista
 - Centro Cultural de Cascais, venda de autocolantes e de material para oferta
 - Tété, venda de um poster
- b) **Bancas com material de oferta**
 - Folha ecológica
 - Casa da Cultura das Caldas da Rainha
 - Associação das Escolas Comunitárias

2.7 Convívios

Realizaram-se dois convívios como estava previsto no programa (sexta à noite e domingo de tarde)

O primeiro consistiu num jantar organizado com a comida que alguns grupos trouxeram assim como com aquela que o Grupo Promotor garantiu. Não se verificando nenhuma intervenção organizada para animação do convívio ao longo da noite, este teve a dimensão de uma primeira troca de impressões dispersa entre alguns grupos.

O segundo consistiu na preparação, por parte do grupo promotor de um almoço para todos os participantes que não tendo também mais nenhuma ambição para além das relações inter-pessoais conseguiu contudo uma maior troca de opiniões e um ambiente de calor e afectividade colectivas, fruto de um melhor conhecimento gerado entre as pessoas ao longo das sessões de trabalho do encontro.

2.8 Cobertura dos meios da Comunicação Social

Estando a maior parte dos órgãos de informação convidados para a cobertura do Encontro, este não conseguiu contudo, uma divulgação que estivesse de acordo com a importância da iniciativa. Assim, tirando a RTP (que passou um pequeno filme realizado durante o plenário de encerramento e leu a proposta de trabalho salda do Encontro) e o Diário Popular que editou um extenso artigo intitulado "II Encontro de Associações e Animadores Culturais decide: Fomentar Acções Conjuntas em Sindicatos, Cooperativas, Comissões de Moradores e Comissões de Trabalhadores", onde se descreveu o trabalho

e as questões analisadas ao longo dos três dias de funcionamento, somente a Capital e a Luta editaram uma pequena notícia dando a informação da realização do Encontro.

* RTP no último noticiário do dia 3 de Dezembro de 1978

* Diário Popular no dia 4 de Dezembro de 1978

3. Resoluções

3.1 Plenário de encerramento

Este plenário foi realizado a meio da manhã de domingo tendo como objectivos centrais a apresentação e colectivação das conclusões de cada grupo de reflexão e a aprovação das propostas a apresentar.

Estavam presentes cerca de 100 participantes e representantes da RTP e o Diário Popular.

Após a discussão gerada com a leitura das conclusões dos grupos o plenário deteve-se num aceso debate sobre as perspectivas concretas do trabalho futuro (próximo Encontro Nacional, articulação com os organismos populares de base, encontros regionais, órgão de informação e de reflexão das Associações, etc) que culminou com a aprovação de uma proposta.

Antes dos grupos de reflexão apresentarem as conclusões o CIDAC explicitou qual o objectivo da sua presença no Encontro como a possibilidade de dar-se a conhecer melhor às associações e aos Animadores como um Centro de Informação e Documentação que faz a ligação entre Portugal e os países africanos de expressão Portuguesa.

3.2 Proposta

1.º Que a revista de Animação Socio-Cultural "Intervenção" seja considerada o órgão de reflexão e de divulgação das experiências das Associações Culturais, Organizações Populares de Base e Animadores Culturais.

2.º Realização de Encontros Regionais entre as Associações, Organizações Populares de Base e outras e Animadores, com os objectivos de:

a) Globalizar e perspectivar as linhas gerais do trabalho Cultural

b) Dinamizar as diferentes organizações locais

3.º Realização do III Encontro Nacional de Associações (incluindo a mobilização de todas as organizações populares de base) e Animadores Culturais, nos dias 14, 15, 16 e 17 de Junho em Coimbra sobre o tema: Trabalho Cultural Educação Popular e Formação.

A marcação da reunião para a constituição da Comissão Organizadora do III Encontro ficou à responsabilidade da Comissão Promotora do II Encontro, (já marcada para o dia 27, às 15 horas no ISSL), a confirmar.

Rua do Mitelo, n.º 1 — Lisboa



INTERVENÇÃO



Intervenção em Cabo Verde

Em contactos com a Direcção-Geral dos Assuntos Sociais foi decidido enviar para Cabo Verde a Intervenção de modo a que de imediato pudesse ser um dos apoios bibliográficos a um curso de animadores que ali se vai realizar.

Contudo a colaboração mútua não fica por aqui, já que teremos num dos próximos números um artigo sobre o trabalho que se está a efectivar neste campo em Cabo Verde.

CONSELHO DE COOPERAÇÃO CULTURAL E DO DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Conclusões do simpósio de Lyon
19/22 de Setembro de 1978

"Das práticas sócio-culturais a uma política de animação"

DECS/DC (78) 63

O relatório final do simpósio do Conselho da Europa "Das práticas sócio-culturais a uma política de animação" inclui a síntese de muitas opiniões, observações e sugestões que foram formuladas durante o debate. Este texto, que está em preparação, só estará disponível nas duas línguas oficiais, no início de 1979. Por isso, o Secretariado considerou ser oportuno reunir num documento preliminar as diversas recomendações formuladas pelos participantes no fim dos trabalhos.

RECOMENDAÇÕES PARA AMANHÃ?

1. Para os agentes praticantes da animação cultural

- 1.1 "Investir nos homens" (nomeadamente na sua formação)
- 1.2 Auto-avaliar-se e pôr-se em questão.
- 1.3 Transformar-se se necessário.

2. Para as colectividades locais

- 2.1 Determinar uma política cultural global que integre a animação nas acções de conservação do património, de criação, de investigação, de difusão e de formação.
- 2.2 Fixar e divulgar os critérios de atribuição de subsídios (introduzindo nomeadamente os dados sobre o auxílio à formação de agentes de animação assim como a valores necessários para o seu cálculo).
- 2.3 Definir o modo de participação dos agentes de animação (animadores e instituições) na determinação e aplicação dos critérios de atribuição de subsídios a acções de animação, na colocação de serviços de apoio (administração, contabilidade, etc.),

assim como na recolha e difusão de informações sobre a animação (centros de documentação).

2.4 Introduzir uma formação inicial sobre a animação para os responsáveis por instituições culturais e suscitar a formação permanente de animadores culturais.

2.5 Modificar o modo de programação e funcionamento das instituições (orçamentos para a animação, política de previsão dos equipamentos, equilíbrio entre os auxílios a investimentos e os auxílios ao funcionamento, definição de fórmulas de participação dos utentes nas decisões).

2.6 Praticar a política do "contrato" com os organismos subsidiados.

2.7 Garantir o trabalho continuado das acções de animação sócio-cultural.

2.8 Reconhecer o valor social da inovação e favorecer nomeadamente, a esse respeito, organismos mediadores que se encarreguem dela.

2.9 Abrir os locais públicos e pôr os equipamentos à disposição dos agentes da acção cultural.

2.10 Utilizar o melhor possível os edifícios existentes dando-lhes novas funções (locais de culto, antigos cinemas, fábricas).

3. Para os Países membros

Além das mesmas recomendações dirigidas às colectividades locais (ver 2.1 a 2.8).

3.1 Favorecer a desburocratização administrativa e coordenar os auxílios públicos concedidos especialmente nos domínios cultural, educativo e social para a promoção de uma política de desenvolvimento global.

3.2 Considerar a existência para a acção cultural, de uma regulamentação evolutiva e maleável mais iniciativa que normativa.

4. Para o Conselho da Europa

4.1 Reflectir sobre a animação em meio rural.

4.2 Organizar trocas de experiências e informações entre animadores sobre os seus problemas e as suas práticas.

4.3 Reflectir sobre a animação sócio-cultural no meio de migrantes.

4.4 Reflectir sobre a animação sócio-cultural ao serviço do 4.º mundo*.

4.5 Promover encontros de especialistas e agentes de comunicação sobre a metodologia da avaliação.

4.6 Elaborar estudos comparativos das estruturas associativas existentes em todos os países membros.

* Consideram-se do 4.º mundo os grupos do 3.º mundo presentes na Europa, v.g. migrantes.

ARSTA — ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE SANTARÉM DO TEATRO DE AMADORES

Informação sobre a actividade dos Grupos Amadores de Teatro, na província do Ribatejo, durante 1978:

Dramaturgo português mais representado — ANTONIO ALEIXO

Dramaturgo estrangeiro mais representado — MOLIÈRE

Dramaturgos nacionais escolhidos — 28
Dramaturgos estrangeiros escolhidos — 19
Criações colectivas dos próprios Grupos — 19
Peças levadas à cena — 73 (29 para crianças e 44 para adultos)

Espectáculos feitos — 395 (234 para adultos e 161 para crianças)

Total de espectadores — 86.460 (36.130 crianças e 50.330 adultos)

Média de crianças por espectáculo — 225
Média de adultos por espectáculo — 216

Grupo que mais actuou para crianças — T.A.C. (Cartaxo)

Grupo que mais actuou para adultos — COLÓQUIO (Alenquer)

Grupos em actuação — 49

Localidades com grupos de teatro — 43

Amadores em movimento — 768 (238 mulheres e 530 homens)

Profissões: 55% trabalhadores, 20% domésticas, 15% estudantes e 10% desempregados.

Localidades abrangidas pela acção — 240 (em todo o País e Polónia)

Acontecimento mais importante — TIP-78 (Curso Internacional)

Outras actividades dos Grupos: Comemorações do 25 de Abril e 1 de Maio, Comemorações do Dia do Teatro de Amadores, Comemorações do Dia Mundial da Criança e Centenário da Morte de Alexandre Herculano, cursos de animação, provas desportivas, festivais de teatro, sessões de poesia. Operação Pirâmide, feiras do livro e do disco, encontros de bandas, formação de bibliotecas, jograis, cinema, coros, festejos populares, exposições, folclore, artes plásticas e bailes.

NOTA — Apenas 12% dos Grupos foram apolados. Entidades que subsidiaram: APTA — FAOJ — SEC — AUTARQUIAS e INATEL.

(segue-se a lista das peças que subiram ao palco, e seus autores.)

David Mourão Ferreira
de novo na Secretaria de Estado da Cultura

Um dos despachos (n.º 112/77) que David Mourão Ferreira assinou aquando da sua permanência nesta Secretaria de Estado no 1.º Governo Constitucional dizia respeito à animação socio-cultural.

Dizia este despacho (na Integra na Intervenção n.º 3/4) que se iriam desenvolver seminários, cursos e outras acções de formação de animadores integrados numa política global de animação socio-cultural.

Que estes seriam programados e apoiados pelo Conselho da Europa na sequência do Projecto "Animação — Uma Política integrada de animação socio-cultural" e definir um considerando sobre a importância e urgência de desenvolvimento de políticas nacionais de animação socio-cultural.

Como é sabido nada se fez neste campo! Será que este trabalho irá ser retomado? Se em 9 de Março de 1977 este trabalho era urgente, em Fevereiro de 1979, o que será?

Só mais uma observação sobre o projecto "Animação — Uma política integrada de animação socio-cultural" referido no despacho. Este projecto foi traduzido e transcrito na Integra pela intervenção n.º 5/6 e 7.

ENCONTRO DE TEATRO PROFISSIONAL PARA A INFÂNCIA

Por iniciativa do Centro Português de Teatro para a Infância e Juventude decorreu em Lisboa de 21 a 27 de Novembro de 1978, o primeiro encontro de grupos profissionais de teatro infantil existentes nas cidades de: Lisboa, Porto, Leiria, Évora e Setúbal.

Este Encontro de teatro constituiu a primeira fase dum projecto global previsto para o Ano Internacional da Criança. A segunda fase em colaboração com a Associação Portuguesa de Teatro Amador, constará de uma série de Encontros Regionais de teatro amador para a infância a levar a cabo durante 1979. Para Novembro projecta o Centro um grande encontro nacional de teatro amador e profissional.

O Centro Português de Teatro para a Infância e Juventude existe já há alguns anos, tendo em 1974, promovido uma série de palestras sobre teatro infantil. Recentemente este centro foi alargado com a entrada de novos grupos de teatro. O centro é membro da ASSITEJ — Associação Internacional de Teatro para a Infância e Juventude, com sede em Paris, estendendo-se a vários países. Pelo facto de ser um centro internacional reconhecido poderá conferir-lhe uma força moral capaz de fazer com que o teatro infantil possa vir a ser devidamente reconhecido e estimulado oficialmente.

Durante a semana do encontro foram apresentados diariamente espectáculos, num conjunto de vinte e oito, nos teatros: "Barraca", "Cornucópia" e ainda no salão de festas das Furnas, em Benfica. Foram doze os grupos de teatro que representaram sempre com as salas cheias de crianças num total de 6,000, vindas de escolas várias. A par de tais realizações estabeleceram-se todas as noites debates sobre teatro destinado a crianças e problemas afins.

Sallentem-se algumas das suas conclusões acrescidas do nosso ponto de vista:

1. Dever o teatro com e para crianças poder dispôr de subsídios que permitam uma correcta planificação de trabalho e possibilitem a colaboração com escolas. Para tanto também o animador carece dos apoios especiais que o seu trabalho requer.
2. Não dever o teatro para crianças sofrer discriminação em relação ao teatro para adultos. Serem-lhe concedidos subsídios, pelo menos equivalentes, aos dados, quer aos grupos independentes quer às companhias estatizadas.
3. Profissionalizar o teatro com e para crianças, conferindo ao actor e ao animador que nele interferem, a sua dignidade própria. Assim destruir-se-á a ideia errada de que estes não são como os outros trabalhadores, mas sim uns artistas que como tal têm de sofrer as consequências da marginalização que lhes é imposta nos países de tipo capitalista.
4. Possibilitar a existência de grupos exclusivamente de teatro para a infância, já que se trata dum trabalho complexo e a tempo inteiro. Desse modo o mesmo trabalho não pode ser bem desenvolvido por grupos de teatro para adultos que só, de tempos a tempos, preparam espectáculos para crianças.
5. Exigir ao actor e ao animador deste teatro específico formação comprovativa adequada ao tipo de trabalho que desenvolve.
6. Dever estabelecer o convívio com crianças todo aquele que para elas trabalha em vez de as afastar como muitas vezes acontece.
7. Deverem ser gratuitos os espectáculos de teatro infantil pelas seguintes razões:
 - a) A criança não tem possibilidades de decidir se vai ou não ao teatro, cabendo ao adulto essa resolução.
 - b) Evita que o público fique dependente do teatro comercial, que pode converter-se em mercadoria, com os ingredientes de venda e de alienação, típicos das sociedades de consumo.
8. Dever substituir-se o termo "teatro infantil" por "teatro para a infância" por aquele poder envolver conceitos infantilizantes.

Apesar da falta de apoio oficial, salvo um pequeno subsídio concedido pela Fundação Gulbenkian, além da ausência total dos representantes da imprensa, o Encontro foi positivo como tentativa de organização de grupos profissionais.

Se forem tão positivos os próximos encontros de teatro amador, o Centro poderá projectar-se a muitos pontos do país e assim ganhar força!

Se, pelo contrário, concentrar as suas atenções mais nos grupos profissionais, o seu raio de acção será muito reduzido. É o teatro amador que se estende a toda a parte, vive em contacto com as populações, contributo cultural valioso que o teatro profissional não pode alcançar nas estruturas sociais em que vivemos!

Gonzaga Natércia

"A GRUTA" um espectáculo novo"

Sobre a nossa passagem por Évora escreveu Silva Godinho no Notícias do Sul: "Os Saltitões proporcionaram-nos um espectáculo novo, até inédito entre nós. O espectáculo foi plenamente conseguido e a melhor prova esteve no interesse progressivo dos espectadores que, não raras vezes, viveram até momentos de hilariedade."

Por outro lado e na nossa passagem no Porto escreveu "O Comércio" "A Gruta pel "Os Saltitões" obteve extraordinário êxito".

Em 1979 esta companhia vai alargar o seu projecto de descentralização tendo realizado nos últimos meses um vasto plano de divulgação e contacto com autarquias locais, Casas do Povo, Delegações Regionais da FAOJ e outros organismos culturais.

Todos os interessados devem escrever, com urgência, para R. Luisa Tody, 5-4.ª Frente - Lisboa.

"OS SALTITÕES"
O DIRECTOR

Lisboa 16 de Janeiro de 1979

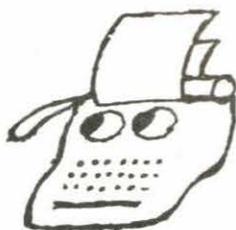
Exmos. Srs.

AGRADECEMOS A DIVULGAÇÃO
DA SEGUINTE NOTÍCIA:

"A GRUTA" em 5.ª Mês

"A Gruta" criação teatral e encenação de José Valentim Lemos e José Gil entrou em 5.ª mês de representação.

INTERVENÇÃO



Coimbra, 6-10 de Dezembro de 1978

XXV ENCONTRO IMAGEM E SOM (C.E.A.C.)

A EDUCAÇÃO DO PÚBLICO PERANTE OS MEIOS DE INFORMAÇÃO SOCIAL

Pede-me a redacção um artigo sobre o XXV Encontro Imagem e Som que se realizou de 6 a 10 de Dezembro último, tarefa a que acedo com prazer, embora numa posição extremamente ingrata.

De facto como director do Centro de Estudos de Animação Cultural, entidade organizadora do Encontro e como principal animador do mesmo, é grande o risco de que a minha opinião se cinja ao ponto de vista da organização sempre tentada a valorizar realizações e objectivos. Para evitar ou corrigir esse risco servime-ei principalmente dos resultados de um inquérito respondido por escrito por todos os participantes, no final do Encontro.

Este Encontro de Coimbra marcou, pois, nos vinte e sete anos de C.E.A.C. a meta de vinte e cinco com este género de encontros (e cursos) voltados para a formação e reciclagem de animadores culturais, especialmente com os mass-média (cinema, televisão, banda desenhada, cartaz, imprensa e disco). Por outras palavras, tanto a nível de animadores de C.E.A.C. presentes (Manuel Canaveira de Campos, Fernando Vitória da Silva, Germano Mamede Cleto, M. Cecília Marques, Manuela Parreira da Silva, Francisco Belard da Fonseca, etc.) como, muito principalmente, no domínio das perspectivas pedagógicas e metodológicas de Animação Cultural, confrontadas e analisadas, este Encontro manifestou a existência dum inestimável património cultural e pedagógico com características bem específicas, enraizadas em experiências, iniciativas e realizações levadas a cabo nos mais diferentes locais do país e confrontadas frequentemente com a experiência de Animação de outros países europeus (desde 1961 o C.E.A.C. mantém um intercâmbio permanente de animadores em acção de formação com organismos similares de Espanha, França, Grã-Bretanha, Suécia, Bélgica, Luxemburgo, Alemanha Federal, Suíça, Itália, Jugoslávia e Hungria).

Daquelas perspectivas metodológicas e pedagógicas, algumas mereceram uma especial atenção nos trabalhos deste Encontro. Por exemplo a necessidade de um permanente aprofundamento das teorias da Informação por parte dos animadores com os mass-media; a urgência de na triologia emissor-meio-receptor, privilegiar este último tendo nomeadamente em conta as diversas pulsões ou motricidades (aspirações, frustrações, sublimações, etc.) que de simples e eventualmente receptáculo passivo de informações ou mensagens o tornem em sujeito capaz de compreender, de interpretar e de formular respostas criativas; a pluralidade de sentido que toda e qualquer

obra de comunicação integra; a significação diversa e divergente com que é apreendida pelo público espectador; a valorização da verbalização enquanto instrumento capaz de tornar a impressão sentida por cada um (perante o filme, a emissão de televisão) numa opinião consciente; etc., etc., etc..

O interesse dos participantes no Encontro repartiu-se harmonicamente pelos tempos de trabalhos práticos e pelas comunicações de carácter teórico, feitas sempre em diálogo com o público ou pelo menos com um debate final. Nos trabalhos práticos destaco "O que é a linguagem da imagem?" (a partir da projecção de duas médias metragens), "A prática da animação do audio-visual" (a partir de uma emissão de televisão, de jornais diários, de uma longa metragem, duma banda desenhada), ambos orientados por mim, "A prática da comunicação audio-visual" orientada por Pierre Dumont, da Universidade de Bordéus e "Experiência da animação audio-visual" orientada por Manuel Canaveira de Campos.

Em relação às comunicações teóricas, Jean D'Ivoire pedagogo ensaísta, e crítico de Paris, que falou de "O conceito de espaço na imagem" proporcionou neste domínio da programação o momento de maior interesse no Encontro com a sua outra comunicação "A publicidade, sua temática e processos". Carácter informativo de excepcional oportunidade que tiveram duas comunicações de Jean Pierre Goulait, director do Centre de Initiation à la Communication, de Lausanne (Suíça), "Emissões de TV — educativa, o que são?" e "Crianças que se exprimem pela imagem e movimento".

As outras cinco comunicações teóricas, todas consideradas com grande apreço pelos participantes visaram em última análise cinco abordagens diferentes do audio-visual numa perspectiva de animação e/ou pedagogia da comunicação: "Iniciação à comunicação audio-visual" (método Icau) por Pierre Dumont, uma "teoria da comunicação com as consequências pedagógicas e educativas", por Jean Pierre Goulait, "Trabalho cultural com as mass-media" por Reiner Keller, director do "Congresso Anual Jugend Und Film" de Ludwigshafen-Mannheim, "dinamização do público dos mass-media" por José Vieira Marques e "Iniciação da linguagem da imagem a nível escolar" por Mariolina Gamba do Centro Studio Cinematografici, de Milão.

Foi posto à disposição dos participantes uma abundante colecção de textos de apoio constituída principalmente por documentos realizados a partir da transcrição pelo magnetofone de intervenções em anteriores Encontros Imagem e Som.

Medida de interesse despertado por este Encontro Imagem e Som e pelo seu tema "A formação do público perante os meios de comunicação social" é o facto de todos os trabalhos terem sido seguidos com enorme assiduidade apesar da data incluir um feriado e um fim de semana. Donde se pode concluir que a Animação

Cultural (pelo menos com os mass-media) começa a tornar-se assunto de interesse da maioria para além de durante bastante tempo ter sido segredo ou coutada reservada para alguns. Outra conclusão se não pode tirar se se atender ao facto que os noventa e oito participantes (habituais e eventuais) provinham de todo o país (ilhas incluídas). É ainda na mesma linha de significado que, se deve interpretar a facilidade de financiamento encontrada da Casa da Cultura e Juventude de Coimbra, do Governo Civil de Coimbra e do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis bem como o apoio prestado pela Câmara Municipal de Coimbra que,

inclusivamente, ofereceu um Porto de Honra a todos os participantes, acontecimento raro em circunstâncias semelhantes.

Para terminar gostaria de sublinhar que a cobertura dada aos trabalhos do Encontro pelos órgãos de comunicação social (em especial a RDP, RTP, Rádio Renascença, Diário de Coimbra, Jornal de Notícias, Diário de Lisboa e a Capital) são mais uma prova da conclusão que me permiti sugerir acima.

José Vieira Marques

CFAC / CCJC

XXV ENCONTRO IMAGEM E SOM

COIMBRA, 6/10 Dezembro 78

Dia 6 — Quarta — Feira	Dia 7 — Quinta — Feira	Dia 8 — Sexta — Feira	Dia 9 — Sábado	Dia 10 — Domingo
	10 h. — A prática de animação do áudio-visual. Experimentação. Trabalho de grupo Plenário	10 h. — Iniciação à Comunicação Audio-Visual. Pierre Dumont	9,30 h. — A dinamização do público dos Mass Media José Vieira Marques 11 h. — Trabalho cultural com os mass media Reiner Keller	10 h. — Iniciação à linguagem da imagem a nível escolar. Mariolina Gamba
13 h. — Almoço	13 h. — Almoço	12,30 h. — Almoço	13 h. — Almoço	13 h. — Almoço
16 h. — O que é a linguagem da imagem? Trabalhos práticos Plenário José Vieira Marques	14,30 h. — A prática da comunicação áudio-visual. Experimentação. PIERRE Dumont 18 h. — Emissões de TV educativa. O que são? Jean Pierre Golay	Tempo Livre 14 h. — Visita Turística 17,30 h. — Porto de Honra (Oferta da Câmara Municipal de Coimbra)	14,30 h. — A prática da animação áudio-visual. Experiências Trabalho de grupos. 18 h. — O conceito de espaço na imagem. Jean d'Ivoire	15 h. — A estratégia da Animação Cultural (Mesa Redonda) 18 h. — Encerramento
20 h. — Jantar	20 h. — Jantar			
21,30 h. — Filme O Mensageiro (Joseph Losey) Debate	21,30 h. — Crianças que se exprimem pela imagem em movimento. Jean Pierre Golay	22 h. — A publicidade, sua temática e processos. Jean d'Ivoire	21,30 h. — Uma teoria da comunicação com as consequências pedagógicas e educativas. Jean Pierre Golay	21,30 h. — Filme: Grau de Destruição (François Truffaut) Debate

Nota: Programa sujeito a modificação ou ajustamento
(Sala 17 de Abril Faculdade de Ciências e Tecnologia)

CURSOS NO GIMNARTE

Informações e inscrições:
2.ª a 6.ª das 17,30 às 21 h.
Av. Bombeiros Voluntários,
lote 112 s/1 Esq. — Algés
telefone: 210 1910

1 dança moderna

orientado pelo Professor António Rodrigues segundo a técnica de Martha Graham. Nos meses de Fevereiro, Março e Abril, três sessões semanais de 1 h e 30 m (nível médio e avançado).

2 estágia de modern jazz e expressão corporal

orientado pela Professora Jocelyne Delimbeuf. Dias 24 a 28 de Fevereiro (Modern Jazz — nível médio).

OS AMIGOS
ESCREVEM

INTERVENÇÃO



Tendo-nos sido possível, graças à amabilidade dos principais responsáveis pela mesma dispôr de um considerável número dos exemplares saldos até Novembro, procedemos posteriormente a uma análise do conteúdo das mesmas.

Cabendo a esta Direcção-Geral uma grande responsabilidade na criação de condições que permitam à população de Cabo Verde devidamente enquadrado e tecnicamente apoiado transformar o meio em que vive nos seus aspectos físico e cultural, consideramos a Intervenção como um instrumento bibliográfico valioso pelas experiências concretas que descreve e, por um conjunto de elementos de carácter didáctico e pedagógico que encerra e que poderão ser aproveitados depois de devidamente analisados e adaptados à nossa realidade concreta, pois que os projectos que nos propomos realizar são comuns — a transformação da sociedade que herdamos numa sociedade de paz justiça e progresso para todos.

Reiterando os nossos agradecimentos pelo acolhimento que nos foi dispensado quando da realização do II Encontro Nacional de Animadores Culturais e Associações em Lisboa.

Apresentamos

Saudações Fraternalis
Unidade, Trabalho, Progresso
A Directora-Geral,

a) Alcestina Oliveira Tolentino

Amigos:

Existindo no nosso Concelho um amplo movimento associativo, rico em tradições culturais, há muito que se fazia sentir a necessidade de coordenar, impulsionar e apoiar as actividades culturais promovidas pelas várias entidades (colectividades, empresas, cooperativas, comissões de moradores, sindicatos, escolas, etc.), de modo a aglutinar esforços e meios disponíveis, respeitando as características de cada sector ou região.

Assim, procurando corresponder a esta necessidade, foi criado o Centro Cultural, por resolução do Plenário da Assembleia Popular do Concelho de Almada, de 26 de Agosto p..

Serão levadas a efeito iniciativas de carácter formativo e de animação cultural, nomeadamente no âmbito da dinamização de inúmeras bibliotecas existentes, divulgação do teatro, do cinema, das artes plásticas, etc..

Pela Comissão Instaladora do Centro Cultural de Almada

María Santos

Parabéns pela organização do II Encontro, que espero fique como um marco histórico da Educação de Adultos e Animação Cultural no nosso País. É com o maior prazer que me faço assinante do "orgão das Associações de Anima-

dores Culturais". Para diante que há muito que fazer!

Com os cumprimentos da Missão Permanente de Portugal Junto da UNESCO e de Alberto Melo

Por mero acaso, deparei na véspera de Natal com uma revista que não conhecia, mas que me atraiu pela legenda "ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA" em grandes letras encimando uma maravilhosa e criativa pintura além de um pensativo rosto de criança. Isto o que no primeiro relance me atraiu.

Como ando há tempo preocupada com o Ano Internacional da Criança, não pensei duas vezes — tirei-a do escaparate. Mas a surpresa veio depois: é que nunca pensei que uma revista, numa altura em que sobram publicações de toda a espécie e feitio, me agradasse tanto. É natural que eu ainda esteja debaixo do entusiasmo do primeiro artigo "Ano Internacional da Criança" mais do destacável e ainda da informação, que tratam de assuntos que me dizem directamente respeito (sou professora do ensino primário). De qualquer modo, pelo sumário, creio ser o tipo de revista que fazia falta a quem pretende viver com os outros, numa actividade participativa e crítica no meio.

Avante pelo "Projecto Intervenção".

María Odete Xarope

Continuação da pág. 13

As velhas gerações têm sempre uma palavra a dizer às que se lhes seguem. Nesse dizer, há sempre uma forma de compreendermos melhor o presente e conquistarmos com mais à vontade o futuro... e nos descobriremos cada vez mais e melhor nas origens longínquas dos povos que nos precederam.

Foi assim em Santa Vitória e Santo Estêvão. Assim vai ser noutros locais do concelho com a mesma honestidade e respeito — pedras de toque nas relações entre as pessoas.

De acontecimento em acontecimento vamo-nos descobrindo uns aos outros... De acontecimento em acontecimento as regiões surgirão com todo o seu potencial de valores. O país real — em pessoas e coisas — encontrará a sua identidade.

Mas, cuidado, os departamentos competentes, abafados pela papelada burocrática, não dão a resposta pronta que se impõe a um trabalho que não se compece de mais esperas, ao ritmo que certas zonas populacionais impõem aos Núcleos de Dinamização que procuram apoiá-las e ajudá-las a encontrar o seu caminho de realizações.

ASSINE

INTERVENÇÃO

assinaturas NORMAL — 150\$00 assinala o tipo de assinatura escolhida
por 6 números APOIO — 200\$00

FAÇA DE UM
SEU AMIGO
UM AMIGO NOSSO

Para fazer a sua assinatura por 6 números, preencha, destaque e envie-nos este copião.

nome _____

morada _____

Profissão _____

Local de trabalho _____

Assino a partir do N.º (inclusive)

Desejo receber os n.ºs atrasados

Se obtiver, além da sua, a assinatura de um amigo, dum colectividade ou organismo, seria para nós uma prova de amizade e...

uma boa ajuda.

Nome _____

Morada _____

Profissão _____

Local de trabalho _____

Assino a partir do N.º (inclusive)

Desejo receber os n.ºs atrasados

INTERVENÇÃO

Não queremos ser
uma obra de um grupinho
com viseiras nos olhos
Procuramos, sim
ser uma obra colectiva,
com consequências práticas

campanha novos assinantes



Subscríbem e participam no projecto *INTERVENÇÃO* todos os que acreditam na importância e urgência duma luta consequente no campo da prática sócio-cultural, contra o isolamento *social e cultural* dos grupos e comunidades, assim como de todas as formas de ser e estar, geradoras da miséria e dependência intelectual, moral e material dos indivíduos.

A continuidade e interligação das diversas formas de intervenção e acção cultural são factores fundamentais no indispensável fortalecimento do trabalho cultural, de modo a torná-lo real, consequente e adaptado às condições sócio-económicas do período histórico que vivemos.

E este projecto só será possível pela discussão aberta das diferentes perspectivas e pela união dos esforços daquele que, na fábrica ou no campo, na escola ou no bairro, na colectividade ou no sindicato, na aldeia ou na cidade, lutam quotidianamente pelo acesso à cultura, direito à educação e melhoria da qualidade de vida de todos os portugueses.



OUTRAS FORMAS DE COLABORAR COM *INTERVENÇÃO*:
(além da sua assinatura)

● DIVULGÁ-LA ● INFORMAR-NOS COM ANTECEDÊNCIA SOBRE TODAS AS INICIATIVAS CULTURAIS (REGULARES OU NÃO) QUE ACONTEÇAM NA SUA ZONA, NO SEU MEIO ● RELATAR-NOS O QUE ACONTECE OU GOSTARIA QUE ACONTECESSE ONDE VIVE E TRABALHA; QUAIS AS SUAS CARACTERÍSTICAS, QUAIS AS SUAS DIFICULDADES, ESTRUTURAS E APOIOS ● ISTO SÃO ALGUNS TÓPICOS: -SUGESTÕES; POIS ESTAMOS ABERTOS A TODA A COLABORAÇÃO, A TODO O DEBATE, A TODO O DIÁLOGO, QUE QUEIRA ESTABELEÇER E MANTER CONNOSCO DENTRO DO ESPÍRITO QUE NOS ANIMA E EM DIRECÇÃO AOS OBJECTIVOS PARA QUE APONTAMOS.



**contributo
para
a biblioteca
do animador**



— **INTELIGÊNCIA
OU SUBSERVIÊNCIA
NACIONAL?**
J. J. Delgado Domingos



— **A URTIGA**
Edição A Regra do Jogo



— **ENSAIO SOBRE
A CULTURA**
Romeu de Melo
Edição de Moraes Editores

Os Animadores-Delegados de Intervenção

OS Animadores-Delegados de Intervenção

Tentando cimentar a expansão da Intervenção, estamos a desenvolver esforços no sentido de cobrir o território nacional, de uma rede de delegados da Intervenção, que a nível regional e local tenham as seguintes funções:

- 1.º — *Informar sobre tudo o que se passa de âmbito cultural nessa região ou local, enviando-nos artigos ou outros trabalhos e informações.*
- 2.º — *Divulgar a revista, tentando mobilizar as pessoas para a sua compra e procurando junto dos livreiros, do local e região, se a revista aí chega e é vendida.*
- 3.º — *Promover eventuais iniciativas, colóquios, convívios, etc., de apoio ao "Projecto Intervenção" na região ou local.*
- 4.º — *Êmpenhar-se na campanha dos mil novos assinantes.*

Esperamos, por isso, no nosso endereço a tua oferta (individual ou colectiva) para esta tarefa.

Será desnecessário afirmar da importância desta tarefa para a sobrevivência e continuação do "Projecto Intervenção".

** Cá a esperamos pois.*